

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MAIARA CRISTINA PEREIRA

**ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E
SUBJETIVAS DE MULHERES TRANS: um estudo
sobre rupturas e continuidades geracionais**

ARARAQUARA – SP
2020

MAIARA CRISTINA PEREIRA

**ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E
SUBJETIVAS DE MULHERES TRANS: um estudo
sobre rupturas e continuidades geracionais**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Florêncio Mariano Costa Júnior

ARARAQUARA – SP
2020

Pereira, Maiara Cristina

Análise das experiências sociais e subjetivas de
mulheres trans: um estudo sobre rupturas e
continuidades geracionais / Maiara Cristina Pereira –
2020

144 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Sexual) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Florêncio Mariano Costa Júnior

1. Trans. 2. Transgênero. 3. Geração. 4. Gênero. I.
Título.

MAIARA CRISTINA PEREIRA

ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E SUBJETIVAS DE MULHERES TRANS: um estudo sobre rupturas e continuidades geracionais

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título Mestre em Educação Sexual (exemplar apresentado para defesa).

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Florêncio Mariano Costa júnior

Data da defesa: 04/03/2020

Local: Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Florêncio Mariano Costa Júnior
Fclar-Unesp
Presidente e orientador

Profa. Dra. Ana Claudia Bortolozzi Maia
Fclar-Unesp
Membro titular

Profa. Dra. Marcela Pastana
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel
Membro titular

À todas as entrevistadas que colaboraram para essa pesquisa.
À todas as identidades julgadas como subalternas.
À todas as identidades que resistem nesse país machista, racista e LGBTQIA+fóbico.
À todas as pessoas que permaneceram ao meu lado, me apoiaram e incentivaram.
Dedico em especial a minha família nuclear por todo suporte necessário.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento será direcionado a pessoas que foram fundamentais para que eu conseguisse concluir essa etapa de grande importância em minha carreira e em minha vida.

Quero primeiramente agradecer, de maneira muito especial, a minha mãe Vera Lúcia de Oliveira Pereira, pela paciência comigo, por me ajudar no dia a dia e ser uma estrutura pra mim. Agradeço meu pai, Marcos Roberto Moura Pereira, que deu todo o suporte para que eu conseguisse realizar minhas viagens para Araraquara e Bauru, e por acreditar em mim.

Agradeço a minha irmã Ana Carolina Pereira, pelas conversas, por gostar e acreditar no meu trabalho e pelo compartilhamento de ideias e valores.

Estendo meu agradecimento aos meus avós maternos Lúcia Domingos de Oliveira e Lázaro Lino de Oliveira que não estão mais aqui fisicamente, mas com quem compartilhei um tempo significativo de minha existência, o qual influenciou minha infância e quem sou hoje. Agradeço meus avós paternos: Neusa Moura Pereira e Osvaldo Pereira, por anos de cuidado e educação que dedicaram a mim e por todo amor demonstrado.

Agradeço às minhas tias maternas e paternas: Fernanda, Ana Cláudia, Delazir, Joana, Bete e Alessandra, pois mesmo não tendo um contato diário fazem parte da minha história e consequentemente da minha identidade. Estendo esse agradecimento aos meus tios, primas e primo.

De modo muito especial agradeço ao meu orientador Florêncio Mariano Costa Júnior, por aceitar o desafio comigo, pelas orientações realizadas, pela paciência em suas correções e por todo o trabalho que realizamos juntos.

Agradeço a Banca de qualificação: Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen e Ana Cláudia Bortolozzi Maia, pelas correções e apontamentos realizados no texto, que possibilitou melhorias essenciais nesta pesquisa.

Agradeço ao professor Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória por me aceitar como estagiária docente e por me ensinar aspectos teóricos e práticos da psicologia social.

Agradeço ao Paulo Rennes Marçal Ribeiro, coordenador do PPG em Educação Sexual, por ser solícito e sempre me atender de maneira cordial. E ao programa por ter possibilitado a realização desta pesquisa.

Agradeço a minha banca de defesa, Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Marcela Pastana, e aos suplentes, Rinaldo Correr e Mariana de Oliveira Farias, pela disponibilidade em aceitar o convite.

Agradeço a todas minhas amigas e amigos que acompanharam esse processo e formaram uma rede de apoio. Em especial a Letícia Francischini e a Jéssica Fernanda Costa, que sempre se disponibilizaram a escutar minhas queixas e partilhar das minhas alegrias - sempre com muita festa. Não poderia deixar de citar o Lucas Vinicius Bernardi Campos, que também foi mencionado no meu TCC, que, mesmo com as diversas mudanças pelas quais nossa relação passou nos últimos anos, sempre foi uma pessoa de suma importância em minha vida.

Agradeço a Univesp pela bolsa de mediação que foi disponibilizada no último semestre do mestrado, pois pude assimilar muito como funciona os processos de aprendizagem e interação Ead.

Agradeço a todas as pessoas que conheci nesse percurso: alunos do PPG que pude compartilhar ideias e angústias durante as disciplinas e no período de escrita, os professores que conheci nos congressos que participei, as pessoas para quais apresentei minha pesquisa e de alguma forma contribuíram com pontos que poderiam ser melhorados e elogios.

E por último, mas não menos importante, agradeço às participantes desse estudo, desde a entrevista piloto, pois foram muito solícitas e cordiais comigo, além de aceitaram de bom grado participar.

*Gritemos juntas
Para que não nos silenciem
Gritemos juntas
Para que não gritem conosco
Gritemos juntas
Para sermos donas de nossos – ocasionais –
silêncios*

*Gritemos e assim
Quem sabe
Nos libertaremos
Anna Túlie Araújo (2017, p.25)*

Resumo

Entende-se trans como um termo que abarca as identidades que subvertem a norma binária de gênero. As pessoas trans são aquelas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, confrontando a ótica naturalizadora que entende órgão genital e gênero como correspondentes. Devido a isso, as identidades trans são entendidas como patológicas do ponto de vistabiomédico. Por meio de critérios diagnósticos tenta-se padronizar as experiências trans em busca de uma verdade sobre esses corpos. Entretanto, as trajetórias trans não são padronizadas e modificam-se conforme os marcadores sociais das diferenças, do qual a geração é um marcador relevante, pois possibilita identificar as alianças mantidas e rupturas realizadas na interação entre diferentes gerações. Nesse sentido, analisar odiálogo entre a geração da qual essas pessoas fazem parte e suas identidades trans torna-se importante para entender como as dinâmicas sociais estão influenciando essas trajetórias. Assim, o objetivo da presente pesquisa é compreender a relação entre as trajetórias de mulheres trans e suas respectivas gerações por meio de uma investigação das experiências sociais e subjetivas dessas mulheres. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis mulheres trans, selecionadas por meio do método *snowball*. As entrevistas foram gravadas e em seguida transcritas. Para tratamento e análise dos dados utilizou-se o método hermenêutico dialético, sendo assim as transcrições das entrevistas passaram por leitura até a impregnação do conteúdo. As categorias de análise foram intencionalmente investigadas ou surgiram de modo espontâneo na narrativa das participantes. Emergiram as categorias que mencionaram a concepção de feminilidade e masculinidade, os marcadores subjetivos envolvendo percepção de si, transição, relação com o corpo, aspectos psicológicos e afetivos, aspectos sociais e vínculos como suportes afetivos. Foi possível verificar que entre as trajetórias das participantes ocorreram mudanças geracionais, uma vez que foram identificadas rupturas na concepção de feminilidade e masculinidade. Em contrapartida, experiências envolvendo modificações corporais, transição, violências, aspectos sociais, sofrimento psíquico e afetividade foram compartilhadas de forma similar nas trajetórias das entrevistadas, mesmo que correspondentes a gerações distintas, o que permite pensar a existência de continuidades geracionais para esses aspectos. Com isso foi possível perceber que apesar da existência de rupturas geracionais e do aumento dos espaços sociais para a população trans, muitas experiências ainda são compartilhadas entre as trajetórias, o que permite pensar que as identidades trans ainda são estigmatizadas e sofrem violências por pertencerem a uma sociedade com uma compreensão naturalizadora e binária dos gêneros.

Palavras-chave: Trans, Transgênero, Geração, Gênero.

Resumen

Trans se entiende como un término que abarca identidades que subvierten la norma binaria de género. Las personas transgénero son aquellas que no se identifican con el género que se les atribuye al nacer, confrontando la visión naturalizadora que entiende el órgano genital y el género como corresponsales. Debido a esto, las identidades trans se entienden como patológicas desde el punto de vista biomédico. A través de criterios diagnósticos intentamos estandarizar las experiencias trans en busca de una verdad sobre estos cuerpos. Sin embargo, las trayectorias trans no están estandarizadas y cambian de acuerdo con los marcadores sociales de las diferencias, de las cuales la generación es un marcador relevante, ya que permite identificar las alianzas mantenidas y las interrupciones realizadas en la interacción entre las diferentes generaciones. En este sentido, analizar el diálogo entre la generación de la que forman parte estas personas y sus identidades trans se vuelve importante para comprender cómo la dinámica social está influyendo en estas trayectorias. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación es comprender la relación entre las trayectorias de las mujeres trans y sus respectivas generaciones a través de una investigación de las experiencias sociales y subjetivas de estas mujeres. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con seis mujeres trans, seleccionadas mediante el método de bola de nieve. Las entrevistas fueron grabadas y luego transcritas. Para el tratamiento y análisis de los datos se utilizó el método dialéctico hermenéutico, por lo que las transcripciones de las entrevistas pasaron por la lectura hasta la impregnación del contenido. Las categorías de análisis fueron investigadas intencionalmente o surgieron espontáneamente en la narrativa de los participantes. Surgieron las categorías que mencionaron la concepción de la feminidad y la masculinidad, los marcadores subjetivos que implican la autopercepción, la transición, la relación con el cuerpo, los aspectos psicológicos y afectivos, los aspectos sociales y los vínculos como soportes afectivos. Fue posible verificar que entre las trayectorias de los participantes hubo cambios generacionales, ya que se identificaron rupturas en la concepción de la feminidad y la masculinidad. En contraste, las experiencias que involucran modificación corporal, transición, violencia, aspectos sociales, angustia psicológica y afectividad fueron compartidas de manera similar en las trayectorias de los entrevistados, incluso si corresponden a diferentes generaciones, lo que nos permite pensar en la existencia de continuidades generacionales para estos aspectos. Con esto, fue posible darse cuenta de que a pesar de la existencia de interrupciones generacionales y el aumento de espacios sociales para la población trans, muchas experiencias aún se comparten entre las trayectorias, lo que nos permite pensar que las identidades trans todavía están estigmatizadas y sufren violencia porque pertenecen a una sociedad con una comprensión naturalizadora y binaria del género.

Palabras-clave: Trans, Transgénero, Generación, Género.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo do perfil das participantes	69
Quadro 2 - Entrevista para coleta de dados	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APA	Associação Americana de Psicologia
CID	Classificação Internacional de Doenças
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
IST	Infecções sexualmente transmissíveis
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE AS TRANSEXUALIDADES NAS CIÊNCIAS MÉDICAS	19
2.1	A transição de gênero na história das ciências	19
2.2	O Brasil e o movimento político e social das identidades trans	25
3	SOBRE O CONCEITO DE SEXO E GÊNERO	29
4	AS EXPERIÊNCIAS COMO MARCADORES NAS TRAJETÓRIAS TRANS	33
4.1	O corpo como algo que se (des)constrói	33
4.2	O transfeminismo e as suas pautas	38
4.3	Sobre os contextos de vulnerabilidades das mulheres trans	42
4.4	As redes de apoio e afetividade trans	45
4.5	Parentalidade Trans	47
5	SOBRE AS IDENTIDADES TRANS E O CONCEITO DE GERAÇÃO	49
5.1	O conceito de geração conforme a sociologia	50
5.2	Categorias geracionais e trajetórias trans	57
6	JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	63
7	PERCURSO METODOLÓGICO	65
7.1	Revisão bibliográfica	65
7.2	Entrevistas	66
7.2.1	Crítérios éticos	67

7.2.3 Participantes	67
7.3 Procedimentos de coleta e de análise de dados	72
7.3.1 Instrumentos	72
7.3.2 Realização das entrevistas	74
7.3.3 Interação com as participantes	75
7.3.4 Tratamento e análise dos dados	77
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
8.1 Concepções de feminilidade e masculinidade	82
8.1.1 Concepção de feminilidade relacionada ao comportamento social e sentimento de pertencimento	83
8.1.2 Concepção de masculinidade relacionada aos comportamentos sociais que retratam atitudes machistas	86
8.2 Marcadores subjetivos: identificação, transição, relacionamento com o corpo, aspectos psicológicos e questões afetivas	89
8.2.1 A identificação com o feminino confundida com a orientação sexual homoerótica	90
8.2.2 O processo de transição é desejado, complexo e difícil	92
8.2.3 O corpo como um lugar de prazer: hormonização e de modificações Corporais	94
8.2.4 Sofrimento psíquico	97

8.2.5	Relações amorosas: afetividade e objetificação	99
8.3	Aspectos sociais	103
8.3.1	Preconceito, violência e experiências de exclusão	103
8.3.2	Violência intrafamiliar	107
8.3.3	Pessoas que inspiram e influenciam o processo de identificação	110
8.3.4	Aceitação social e ocupação de novos espaços	114
8.4	Vínculos sociais como suportes afetivos: a presença da família e amigos	117
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICE I – Termo de consentimento livre e esclarecido	136

APRESENTAÇÃO

Eu nunca fui o tipo de pessoa crítica em relação à sociedade. Sempre levei as coisas de modo muito naturalizado, especialmente as questões sobre gênero. Isso começou a mudar quando iniciei a minha trajetória com a temática educação sexual, no ano de 2015, durante um estágio realizado no meu último ano de graduação em psicologia, em que o público alvo eram adolescentes de uma Escola Estadual. Antes do trabalho em campo, eu havia imaginado que os alunos estariam com uma mentalidade moderna e desconstruída sobre diversas questões sociais, mas ao entrar em contato com a realidade percebi que eles eram muito conservadores, com comportamentos machistas, homofóbicos e sem informações sobre saúde sexual. Diante dessa demanda, meu estágio, que a princípio era voltado para treinamento de habilidades sociais, mudou a temática para educação sexual, com a qual pude abordar gênero, diversidade sexual e saúde sexual.

Ainda no ano de 2015, eu trabalhava em um Centro Municipal de Educação Infantil e um dos meus alunos (de dois anos de idade) brincava com os sapatos das meninas, com brinquedos socialmente direcionados ao seu gênero oposto e gostava de fazer laços no cabelo. Particularmente, eu deixava ele livre para se expressar, porém era nítido o incômodo dos outros funcionários sobre o assunto, reprovavam o meu modo de educar e ficavam inquietos quando viam aquela criança com objetos que não eram para seu gênero. Diante dessa realidade comecei a ler mais sobre sexualidade, gênero e educação infantil, em especial os textos da Guacira Louro.

Esses foram os momentos que marcaram a minha trajetória profissional e fizeram com que eu me interessasse por assuntos que envolviam sexualidade, gênero e educação. Conforme eu aprofundava minhas leituras, eu me desconstruí e reconstruí. Nesse processo, começava a olhar essas questões de uma forma crítica e não mais naturalizada.

Uma vez que o interesse em estudar a temática educação sexual começou a fazer parte do meu cotidiano profissional, resolvi ingressar na pós-graduação em Educação Sexual. Conversando com o meu orientador Florêncio chegamos na temática mulheres trans e geração, por ser um tema novo, que me despertava interesse, relacionava diversos fatores sociais e pouco abordado nos estudos acadêmicos.

Espero que gostem da leitura, foi uma dissertação escrita com muito amor, paciência, suor e lágrimas.

1 INTRODUÇÃO

Estou procurando
Estou tentando entender
O que é que tem em mim que tanto incomoda você?
Se a sobancelha, o peito, a barba, o quadril sujeito
O joelho ralado apoiado no azulejo
Que deixa na boca o gosto, o beijo, saliva, desejo.
Linn da Quebrada (Absolutas, 2017).

Ao longo da história, a sexualidade humana vem sendo controlada por diversas instituições, com destaque para ciências médicas e psicológicas, que classificavam o aceitável ou não (Foucault, 2017). Dentro de tais categorizações realizadas pela medicina e psicologia, as identidades que subvertiam a norma heterossexual e cisgênera foram entendidas como patológicas.

Tais normas mantêm-se vigentes, e apesar de recentes mudanças da Organização Mundial de Saúde sobre a compreensão da transexualidade e travestilidade, ainda há um controle e disciplina sobre os corpos das pessoas que atravessam as fronteiras de gênero, sendo comumente indivíduos que são marginalizados e estigmatizados na sociedade.

Nesse sentido, primeiramente é importante uma diferenciação entre as categorias travesti e transexual. De acordo com Bento (2006), uma mulher transexual, conforme o padrão biomédico, é uma pessoa que não se relaciona bem com seu órgão genital e sente necessidade em realizar a cirurgia de redesignação sexual¹. Porém, conforme essa mesma autora, classificar uma mulher como transexual de acordo com esse critério é limitante, pois existem mulheres que se consideram transexuais e não sentem a necessidade de cirurgia ou procedimentos hormonais. Muitas se submetem a tais procedimentos apenas para serem consideradas “transexuais de verdade” e conseguirem acessos à direitos relacionados à modificação de documentos e saúde.

¹ Redesignação sexual ou transgenitalização são termos recentes, pois anteriormente era usado o termo cirurgia de mudança de sexo. Essa pesquisa optou por usar o termo redesignação sexual no decorrer do texto.

Já a categoria travesti pode ser entendida como mulheres que se relacionam bem com seu órgão genital e não sentem a necessidade em realizar a cirurgia de redesignação (Bento, 2006). Conforme Áran e Murta (2009), isso acaba por excluir essas mulheres do acesso à saúde pública e processo transexualizador, e faz com que recorram a procedimentos prejudiciais, como o uso indevido de hormônios e modificações corporais por meio de silicone industrial. De acordo com Pelúcio (2011), a identidade travesti é perpassada por diversos marcadores sociais, dentre os quais a classe social encontra-se presente, pois comumente são mulheres que estão na prostituição. Por consequência disso, estão expostas a diversos tipos de violências, contatos com infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e mais suscetíveis ao uso de drogas.

Conforme Deus (2018), essa diferenciação entre travestis e transexuais por meio de termos e categorizações que envolvem o órgão genital é relevante apenas no meio biomédico e acadêmico que, devido às normas científicas, possui a necessidade de categorizar as experiências. Entretanto, quando se fala diretamente com essas mulheres, percebe-se um entendimento distinto dos colocados aqui anteriormente, baseados na ótica biomédica. Apesar de existirem diferenciações no meio trans, em que as mulheres consideradas mais femininas são valorizadas e as não tão femininas são estigmatizadas, travestis e transexuais comumente fogem de tais nomenclaturas. Ainda conforme Deus (2018), separar os conceitos de travestis e transexuais de maneira rígida é errôneo, pois muitas vezes as experiências se mesclam e as formas como elas se autodeclaram não correspondem ao academicamente esperado.

Frente a isso, esta pesquisa não categorizou as identidades das participantes como travestis ou transexuais e compreende que o gênero a ser considerado é aquele qual a pessoa se declara. Sendo assim, o termo trans foi utilizado no decorrer do texto como um guarda-chuva que engloba as identidades anteriormente citadas. Além disso, esta pesquisa apresenta nas epígrafes trecho de músicas ou narrativas de mulheres trans, e em seu corpo teórico conta

com autorxs trans, tais como: Raewyn Connel, Jaqueline Jesus, Hailey Kaas, Megg Rayara de Oliveira e Paul Beatriz Preciado.

As trajetórias de mulheres trans, conforme mencionado previamente, possuem um histórico de controle e padronização que pode levar ao entendimento de que as experiências vividas sejam iguais. Mas é importante refletir que tais trajetórias são influenciadas por marcadores sociais das diferenças, dos quais pode-se citar classe social, raça/etnia e geração, sendo geração um marcador importante para compreender as dinâmicas sociais e as mudanças ocorridas nessas trajetórias conforme o passar do tempo.

Entende-se por geração um conceito sociológico que, apesar de não ser recente, possui uma imprecisão conceitual, o que o torna muito utilizado no senso comum e faz com que seja compreendido de forma limitada (Tomizaki, 2010). É importante enfatizar que geração não diz respeito apenas às categorias etárias existentes, embora esse dado seja relevante, mas também diz respeito às dinâmicas sociais.

Conforme Tomizaki (2010), a geração coloca em evidência a finitude - seja ela física ou simbólica - e por isso as relações intergeracionais tendem a serem conflituosas e repletas de relações de poder. Estudar geração é ter um olhar para aquilo que é transmitido e herdado de uma geração para outra, é considerar a conjuntura e as experiências compartilhadas entre os indivíduos, as rupturas e continuidades existentes nas dinâmicas sociais, sendo assim todas essas questões devem ser consideradas ao pensar no conceito geração (Tomizaki, 2010).

Nesse sentido, há uma ausência de estudos que abordam a temática geração e identidades trans de forma articulada, o que dificulta uma compreensão das mudanças que foram acontecendo nas experiências trans conforme as relações entre as distintas gerações. Diante dessa realidade, essa dissertação tem como objetivo realizar uma análise geracional das trajetórias trans, visando identificar quais são as experiências compartilhadas, rupturas e

continuidades entre as trajetórias das mulheres que foram entrevistadas. Para isso o texto foi dividido em oito partes.

A primeira corresponde a esta introdução, que busca realizar uma diferenciação entre as categorias travesti e transexual, bem como contextualizar o leitor sobre a pesquisa. A segunda parte intitulada “Aspectos históricos sobre a transição de gênero” apresenta um breve levantamento da história das identidades trans dentro das ciências biomédicas e sobre a transição de gênero no Brasil. A terceira parte “Sobre o conceito de sexo e gênero” explana tais conceitos visando facilitar o entendimento do leitor sobre a temática. A quarta parte “Experiências como marcadores nas trajetórias trans” aborda a construção corporal, a pauta do transfeminismo, os contextos de vulnerabilidades que permeiam as trajetórias de mulheres trans, bem como as redes de apoio, afetividade e parentalidade trans. A quinta parte “Identidades trans e geração” explora o conceito de geração de acordo com a sociologia, e relaciona aspectos das trajetórias trans nas distintas categorias geracionais (infância, juventude, adultez e velhice). A parte número seis refere-se aos objetivos e justificativa do trabalho, no qual se discorre sobre a relevância social da pesquisa e os objetivos que se deseja cumprir. A sétima parte refere-se ao percurso metodológico da pesquisa, em que o método utilizado para o embasamento bibliográfico, coleta e análise de dados e as participantes são apresentados. Na oitava parte apresenta os resultados da pesquisa e uma discussão sobre os mesmos, embasada nas teorias expostas ao longo da dissertação. Por último, as considerações finais da pesquisa, em que se realiza um fechamento sobre este estudo.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE AS TRANSEXUALIDADES NAS CIÊNCIAS MÉDICAS

Olha só doutor, saca só que genial
Sabe a minha identidade? Nada a ver com genital.
Linn da Quebrada (Absolutas, 2017).

Historicamente a sexualidade humana foi (e ainda é) controlada por diferentes instituições, porém no final do século XIX, com o surgimento da ciência sexual a medicina passou a exercer o controle sobre os corpos e estabelecer as “verdades” sobre a sexualidade humana (Foucault, 2017). Após esse período, as identidades que subvertiam a norma heterossexual e cisgênera foram patologizadas e categorizadas pelas ciências biomédicas e psicológicas. Essa forma de compreensão das identidades trans seguindo um viés biológico e patologizador ainda permanece na sociedade. Desta forma, conhecer o percurso histórico da ciência médica relativo a condição trans pode contribuir na compreensão das concepções atuais sobre as identidades subversivas. Sendo assim esse capítulo visa abordar acontecimentos históricos relacionados às identidades trans no percurso das ciências biomédicas e no Brasil.

2.1 A transição de gênero na história das ciências

De acordo com o historiador Castel (2011), o termo “transexual psíquico” foi utilizado pela primeira vez na década de 1910, no livro *Die Travestiten* do médico Magnus Hirschfeld, referindo-se aos homens que se vestiam como mulheres e gostavam dessa prática. Porém, apesar do surgimento da nomenclatura, não havia uma separação das pessoas trans de

outras perversões² da época, sendo esse termo utilizado para classificar as homossexualidades existentes. O conceito “transexual psíquico” voltou a ser usado novamente por Cauldwell em 1949, ao mencionar um estudo sobre um homem trans³. Por meio desse estudo realizou-se uma divisão entre o entendimento do que seriam pessoas transexuais, travestis e homossexuais⁴.

A primeira cirurgia de redesignação sexual ocorreu no ano de 1930 em uma artista dinamarquesa chamada Lili Elbe. Porém, mesmo com a realização deste procedimento cirúrgico, foi somente na década de 1950 que surgiram estudos sobre a transexualidade (Castel, 2001). No ano de 1952, a transexualidade ganhou relevância e notoriedade na sociedade com a história de Christine, uma mulher trans que se tornou manchete de jornais americanos ao declarar sentir-se como uma mulher (Sadeeh, 2004). Por meio da literatura da época, Christine conheceu a possibilidade da cirurgia de redesignação na Dinamarca, onde encontrou-se com o Dr. Hamburguer para iniciar os procedimentos de transição de gênero. Após a cirurgia e o uso de hormônios, Christine retornou aos Estados Unidos com o corpo modificado e tornou-se o centro das atenções em diversos recursos midiáticos (Leite, 2011).

Conforme Leite (2011), o conhecimento mundial do caso de Christine tornou-se importante na história da transexualidade, pois por meio dele diversas pessoas conheceram a possibilidade de realizar uma cirurgia de redesignação sexual e recorreram aos procedimentos

² A manifestação da sexualidade que não correspondia a norma heterossexual era considerada perversão e seus praticantes eram considerados pela medicina como doentes e/ou “anormais”. Essas sexualidades entendidas como pervertidas eram patológicas e, quando não se conseguia curá-las, havia uma vigilância em torno das mesmas. É possível dizer que esse controle encontra-se presente na sociedade atual (Leite, 2011).

³ Entende-se socialmente por homem trans a pessoa que nasceu com uma vagina e se identifica com o gênero masculino, enquanto que por mulher trans a pessoa que nasceu com o pênis mas há uma identificação com o gênero feminino. Essa pesquisa utilizará os termos “homens trans” e “mulher trans” no decorrer do texto, pois não pretende-se utilizar os termos das ciências médicas.

⁴ Conforme Barbosa (2013), a diferença básica entre uma transexual e uma travesti, para o médico Harry Benjamin, embasava-se na relação que elas possuíam com seu genital, ou seja, uma transexual sentia necessidade de cirurgia e tinha aversão ao seu órgão genital, enquanto uma travesti obtinha prazer com o mesmo, e não tinha o desejo de realizar procedimentos cirúrgicos. Porém, é importante ressaltar que, conforme Bento (2004), essa ideia que diferencia travestis de transexuais ainda existe no presente momento. Porém nem todas as mulheres transexuais sentem abjeção ao órgão genital, o que torna importante rever essa padronização existente sobre as trajetórias trans.

existentes. Ainda conforme o autor, nesse período, as transições de gênero causaram curiosidade na população e incômodo nos cidadãos considerados mais conservadores, pois eles compreendiam as alterações de gênero e as cirurgias de redesignação como o apocalipse ou uma conspiração para acabar com a masculinidade. Essa temática tornou-se o centro do debate entre religiosos, educadores e cientistas. Diante da repercussão social e midiática ocasionada, surgiram outros estudiosos sobre o assunto, dentre os quais, conforme Green (2009), destacam-se Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller.

Benjamin foi um médico endocrinologista alemão que apontava a cirurgia como a única solução para as pessoas transexuais adequarem o corpo ao “sexo psicológico”. Ele diferenciava o sexo verdadeiro do sexo psicológico, sendo o primeiro localizado nos órgãos genitais e na genética, enquanto o segundo referia-se ao gênero com que a pessoa correspondia-se psiquicamente. Para Benjamin havia uma diferença entre o travestismo e o transexualismo, sendo o último compreendido como o desejo de mudar o órgão genital, enquanto a pessoa travesti somente desempenhava o papel do gênero oposto (Bento, 2006). Conforme Castel (2001), Benjamin não concordava com procedimentos psicoterápicos ou psicanalíticos, pois era crítico a tais práticas.

De acordo com Bento (2006), em 1953, Harry Benjamin criou o termo “transexualismo” e “transexual”. Tais termos se popularizaram no senso comum e na ciência em geral acompanhados de um significado que remetia à necessidade de tratamento. As teorias de Benjamin possibilitaram pensar e categorizar o “Transexual Verdadeiro”⁵. No ano de 1966, Benjamin lançou o livro “O fenômeno transexual” que foi considerado uma das obras mais importantes sobre o tema, pois além de organizar suas teorias lançou bases para critérios diagnósticos para os tratamentos no mundo todo (Castel, 2011).

⁵ A pessoa que se enquadra em critérios predeterminados, como sentir-se no corpo errado, repúdio aos órgãos genitais, necessidade de alteração corporal com urgência e infelicidade enquanto a sua condição (Bento, 2006; Leite, 2011).

Ainda na década de 1950 surgiu o psicólogo, pediatra e professor universitário John Money, que a princípio visava estudar casos de crianças intersexo⁶. Money foi o primeiro a utilizar o termo gênero em 1955, tendo como referência a Teoria dos Papéis Sociais⁷, para defender a ideia de que a identidade sexual e o gênero tornavam-se fixos e irrevogáveis por volta dos três anos de idade (Castel, 2001; Chiland, 2008). Segundo Bento (2006), os estudos de Money, apesar de embasados na teoria dos papéis sociais não afirmavam que o social determinava o “natural”, mas abordavam como as influências das instituições e educação asseguravam as diferenças entre os sexos. As teses de Money, mesmo com o foco em pessoas intersexo, tiveram grande importância para o “fenômeno transexual”⁸, pois ele construiu teorias que ainda são utilizadas como referência nos protocolos médicos para o procedimento de redesignação sexual. Foi Money quem fundou a “Clínica de Identidade de Gênero”, que teve como objetivo estudar as identidades trans. Foi nessa clínica que houve a primeira cirurgia de transgenitalização dos Estados Unidos, no ano de 1965 (Castel, 2001).

O psiquiatra e psicanalista Robert Stoller também teve relevância nos estudos sobre as identidades trans e transição de gênero, contribuindo com teorias psicanalíticas (Green, 2010). Foi Stoller quem criou o conceito “identidade de gênero”. Para ele todas as pessoas tinham presente dentro de si tanto a masculinidade quanto a feminilidade, porém em diferentes proporções. Com esse conceito, ampliou-se o olhar para a separação entre sexo e

⁶ Entende-se por intersexo ou interssexual a “Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais.” (Jesus, 2012, p.24).

⁷ Teoria que se embasava no construtivismo social e tinha como ponto central estudos de como a sociedade, através de suas diversas instituições e regras, sustentava a diferença dos sexos.

⁸ Foi a forma como a transexualidade surgiu na história biomédica, como um fenômeno. Atualmente é possível pensar que exista um “dispositivo transexual” e das identidades trans como todo, ou seja, discursos que são colocados como verdades sobre tais identidades. Com estes discursos é possível controlar os corpos que subvertem as normas e categorizar as identidades trans (Bento, 2006).

gênero dentro dos estudos trans. Em 1968, Stoller abordou em seu livro “Sexo e Gênero” o conceito de identidade de gênero nuclear, uma teoria de um núcleo central que possibilitava identificar o verdadeiro gênero de uma pessoa, sendo o mesmo estabelecido de forma imutável durante a infância do indivíduo. Conforme Bento (2006), as teorias desenvolvidas por Stoller ainda contribuem para a categorização biomédica de um transexual verdadeiro.

Em 1973, Money, Norman Fisk e Donald Laub criaram o termo “Disforia de Gênero”, sendo este um conceito mais amplo que o termo transexualismo, pois abordava um descontentamento entre o sexo biológico e o gênero desempenhado (Castel, 2001). Ainda no mesmo ano foi criado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), que em sua terceira edição (DSM-III) apresentou a transexualidade na classificação “transexualismo”. Na quarta edição do DSM, de 1994, ocorreu uma mudança de nomenclatura, na qual o termo transexualismo passa a ser substituído por “Transtorno de Identidade de Gênero” (Murta, 2011).

Em dissonância com os debates sobre a despatologização da condição transexual, o DSM-V, publicado em 2014, passou a classificar a transexualidade como Transtorno de Disforia de Gênero, tendo como base para seu diagnóstico o descontentamento do indivíduo com seu gênero. O manual considera o transexual como um indivíduo que busca ativamente pela transição social de um sexo para o outro, que em muitos casos deseja alterar anatomicamente o corpo por meio de terapias hormonais e procedimentos cirúrgicos, incluindo a cirurgia de redesignação sexual. O DSM-V também destaca que embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgias não se encontram disponíveis (DSM-V, 2014).

Conforme Lionço (2009), as identidades trans também se encontram categorizadas na décima edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), no capítulo referente aos

transtornos de identidade sexual. Nessa classificação está presente o termo transexualismo (F-64.0), entendido como uma rejeição do indivíduo ao sexo genital acompanhado de uma busca por cirurgias para adequação do sexo biológico ao gênero que o indivíduo se identifica. Ainda nessa mesma categoria estão presentes os termos travestismo bivalente (F-64.1) e travestismo fetichista (F-65.1). O primeiro refere-se a pessoas que se vestem com roupas de outro gênero por um período da vida, sem necessidades cirúrgicas para retirada do órgão genital. O segundo tipo de travestismo retrata as pessoas que utilizam vestimentas do gênero oposto e se excitam com essa prática, sendo a mesma relacionada às parafilias⁹.

Na atualidade, há movimentos sociais e políticos que advogam pela despatologização das identidades trans. Diante dessa realidade, a Organização Mundial de Saúde (OMS) entendeu a relevância dessa pauta e no ano de 2018 retirou a transexualidade da décima primeira edição do CID (CID-11), passando a caracterizá-la apenas como incongruência de gênero¹⁰. Apesar do avanço alcançado, ainda persiste a concepção naturalista embasada nas ciências biomédicas, que resulta em patologizações das manifestações de gênero que não se enquadrem na combinação “pênis-homem-masculino” ou “vagina-mulher-feminina” (Áran & Murta, 2009).

Um ponto importante a ser mencionado é o conflito em torno da existência ou ausência do diagnóstico de Disforia de Gênero, que, conforme Butler e Rios (2009), é um debate complexo que interfere diretamente na autonomia das pessoas trans. Os autores apresentam o exemplo de uma mulher trans que deseja realizar procedimentos cirúrgicos e tratamentos hormonais custeados pelo Estado, sendo que nesse caso, o diagnóstico permitiria que essa mulher se tornasse autônoma sobre o seu corpo e sua vontade. Em contrapartida, o

⁹ Parafilia era o termo utilizado para caracterizar as práticas sexuais que são entendidas como patológicas, como por exemplo: a pedofilia, voyeurismo, sadomasoquismo, atração por objetos ou animais, necrofilia e frotteurista. De acordo com o DSM-V atualmente usa-se o termo transtorno parafilico.

¹⁰ A justificativa em manter o termo incongruência de gênero ocorreu para que países que disponibilizam procedimentos ao público trans continuem oferecendo serviços, visto que a retirada total da CID-11 poderia acarretar uma perda de direitos do público trans.

mesmo diagnóstico fere a autonomia de uma pessoa trans que se identifica como não binária ou que não queira passar por nenhum tipo de procedimento. Com essas identidades que fogem a regra binária há tentativas de padronização e categorização das mesmas, embasadas nos critérios médicos estabelecidos, sendo que “As histórias de vida são histórias de transformação, e categorias podem, por vezes, parar o processo de transformação.” (Butler & Rios, 2009, p.101).

Diante desse breve levantamento histórico sobre a categorização dos corpos trans pelas ciências biomédicas pode-se observar que existiram duas grandes vertentes de produção de saber sobre os corpos que subvertem a norma binária, a primeira corresponde ao pensamento de Benjamin e Stoller, que apesar de abordagens distintas, ambos afirmam a existência de um gênero verdadeiro. A segunda vertente diz respeito ao pensamento de Money, que considera os papéis sociais como importantes para a formação dos gêneros (Bento, 2006). Conforme Bento (2006) ambas as teorias produziram distintas explicações para a compreensão das identidades trans. Porém cabe ressaltar que mesmo que diferentes e opostas, elas coadunam para a oficialização de critérios e protocolos existentes, assim como para a busca por uma pessoa transexual “de verdade”. Tais padronizações corroboram para o mantimento da norma binária de gênero e são excludentes pois não abarcam todas as identidades e conseqüentemente ocasionam uma divisão, onde nem todas as pessoas trans conseguem acesso aos procedimentos cirúrgicos e hormonais existentes.

2.2 O Brasil e o movimento político e social das identidades trans

No Brasil, de acordo com Benedetti (2005, p.30), existem relatos da existência de identidades trans desde a colonização, mas essas práticas “foram submetidas ao Tribunal da Inquisição no Brasil seiscentista”. Já a primeira cirurgia de redesignação sexual foi realizada

em Valdirene Nogueira, no ano de 1971, pelo professor e médico Dr. Roberto Farina (Bruns & Pinto, 2003). Porém, de acordo com Couto (1999) citado por Saadeh (2014), Farina acabou preso pois a cirurgia era uma prática ainda ilegal no país. Nessa década, diversas mulheres trans saíram do Brasil para realizarem os procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos em outros países.

Foi somente na década de 1980 que a transição de gênero foi debatida na sociedade brasileira devido ao destaque da trans Roberta Close. A modelo, antes de realizar a cirurgia de redesignação fora do país, posou nua para uma revista, sendo um dos exemplares mais vendidos na época. Após o ensaio nu, Roberta tornou-se celebridade e ocupou o centro dos debates midiáticos no Brasil. Era vista como um exemplo de feminilidade e diferenciava-se das outras mulheres trans que, consideradas escandalosas e exageradas, ao invés de revistas sensuais, ocupavam páginas policiais da época (Veras, 2013).

Na década de 1990, Roberta Close realizou sua cirurgia de transgenitalização na Inglaterra e em seguida posou nua novamente para a mesma revista. Nesse novo momento não necessitava mais esconder o órgão genital, ao contrário, a modelo fez poses em que exibia sua vagina. Isso causou tumulto nas mídias, aparecendo diversas reportagens conservadoras que acreditavam que a cirurgia e a exibição do corpo de Roberta Close não deveriam acontecer. Tal período marcou o cenário brasileiro sobre os debates de gênero e sexualidade (Veras, 2013).

Foi apenas no ano de 1997 que o Brasil realizou a cirurgia de transgenitalização de forma gratuita e dentro da legislação, sendo Bianca Magro a primeira mulher operada (Saadeh, 2004). Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza procedimentos importantes e úteis para a comunidade trans, que incluem os tratamentos hormonais e cirúrgicos. Porém, mesmo reconhecendo a importância da existência do processo transexualizador no SUS, os protocolos utilizados para a assistência em saúde estão

embasados nos conceitos biomédicos, que conforme dito anteriormente, comumente são excludentes e não contemplam todas as identidades subversivas (Arán & Murta, 2009).

No âmbito acadêmico brasileiro, conforme Amaral, Silva, Cruz e Toneli (2014), as pesquisas sobre as identidades trans começaram a ter destaque na década de 1990. Tais estudos eram realizados na área das ciências humanas, tal como psicologia, antropologia e sociologia, e eram relacionados aos espaços sociais de vulnerabilidades (rua, prostituição, infecções sexualmente transmissíveis, e drogas). Foi a partir do ano de 2000 que houve um aumento significativo nos estudos acadêmicos brasileiros sobre a temática, tais pesquisas ocorreram devido ao surgimento de uma militância LGBTQIA+ e por influência da Teoria Queer, que será abordada no próximo capítulo.

Atualmente, no Brasil as identidades trans estão sendo estudadas academicamente em diversas áreas do saber além das que foram anteriormente citadas. Nesse cenário, surge no meio acadêmico mulheres trans que estudam a sua própria realidade, o que amplifica a voz dessa população (Oliveira, 2018). Além desse aumento da produção acadêmica, há uma representação das identidades trans na grande mídia, como em telenovelas e programas, bem como nas mídias sociais, em especial o YouTube, que conta com canais de pessoas trans que apresentam seu cotidiano, suas trajetórias e desafios (Pereira & Costa-Junior, 2019; Neto & Vale, 2019). Esses novos espaços surgindo ao público trans têm contribuído para o debate sobre a transição de gênero no Brasil.

Ao mesmo tempo, o país vive um período que pode ser considerado conservador, no qual as políticas públicas estão sendo construídas sob influências de fundamentalistas religiosos (Miguel, 2018). Tais políticas e ideologias resultam no surgimento de um projeto nomeado “Escola sem Partido”, que visa barrar qualquer diálogo sobre gênero e sexualidade dentro das instituições de ensino, propagando a ideia de que a educação sexual é uma “ideologia de gênero” que irá ensinar as crianças a fazerem sexo e irá “transformar os jovens

em gays e lésbicas, a fim de destruir a ‘família tradicional’ e ensinar ‘pedofilia’. Por isso o termo “ideologia de gênero” - uma poderosa ferramenta política para manipular o pânico moral em troca de ganhos eleitorais” (Penna, 2018, p.112).

Por meio do que foi apresentado, percebe-se que o Brasil está passando por um período em que há uma disputa no debate de gênero e sexualidade entre os discursos conservadores e liberais. Essa realidade tem influenciado o pensamento de jovens e adultos, possibilitando refletir sobre a ocorrência de conflitos geracionais, a qual será discutida no decorrer desta pesquisa.

3 SOBRE O CONCEITO DE SEXO E GÊNERO

Eu quero saber quem é que foi o grande otário
Que saiu aí falando que o mundo é binário
Hein?
Linn da Quebrada (Pirigoza, 2017)

A sociedade ainda se encontra dividida de forma binária e conforme Judith Butler (2016) espera-se dos indivíduos que eles mantenham os corpos inteligíveis. Butler é uma autora pós-estruturalista, filósofa e uma das principais teóricas Queer e feminista contemporânea. Ela aborda os conceitos de performatividade, que será mencionado em seguida, e de inteligibilidade, sendo esse um termo que se refere à uma suposta coerência entre sexo-gênero-desejo-prática sexual. Os corpos inteligíveis são aqueles que seguem a ótica cisgênera e heteronormativa, e a inteligibilidade ocorre por meio do entendimento de sexo e gênero como correspondentes, pois conforme o construtivismo social o sexo está para o órgão genital assim como o gênero para a sociedade (Porchat, 2014). Sob esta ótica construtivista pode-se pensar em sexo como referente a fatores físicos e biológicos e gênero como algo construído pela cultura.

Os estudos pós-estruturalistas desenvolvidos por Butler (2016) defendem que não há uma separação entre sexo e gênero, pois o sexo está materializado no corpo e não pode ser pensado separado da cultura e das normas sociais. O sexo, assim como o gênero, é constituído por meio de um padrão regulador que classifica os corpos como binários. Nas palavras de Butler (2000, p.152) o sexo não é “simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural”.

O conceito de gênero foi inicialmente compreendido como correspondente aos estudos sobre mulheres, com o advento da primeira onda do movimento feminista na década de 1960 iniciou-se debates sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas foi somente na década de 1980 que o termo gênero surge como uma categoria de análise. Com o início dos estudos de gênero foi possível verificar como as masculinidades e feminilidades interagem na cultura. Com isso identificou-se padrões normativos sobre os papéis de gênero e relações de poder entre eles (Scott, 1995).

Segundo Connel e Pearse (2015), a divisão de gênero de forma binária é o que estrutura a sociedade e as relações de poder entre mulheres e homens, com os gêneros seguindo padrões opostos e polarizados. De acordo com o padrão de feminilidade vigente, a mulher é entendida como doce, submissa, delicada, devendo ocupar os espaços privados e afastar-se do que socialmente é considerado masculino. Enquanto isso, o homem deve se distanciar de tudo o que é considerado feminino, não podendo expressar sentimentos ou demonstrar delicadeza, precisando ser durão, forte e competitivo. Ainda, deve ocupar os espaços públicos, além de seguir como regra a heterossexualidade. Sendo assim, não deve ser passivo e nem ser considerado homossexual (Graciano, 1978; Fávero, 2010).

Tanto a feminilidade como a masculinidade não podem ser entendidas como correspondentes à biologia, mas também não podem ser consideradas como predeterminadas pela cultura. Ambas devem ser compreendidas como um fazer-se contínuo, que sofre influências culturais mas também é perpassado pela subjetividade humana, tornando possível que as pessoas construam a si mesmas enquanto masculinas, femininas ou outras possibilidades de gênero (Butler, 2016; Connel & Pearse, 2015).

Para Butler (2016), diferente do modo binário como é compreendido, o gênero não deve ser considerado estático e imutável, mas sim construído com o tempo, com a repetição de práticas e com a conformação linguística. Renovando as formas tradicionais e

construtivistas de pensar gênero, a mesma autora aborda o conceito como performatividade. Butler (2016) ao se referir ao conceito de performatividade, entende o gênero não como algo que se “é” mas como algo que se “faz” por meio da linguagem. Sendo assim gênero não deve ser compreendido como algo estático e cristalizado do ser humano, ele não é uma identidade imutável e fixa, mas construída por meio da repetição de atos no decorrer do tempo. Normalmente de forma binária, pois o fazer-se mulher ou homem emprega ao corpo uma conformação com uma maneira histórica de vivenciar os padrões. Nas palavras de Butler:

“O gênero não deve ser interpretado como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero.” (Butler, 2016, p.242).

A autora enfatiza que não existe um gênero original, sendo assim, há a possibilidade de atos performativos transformadores e subversivos (Porchat, 2014). Porém, não se deve confundir performatividade com performance, já que o conceito de performance é utilizado de forma errônea devido ao entendimento de existir um agente por trás do ato. A performatividade contesta a própria noção de sujeito.

Sendo assim, não existem gêneros verdadeiros ou reais, essa forma de compreensão é limitante, pois os seres humanos podem sempre reinventar novas possibilidades de vivenciar os corpos, e conseqüentemente, os gêneros. Nas palavras da autora:

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre as superfícies dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (Butler, 2016, p.236).

De acordo com o que foi discorrido até agora, é possível pensar que as diferenças entre a compreensão de gênero dizem respeito a eles enquanto uma construção social, uma forma de análise e como performatividade. Essa pesquisa utilizará o conceito de gênero a partir de uma ótica analítica, ou seja, para esse estudo, gênero será compreendido como um marcador social da diferença que possibilita analisar as relações de poder.

Falar sobre gênero seguindo um viés analítico permite pensar que o mesmo é uma forma de opressão social, mas existem outras formas de opressão e sistemas sociais com os quais o gênero se intersecciona. De acordo com Akotirene (2018, p.137), o gênero “[...] não é um componente isolado da identidade pessoal. A identidade é interseccional”. Assim, ele está associado às questões que envolvem raça, classe social, corpo, orientação sexual e a geração.

Ao abordar o conceito geração deve-se sempre considerar que a sociedade está em movimento constante, ou seja, que os fenômenos humanos se reinventam na dinâmica social. Tais mudanças podem se tornar elementos que constituem diferenças ou igualdades e ocorrem conforme as relações entre as gerações, pois elas se influenciam mutuamente e possibilitam rupturas ou permanências de ideologias, experiências, ética, entre outros. Diante disso é possível pensar que as feminilidades e masculinidades também vão se modificando conforme as dinâmicas geracionais (Costa-Júnior, 2014), o que será uma temática abordada no decorrer da pesquisa.

4 AS EXPERIÊNCIAS COMO MARCADORES NAS TRAJETÓRIAS TRANS

Selva de pedra mais uma sobrevivente
 Já me corrompi por causa de pouca grana
 A noite tem armadilhas a gente se engana
 Na alta da madrugada a milhão está minha mente
 De esquina a esquina a esperar mais um cliente
 Com roupas indecentes pra uns uma indigente
 Só reconhecida pelo corpo não
 Com roupas indecentes pra uns uma indigente
 Só reconhecida pelo corpo não pela minha mente.
 Danna Lisboa (Cidade Neon, 2016)

Conforme fora dito no início da pesquisa, as identidades trans durante o período da ciência sexual foram patologizadas e entendidas como desviantes. No cenário atual, embora exista influência das concepções biologizantes provenientes dos conceitos biomédicos sobre o entendimento das identidades trans, há também movimentos trans de militância que lutam pela despatologização de tais identidades, por visibilidade, combate ao preconceito e para que esta população seja contemplada por todos os direitos (Jesus & Alves, 2014). Esse capítulo visa apresentar alguns dos marcadores existentes nas trajetórias trans, tais como a construção corporal, o transfeminismo, os contextos de vulnerabilidades que essas mulheres comumente estão inseridas, as redes de apoio existentes, a afetividade trans e sobre questões da parentalidade trans.

4.1 O corpo como algo que se (des)constrói

Assim como para o sexo e o gênero, há diferentes discursos sobre o conceito de corpo. Conforme Bento (2006), a ótica biomédica possui o entendimento do corpo enquanto puramente biológico e os estudos culturais compreendem o corpo como diretamente

relacionado à cultura (Butler, 2016). Diante disso é possível pensar que o que se entende por corpo foi passando por modificações conceituais e morais ao longo do tempo, que possivelmente continuarão a ocorrer no futuro.

Conforme Louro (2013), alguns corpos são pertencentes a determinados grupos e posições sociais devido à ordem hierárquica que a sociedade possui, que classifica as trajetórias das pessoas de acordo com sua aparência corporal¹¹. Tais colocações permitem pensar que os corpos não são naturais, uma vez que a própria noção de “naturalidade” foi construída na sociedade. O entendimento de “natural” ou “não natural” modifica-se em diferentes culturas e se altera segundo os vieses ideológicos vigentes. Assim, não existe um corpo pré-discursivo, pois é inexistente um corpo natural que antecede as marcas culturais alocadas sobre ele (Butler, 2016).

Nesse sentido, os corpos são feitos por meio da linguagem, signos, dispositivos, convenções e tecnologias. Pensar um corpo como constitutivo cultural e linguístico não nega a materialidade do mesmo, mas permite um olhar sobre os processos existentes que servem para discipliná-los e categorizá-los (Butler, 2016). Por meio dos processos de controle sobre a forma que os corpos se apresentam, eles tornam-se então receptores de pedagogias distintas realizadas pelas famílias, escolas, leis, mídias, religiões existentes ou conceitos médicos (Louro, 2013).

Essas pedagogias existentes que buscam educar os corpos conforme a norma padrão são intensas, porém, apesar destes limites impostos e vigilância sobre os corpos, eles encontram possibilidades de mudanças e rompem as fronteiras sociais (Louro, 2013). Ainda segundo Louro (2000, p.5), o corpo humano é algo que “[...] se altera com a passagem do

¹¹ O termo aparência corporal, conforme Louro (2000), remete a ideia de estética, porém cabe ressaltar que essa pesquisa não se limita a esse entendimento, mas engloba também os marcadores sociais das diferenças, que são: classe social, gênero, geração, raça/etnia e território, pois entende-se que tais marcadores direcionam as trajetórias humanas.

tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica”.

Pensar sobre a construção de um corpo para além das fronteiras da ordem natural, é realizar uma ligação entre ele e o desenvolvimento tecnológico, tornando-se possível entender o ser humano como um ciborgue (Haraway, 2009). Sob esse ponto de vista de Haraway (2009), a construção corporal aborda questões pós-modernas, pois para ela os corpos são compreendidos como artificiais e se formam de modo semelhante a construções de máquinas.

Embora abordar a mediação das tecnologias sobre o corpo possa trazer à mente do leitor construções complexas, essa questão está presente em processos simples, como a alimentação industrializada, ingestão de medicamentos, uso de álcool e drogas, utilização de procedimentos médicos, estéticos, possibilidade de alterações hormonais¹², entre outros itens diários que ainda tentam manter a ilusão de que os corpos possuem uma naturalidade (Kunzru, 2009). Pensar nos seres humanos enquanto seres ciborgues não é pensar de uma forma futurística, mas sim no tempo presente, é considerar as tecnologias que permeiam as construções e relacionamentos dos indivíduos, e mais ousadamente, questionar quem é o indivíduo. Sendo assim, a compreensão de corpos ciborgues coloca em questão a ontologia do ser humano (Tadeu, 2009).

Atualmente, as ciências médicas desenvolvem técnicas que ampliam a condição de ciborgue, a junção entre os organismos e as máquinas está cada vez mais presente no meio social. Dessa forma, falar sobre esses seres ciborgues é também abordar a confusão das fronteiras corporais, pois: “[...] assim, meu mito do ciborgue significa fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades” (Haraway, 2009, p.45). Pode-se

¹² Fala-se desta possibilidade referente não apenas à população trans que escolhe passar por estes procedimentos, mas também às pessoas cis que comumente usam anticoncepcionais ou fazem uso de hormônios em academias para alcançar o corpo desejado, entre outros (Tadeu, 2009).

assim dizer que pensar em ciborgue permite romper os binarismos existentes, pois esse conceito traz a lume o quanto as identidades não são naturais, mas também ressalta que nenhuma construção social é uma totalidade. Haraway (2009, p.98) fala que “A imagem do ciborgue pode sugerir uma forma de saída do labirinto dos dualismos por meio dos quais temos explicado nossos corpos e nossos instrumentos para nós mesmas”.

Apesar de não existirem mais corpos naturais, as alterações realizadas sobre eles só são aceitas caso correspondam aos padrões de gênero, e desde que mantenham a inteligibilidade dos corpos, do contrário, ele será estigmatizado e compreendido como abjeto (Butler, 2016).

Em se tratando das mulheres trans, comumente elas alteram seus corpos para que tenham reconhecimento¹³ enquanto mulheres, porém não uma “qualquer”, mas sim uma burguesa e bonita, seguindo os padrões sociais de beleza (Pelúcio, 2005). Para isso, há um grande investimento em roupas, maquiagens e padrões estéticos. De acordo com a autora Jesus (2018), para as mulheres trans, a aparência física está relacionada com o processo de feminização, ou seja, para ser feminina é necessário seguir algumas normas socialmente colocadas, ou seja, andar, falar, vestir e comportar-se como mulher¹⁴. Cabe ressaltar que a construção social da feminilidade é algo que oprime as mulheres, sendo elas cis ou trans.

Conforme Pelúcio (2005) esses padrões expostos causam uma divisão entre as próprias mulheres trans, pois existe um grau de feminilidade entre elas e uma classificação conforme a correspondência às normas. Como por exemplo, as trans mais jovens, buscam corpos mais “delicados” e ligados a uma feminilidade que passa docilidade, enquanto os

¹³ Trata-se de reconhecimento social, visto que a sociedade costuma duvidar da feminilidade de mulheres trans, porém esta pesquisa entende que não é necessário o reconhecimento, pois se as pessoas se identificam como mulheres devem ser consideradas como tal, independente das vestimentas, maquiagens ou outros procedimentos (Duque, 2013).

¹⁴ O comportar-se como mulher refere-se ao entendimento de uma feminilidade normativa, ou seja, a mulher compreendida como delicada, submissa, doce, maternal, entre outras características (Graciano, 1978). Porém essa pesquisa entende que o comportar-se como mulher não existe, pois esse tipo de pensamento reforça o binarismo entre os gêneros e exclui pessoas que não se identificam com o modo normativo de ser mulher.

corpos mais “bombados” e menos “passáveis” são rotulados como um ser “traveção”, que é um termo pejorativo intimamente ligado ao masculino, ao exagero e ao insucesso do processo de transição. Por meio dessas construções realizadas e busca por uma feminilidade perfeita, é possível dizer que as mulheres trans estão sempre buscando por um corpo “passável”¹⁵.

Conforme um estudo realizado por Duque (2013), o “passar por” também se relaciona a contextos sociais e geração. Como por exemplo, uma mulher trans que vive a prostituição, na prática dessa atividade muitas vezes não tem a necessidade da passabilidade, porém em contextos médicos e judiciais, esta mulher precisa “passar por” para conseguir acessar seus direitos de nome social, alteração de documentos, procedimentos que envolvem sua saúde, entre outros. Também é importante “passar por” nos espaços públicos, pois assim é possível amenizar as violências sofridas.

Nesse sentido, a geração influencia no processo de passabilidade, pois quanto mais nova uma mulher trans começa a tomar hormônios, mais semelhante a uma mulher cis ela fica. Sendo assim, é possível que as mulheres trans mais velhas tenham menos passabilidade, por talvez começarem a hormonização mais tarde ou por realizarem construções corporais menos delicadas. Nas palavras de Duque (2013, p.69):

[...] quanto mais jovem e com uma feminilidade tida como “delicada”, construída a partir de um estilo de vida “moderno”, é mais fácil *passar por* mulher; e, que, por outro lado, não somente por ser mais velha, mas por constituir-se como uma “dona de casa qualquer”, que usa roupas baratas, sem maquiagem, e que não se

¹⁵ “Corpo passável”, “passar por” ou “passabilidade” são termos utilizados para falar sobre o quanto uma mulher trans assemelha-se a uma mulher cis. Conforme Duque (2013) a construção de um corpo passável perante a sociedade reforça o entendimento de que existe uma verdade sobre o sexo e o gênero. Porém é importante ter em mente que não deve haver uma padronização sobre a vivência passabilidade nas trajetórias de mulheres trans, pois algumas acham importante “passar por”, enquanto outras acreditam que este termo é uma afronta a sua identidade, visto que não necessitam “passar por” mulheres devido ao fato de já serem mulheres.

quer delicada, não garante a *passabilidade* aos olhos de quem está avaliando. Essas percepções revelam o quanto à juventude associada a uma situação de classe desvinculada da pobreza constitui feminilidades valorizadas socialmente.

Por meio dos conceitos apresentados até esse momento foi possível notar que a construção corporal é uma experiência importante dentro das trajetórias de mulheres trans. Esse assunto também é relevante para a análise das gerações, pois conforme dito na citação acima, a forma como o corpo é construído e a relação com o mesmo também sofrem alterações nas dinâmicas geracionais.

4.2 O transfeminismo e as suas pautas

O feminismo trans ou transfeminismo é uma pauta que deve ser mencionada ao pensar sobre as identidades trans e geração, pois é um assunto contemporâneo no meio trans (Jesus, 2018). Esse movimento tem forte influência da tecnologia, visto que as redes sociais possibilitaram reunir mulheres trans com pautas comuns e iniciar debates sobre a temática.

O transfeminismo obteve grandes contribuições do movimento de mulheres negras, que iniciou um feminismo interseccional por falta de representação no feminismo branco, que havia universalizado o conceito de mulher desconsiderando as especificidades das diferentes mulheres existentes, como suas necessidades e aspectos históricos (Nogueira, 2017). Sendo assim, de acordo com Jesus (2018), é possível dizer que o transfeminismo é uma forma

interseccional dos feminismos existentes, que visa romper o machismo e reforçar a necessidade de luta pelos direitos das pessoas trans¹⁶.

Desse modo, entende-se que o feminismo trans é um movimento que evidencia a importância da visibilidade de pessoas trans, fala sobre as relações de poder existentes entre pessoas cis e trans, e coloca como pauta as especificidades das pessoas que subvertem a norma binária, pois há desigualdades entre essas identidades.

Dentro da sigla LGBTQIA+ as pautas são distintas, sendo errôneo pensar que as identidades representadas por esse movimento passam pelas mesmas experiências (Aguião, 2016). Conforme Simões e Facchini (2009) esse movimento social a princípio era nomeado apenas como “movimento homossexual” e afastava-se das identidades compreendidas como desviantes, como por exemplo a identidade travesti, uma vez que ela estava relacionada à prostituição, ao uso de drogas e a criminalidade. Atualmente, essa diferenciação ainda se faz presente dentro do movimento LGBTQIA+, pois há uma predominância das pautas de homens homossexuais frente as pautas das lésbicas, bissexuais, transgêneros, queers, intersexos e assexuais. Deste modo, um movimento que lute especificamente pelos direitos e necessidades das pessoas trans faz-se necessário, já que esse público comumente é excluído até mesmo do movimento LGBTQIA+ (Jesus, 2018).

Entretanto, para Kaas (2015) o transfeminismo tem como pauta questões que envolvem feminilidade. Assim, o movimento seria pautado para que a mulher trans seja respeitada enquanto mulher independentemente de sua estética corporal. Dessa forma, temos que os conceitos de masculino e feminino são aplicados de modo diferente para as pessoas trans, uma vez que há uma cobrança maior para que esse público corresponda ao esperado sobre as masculinidades e feminilidades. Kaas (2015) cita como exemplo quando uma mulher cis age de uma forma socialmente considerada masculina. Nesse caso, apesar de

¹⁶ Importante destacar que, conforme Jesus (2018), diz-se pessoas trans pois o transfeminismo não é algo exclusivo das mulheres trans, visto que os homens trans também discutem o machismo, seja sobre como são afetados por ele, ou seja, sobre formas de não propagarem esse machismo existente na sociedade.

possivelmente ocorrerem olhares de julgamento sobre essa mulher, não existe uma desconfiança se ela é ou não uma “mulher de verdade”. Em contrapartida, com mulheres trans qualquer atitude que remete ao que é visto socialmente como masculino acaba deslegitimando seu gênero, fazendo com que não a considerem como uma “mulher real”.

Outra pauta transfeminista apontada por Kaas (2015) é a necessidade em despatologizar as identidades trans, para que esses corpos tenham autonomia sobre si e não sejam mais considerados não saudáveis, anormais. Cita-se também a importância de combater o cissexismo. Entende-se esse conceito como

[...] uma forma de sexismo que parte de um grupo identitário nomeado como cisgênero. Ou seja, o cissexismo será uma forma de opressão que as pessoas cisgêneras exercem sobre as pessoas trans. Será uma estrutura que visa deixar as pessoas trans à margem, e que desumaniza e retifica identidades trans como menos normais e abjetas em relação a quem não é trans. Todo processo de deslegitimação de alguma vivência trans será, então, cissexismo [...] (Kaas, 2015, p.6).

Além das pautas anteriormente mencionadas, o transfeminismo combate a ótica naturalizadora que entende órgão genital e gênero enquanto correspondentes, bem como busca por respeito às identidades trans conforme o gênero com o qual a pessoa se identifica. Ainda, busca por visibilidade das mulheres trans lésbicas, que comumente são deslegitimadas e compreendidas como “menos mulheres” por não corresponder à norma heterossexual. Outra pauta muito relevante do movimento é a da busca por direitos reprodutivos e da parentalidade trans, pois comumente as pessoas com identidades trans são impedidas de adotarem crianças e/ou são esterilizadas. Há um entendimento por parte da

sociedade de que essas pessoas não são capazes de desempenhar a parentalidade. Esse assunto será melhor abordado no próximo capítulo.

Para Alves e Jesus (2014), o movimento feminista trans pode ser compreendido como uma prática que pode ser exercida por todas as pessoas, independentemente se cisgênera ou transgênera, homem ou mulher, pelo fato desse movimento lutar contra o sexismo. Nas palavras das autoras:

Entende-se que o feminismo tradicional, sem a recepção do transfeminismo, reforça a falácia, repetida cotidianamente, de que mulheres “de verdade” seriam aquelas com órgãos genitais femininos externos e internos (vagina e útero), ou ainda “as que engravidam”, ou que homens “de verdade” seriam aqueles com testículos e pênis, que podem penetrar alguém. (Alves & Jesus, 2014, p.14).

Ainda conforme o entendimento das autoras, esse sexismo não prejudica apenas o público trans “[...] mas todo e qualquer ser humano que não se enquadre em tal modelo, como mulheres histerectomizadas e/ou mastectomizadas e homens orquiectomizados e/ou ‘emasculados’ por motivos de saúde, como o câncer.” (p.14). Sendo assim, é possível pensar que esse novo movimento traz uma diferente forma de compreender o gênero na sociedade e luta contra os binarismos existentes.

Uma vez que o transfeminismo é entendido como uma pauta que faz críticas sociais e tem conceitos inovadores, cujo o debate é intermediado pela tecnologia, é possível pensar que esse movimento tem influenciado o pensamento das juventudes trans sobre a percepção do que é ser homem ou mulher, sobre a construção corporal e sobre outros assuntos que estão inseridos como sua pauta.

4.3 Sobre os contextos de vulnerabilidades das mulheres trans

De acordo com Pelúcio (2009), os contextos de vulnerabilidades, infelizmente, são recorrentes nas trajetórias trans, pois esse público possui uma restrição dos espaços sociais. Por serem corpos que colocam em evidência a incoerência de um discurso naturalizador que compreende órgão genital e gênero como correspondentes, o público trans é invisibilizado nos contextos sociais não marginalizados e tem as suas vidas deslegitimadas. Nesse cenário, estão mais propensos ao uso de drogas ilícitas, sexo desprotegido e, conseqüentemente, a maiores índices de IST's.

Conforme o boletim publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹⁷ em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), os números de assassinatos contra a população trans são alarmantes. A cada dois dias uma pessoa trans é assassinada no país (Rede Trans, 2018), sendo o Brasil o país que mais mata transexuais no mundo todo (Universa, 2018), com o número preocupante de 163 pessoas mortas no ano de 2018 (Antra & Ibte, 2019).

A forma como esses crimes ocorrem visa uma espetacularização para servir de exemplo às outras pessoas, pois os corpos são desconfigurados, reforçando assim a importância em seguir as leis de gênero (Bento, 2016). De acordo com Bento (2016, p.51):

Uma possível interpretação para a natureza dessa violência está na posição que o feminino ocupa na ordem de gênero. O transfeminicídio, tal qual o feminicídio, se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação das travestis, mulheres trans e mulheres transexuais, motivada pela negação de

¹⁷ A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais, fundada no ano de 2000 na Cidade de Porto Alegre.

humanidade às vítimas. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais do seu corpo-sexual-generificado, o faz publicamente e demanda esse reconhecimento das instituições sociais.

Conforme dossiê feito pela Rede Trans (2017), a expectativa de vida de uma mulher trans é de trinta e cinco anos enquanto a expectativa de vida de uma mulher cisgênero é em torno de setenta e cinco anos. Conforme Antunes (2013), isso ocorre devido a maior exposição de uma trans a contextos de vulnerabilidades, como por exemplo, prostituição, drogas, contato com IST's, uso inadequado da hormonização e procedimentos estéticos. Assim, a velhice para mulheres trans tem seu início caracterizado por volta dos 40 anos.

Tal cenário indica o quanto esses corpos são castigados, humilhados e agredidos. Essas condições de violências são banalizadas pelo poder público que não contabilizam os índices que envolvem mortes do público trans, acesso à educação, saúde e empregos, sendo essas contagens realizadas por Organizações Não Governamentais (ONG's). Soma-se a isso o fato de que normalmente as pessoas trans são socialmente responsabilizadas pela própria morte com a justificativa de que tal desfecho deve-se ao seus modos de vida (Lopes, 2016).

Ainda conforme boletim publicado pela ANTRA, há também as mortes por suicídio, porém faltam dados concretos que viabilizem pensar o quanto é importante esse debate. Embora o suicídio tenha se tornado um problema social e de saúde pública, acometendo diversas pessoas no mundo todo, com índices maiores entre jovens e idosos, na população trans contribuem para o ato “o contexto social, econômico, disfunções químicas, e as próprias questões de saúde mental. Não sendo o suicídio algo inerente a ser trans, mas diretamente

ligado a como a pessoa e a sociedade se relacionam com a própria transgeneridade.” (Antra & Ibte 2019, p.37).

Nesse sentido, uma pesquisa realizada por Zucchi, Barros, Redoschi, Deus e Veras (2019) apontou que pessoas trans apresentam pior bem-estar psicológico quando comparadas às pessoas cisgêneros, demonstrando que a saúde mental da população trans merece atenção. Os contextos de vulnerabilidades aos quais esse público encontra-se exposto, o preconceito existente na sociedade, os direitos básicos que são comumente negados ao público trans e a inexistência de políticas públicas protetivas que levem em consideração as especificidades dessa população são fatores implicados com a deterioração da saúde mental desses indivíduos (Zucchi et. al, 2019).

Desse modo, Pelúcio (2009) e Lopes (2016) defendem a importância de abordar o problema da vulnerabilidade e da violência dirigida às identidades trans e ampliar as reflexões sobre as conjunturas que as aproximam da criminalidade, da prostituição e da marginalidade como meios de vida mais viáveis. Deve-se problematizar a razão de existir poucas possibilidades para pessoas trans nos espaços sociais não marginalizados e viabilizar o acesso desse público à conclusão do ensino básico e a universidade, pois o ambiente escolar, por seguir a norma heterossexual e cisgênera, costuma ser hostil com as identidades trans, sendo comum esse público sofrer preconceitos por parte de professores, alunos e coordenação (Vasconcelos, 2018). Além das instituições de ensino é importante possibilitar as identidades trans acesso a empregos formais.

A restrição de acesso a direitos e espaços sociais, atrelada às categorizações e padronizações existentes nas ciências biomédicas, coadunam para desfechos de vida restritos para as pessoas transexuais, o que torna invisível a pluralidade e multiplicidade potencial dessas identidades (Bento, 2006).

4.4 As redes de apoio e afetividade trans

A presença ou ausência de redes de apoio influencia as trajetórias das pessoas, uma vez que essas são importantes para o desenvolvimento e formação da identidade dos seres humanos. Fazendo um recorte para identidades trans, uma rede de apoio efetiva diminui o mal estar psicológico e reduz os riscos de vulnerabilidades a que estes sujeitos estão expostos (Silva & Cerqueira-Santos, 2014; Zucchi et. al, 2019).

Entende-se por rede de apoio a presença da família, amigos e parcerias afetivas que oferecem um suporte estrutural, financeiro e/ou afetivo na vida das pessoas trans. Embora o assunto seja relevante para compreender as dinâmicas sociais de mulheres trans, há poucos estudos que abordam essa temática (Silva & Cerqueira-Santos, 2014; Silva, 2018).

Dentre as possibilidades acima mencionadas, entende-se a família como fator de proteção para os indivíduos, muitas vezes com caráter primário e principal. Porém, ao evidenciar as experiências de mulheres trans, é possível pensar que é também na família onde ocorrem as primeiras experiências de intolerância, transfobia e falta de compreensão sobre suas identidades (Silva, 2018). Conforme Silva (2018), os pilares de construção familiar baseiam-se no apoio, formação de alianças e afeto, sendo muitas vezes negados às pessoas que subvertem a ordem binária de gênero. Sendo assim, o que se tem na realidade trans comumente é uma quebra de vínculos familiares, ausência de apoio e até mesmo a expulsão da residência. Segundo Soares, Fijó, Valério, Siqueiri e Pinto (2011) essa violência intrafamiliar que ocorre com as mulheres trans é algo comum em suas trajetórias e influencia a forma como são estabelecidas as relações sociais e vínculos dentro da experiência de transição.

Quando os direitos são negados dentro da própria família e há uma expulsão por parte de seus pais ou parentes, é comum que as mulheres trans encontrem apoio em amizades e/ou instituições que atendem esse público. De acordo com Zucchi et al. (2019):

Na medida em que pessoas transgênero são expulsas de casa ou são obrigadas a deixar o convívio familiar, elas encontram nas redes de amigos, organizações comunitárias ou não governamentais o acolhimento de sua identidade/expressão de gênero, e podem estabelecer e fortalecer relações de suporte e confiança (p.8).

Assim, é comum às mulheres trans encontrarem na “pista”, que é um termo utilizado por elas para referir-se às ruas e a prostituição, os meios para sobreviverem e se organizarem quando saem da casa dos familiares. Muitas vezes, é no contexto de acolhimento na casa de mulheres trans mais velhas - que são chamadas de mães - que é iniciado o processo de construção corporal, com ensinamentos de como serem femininas e comportarem-se nas ruas (Pelúcio, 2009).

Em relação às parcerias afetivas, apesar de serem consideradas uma rede de apoio, é comum que sejam ausentes na vida de mulheres trans, o que pode trazer uma carga de sofrimento. Nesse sentido, existem o *T-lovers*, que são homens que gostam de mulheres trans, mais especificamente travestis. Porém, normalmente essa relação se dá em espaços sociais específicos, sendo comum ocorrerem apenas no âmbito privado e com regras para que essa restrição de espaço não seja desrespeitada (Pelúcio, 2009).

Entretanto, dentro das expectativas afetivas das mulheres trans há uma busca por companhias que as valorizem como mulheres e as assumam em espaços públicos, o que nem sempre acontece, pois há uma dificuldade em constituir parcerias que não as objetifiquem sexualmente (Pelúcio, 2009). Comumente mulheres trans não conseguem estabelecer

relacionamentos afetivos e quando estabelecem, geralmente o mesmo fica oculto para sociedade ou a família do parceiro opõe-se à relação (Zampiroli, 2017).

No processo de busca por parcerias afetivas, conforme Benedetti (2005), existe uma procura por homens que se assemelham ao masculino estereotipado, que remete a uma personalidade ativa e viril, seguindo modelos heterossexuais. Há uma preferência por homens que não queiram ser passivos na hora do sexo e que tenham passado por relações com outras mulheres cis, o que reforçaria sua feminilidade (Benedetti, 2005; Pelúcio, 2009). Porém, em um estudo realizado por Duque (2011) com travestis adolescentes, as mulheres trans mais jovens não buscam mais parcerias heteronormativas e estão abertas as novas possibilidades de relacionamento, sendo essa nova forma de pensamento considerada uma mudança geracional.

4.5 Parentalidade Trans

De acordo com Agonese (2016), as mulheres trans por subverterem as normas de gênero esbarram em diversos preconceitos ao tentarem exercer a parentalidade, devido ao machismo e cissexismo que permeiam essas identidades. Essas mulheres passam por uma castração física e simbólica, pois, respectivamente, não há mais produção de esperma, por conta dos hormônios que alteram o corpo, bem como há uma compreensão social e biomédica que mulheres trans não têm o desejo de exercer a maternidade. Porém, em estudo realizado por Zambrano (2008), havia mulheres trans que sentiam o desejo de serem mães e para isso aguardavam na fila de adoção.

Assim, faz-se necessário conversar sobre os direitos reprodutivos para os corpos trans, sendo essa uma pauta contemporânea e pouco discutida. Conforme Agonese (2016), muitas pessoas trans sentem vontade de ter um filho biológico. Entretanto, Zambrano (2008) em sua

tese relata que as entrevistadas trans quando questionadas sobre doar sêmen sentiram-se desconfortáveis. Essa doação remete de alguma forma à paternidade, sendo que o desejo delas era de exercer a maternidade.

Cabe ressaltar que a parentalidade não condiz apenas com a presença de filhos biológicos, sendo a adoção uma possível solução. Mas de acordo com Agonese (2016), no Brasil o sistema judiciário discrimina as pessoas que não seguem as normas de gênero e querem adotar. Sendo assim, as dificuldades das pessoas trans para a adoção envolvem a presença de um pensamento que naturaliza o sexo como correspondente ao gênero. Dessa forma, há o entendimento de que uma mulher trans não exerceria bem a maternidade, pois já “foi homem” anteriormente, mesmo quando essas mulheres apresentam histórico de cuidado com crianças, como irmãos, sobrinhos e/ou filhos do parceiro(a).

Estas são formas de violências simbólicas que a população trans sofre na hora de exercer a parentalidade, seja por meio dos direitos reprodutivos que não são contemplados, seja por meio da adoção, em que o processo é dificultado para pessoas que subvertem as normas de gênero (Souza, 2015).

Ainda, sabe-se que o entendimento de geração comumente está relacionado às categorias geracionais e ao parentesco, mas estes não serão os conceitos norteadores desta pesquisa, pois ela tem como base bibliográfica as teorias sociológicas sobre geração que serão apresentadas a seguir.

5 SOBRE AS IDENTIDADES TRANS E O CONCEITO DE GERAÇÃO

[...] eu acho que ela [a sociedade] se relaciona com um olhar de curiosidade e de ameaça, porque ao mesmo tempo que é algo, tipo, entre aspas “novo” pra elas, é algo que ameaça, tipo... as estruturas que eles estabeleceram há muitos anos, tipo os papéis de gênero que eles esperam, e as pessoas trans oferecem uma nova realidade, tipo assim, uma desconstrução completa.

Mel (18a)

Existem poucos estudos focados nas trajetórias de mulheres trans a partir da analítica geracional, sendo esse um assunto necessário devido às mudanças que ocorrem na sociedade conforme a relação e co-educação entre as gerações. Nesse contexto, falar sobre mulheres trans e geração permite identificar como esse público está posicionado na sociedade e quais mudanças estão ocorrendo. Com a perspectiva dessa relevância, esse capítulo visa abordar o conceito de geração, primeiramente ampliando o conceito embasado na sociologia para depois trabalhar as categorias geracionais em relação às identidades trans.

5.1 O conceito de geração conforme a sociologia

A teoria sobre geração recentemente tem despertado interesse nas discussões em ciências humanas (Costa-Júnior, 2014). Porém, o conceito geração ainda possui uma imprecisão e por isso passou a ser utilizado de forma acrítica pelo senso comum (Tomizaki, 2010; Domingues, 2002). Atualmente na sociedade há uma falsa ideia de que as gerações são divididas por datas específicas, como por exemplo, os *baby boomers*, a geração X, a geração

Y e a geração Z¹⁸ (Novelli; Leite; Sitta, 2010). Cada geração anteriormente citada possui características específicas que as diferem umas das outras, mas esta forma de compreender geração é simplista e limitada, pois reduz a amplitude do conceito e não considera o impacto social da contemporaneidade.

O conceito de geração não se refere somente às pessoas com a data de nascimento próximas, embora não seja descartada a relevância desse dado (Domingues, 2002; Tomizaki, 2010). Diante disso, Mannheim (1982) constatou um problema sociológico no conceito de geração, pois deve haver uma compreensão desta como uma situação social ao mesmo tempo em que é importante considerar o entendimento dos ciclos biológicos. Conforme o autor, o fenômeno social geração é uma forma de identidade de situação, que abrange os grupos etários, mas não se resume a eles (Mannheim, 1982).

Segundo Entralgo (1944), os primeiros estudos que envolveram a relação entre diferentes gerações datam do século XIX. Em sua perspectiva histórica, o conceito de geração foi bastante utilizado como uma alusão a um período da vida humana e da sociedade. Antes, a história da construção da sociedade era apenas nomeada como “história da humanidade”. Ao colocar-se o termo geração consegue-se dividir e localizar os fatos históricos. Um dos autores pioneiros a falar sobre geração foi Guillermo Dilthey, que pensava a mesma como parte da história e um movimento contínuo. Então, para Dilthey as gerações são medidas pelo tempo vivido do homem e por uma ordem cronológica.

De acordo com Weller (2010), o pensamento de Dilthey norteou outros pensadores da época, sendo importante citar Mannheim, que foi um dos autores dominantes sobre a teoria que será utilizada nesta dissertação. O conceito de geração estudado por Carl Mannheim tem

¹⁸ *Baby boomers* são as pessoas nascidas entre 1946 e 1969, geração X são as pessoas nascidas entre 1970 e 1980, geração Y as pessoas nascidas de 1981 à 1990 geração Z as pessoas nascidas após o ano de 1991.

influências das teorias positivistas e romântico histórico¹⁹, porém com clara preferência pela segunda teoria.

Esse entendimento de geração sob uma analítica romântica histórica alemã possibilita pensar a idade também como um tempo interior particular e subjetivo. A partir disso houve uma reflexão sobre o que é ser contemporâneo. Conforme Mannheim (1982), as pessoas que vivem no mesmo tempo histórico-social e estão sujeitas a influências comuns poderiam ser consideradas contemporâneas. Porém, partindo da ideia anteriormente citada de geração como um tempo privado e individual, surge o conceito de não contemporaneidade dos contemporâneos, que viria a ser quando essas pessoas possuem percepções distintas sobre o momento atual e tais percepções assemelham-se às ideias das gerações anteriores.

Ainda conforme Mannheim, para entender geração e a contemporaneidade é preciso compreender os conceitos de situação geracional, conexão geracional e unidade geracional. A *situação geracional* está embasada na existência de um ritmo biológico humano que envolve vida e morte, os fatores considerados cronológicos, considerando-os como uma situação pelo fato de todos os seres humanos passarem pelos mesmos estágios maturacionais da vida. Porém reduzir a amplitude que permeia o conceito de situação geracional apenas a idade das pessoas seria errôneo, o que resultaria no mesmo erro das teorias das ciências naturais, perdendo assim a importância dos fenômenos sociais para a compreensão do indivíduo (Mannheim, 1982).

Assim, entende-se a situação geracional como uma potencialidade, em que as pessoas que pertencem à mesma situação geracional podem adquirir e acumular experiências comuns de forma compartilhada. Como mencionado anteriormente, situação geracional está relacionada ao conceito de contemporaneidade. Em razão dessa potencialidade em comum,

¹⁹ O positivismo é um pensamento que visa quantificar o percurso histórico, tratando a geração como uma unidade para medir o tempo. Porém, este conceito é mecanicista e pauta-se em um falso princípio de linearidade. Enquanto o romanticismo entende o tempo como algo qualitativo, subjetivo e diferente do acontecer histórico. O pensamento histórico-romântico faz esforços para buscar se diferenciar dessa linearidade do fluxo temporal (Entralgo, 1944).

membros de uma mesma situação geracional podem gerar mudanças na forma de pensar, ou permanecer com tais mudanças latentes, o que envolve outros fatores interseccionais, como gênero, raça/etnia e classe social (Mannheim, 1982; Costa-Júnior, 2014).

Já a *conexão geracional*²⁰ apresenta características que podem ser consideradas mais determinantes, devido ao fato de pressupor vínculos mais concretos que estão além da potencialidade. “A conexão geracional implica em uma participação efetiva na prática coletiva, seja ela concreta ou virtual. É, portanto, uma forma de agir coletivo compartilhado por aqueles que ocupam a mesma posição geracional”. (Costa-Júnior, 2014, p.66).

Tomando o exemplo dado por Mannheim (1982) de jovens de diferentes lugares do mundo que viviam realidades distintas, tais jovens poderiam ser considerados em uma situação geracional (enquanto idade cronológica), mas não poderiam ser considerados em uma conexão geracional, pois não partilhavam de forma concreta os mesmos “sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica” (p.87). Para que uma geração se constitua como uma realidade é primordial um laço mais concreto²¹.

Por sua vez, a *unidade geracional* não precisa necessariamente de um vínculo tornando as pessoas um grupo concreto e nem se confundir com uma organização, não sendo formadas por uma estrutura organizacional visível (Mannheim, 1982; Costa-Júnior, 2014).

Elas se formam por meio das conexões geracionais com ideias mais específicas. Para compreender a geração enquanto unidade deve-se pensar co-presença ou participação dos indivíduos de um mesmo momento histórico e social. Dessa forma, a unidade geracional, ou unidade de geração, envolve um nexos mais concreto, possui membros com ideias muito

²⁰ Termo utilizado por Weller (2010), porém Mannheim (1982) utiliza o termo: “geração real” ou “geração enquanto realidade”.

²¹ Outro exemplo mencionado por Mannheim foi a polarização que existiu em 1810 entre dois grupos: a juventude romântico-conservadora e a liberal-racionalista. Ambos tinham pensamentos opostos, então não se poderia dizer que esses grupos possuíam a mesma mentalidade moderna na época. Surge assim a questão: esses grupos poderiam ser considerados conexões geracionais? E a resposta dada pelo autor foi de que sim, pois essas duas juventudes pertenciam a mesma conexão geracional que obtiveram formas de pensar distintas. Em outras palavras, os dois grupos pertenciam a mesma conexão geracional em unidades geracionais diferentes (Mannheim, 1982).

semelhantes. Sendo assim, dentro de uma geração podem existir várias unidades geracionais, mesmo que antagônicas, que juntas constituem uma geração real.

Esse esclarecimento das diferenças existentes entre situação/posição geracional, conexão geracional e unidade geracional torna-se fundamental para qualquer análise sobre geração. Falar de gerações como algo geral, sem qualquer distinção, gera o risco de cair somente nos conceitos biológicos ou somente sociais, sendo que para entender este fenômeno é extremamente importante compreender as relações e inter-relações dos indivíduos e considerar a contribuição e correlação das outras ciências (Mannheim, 1982).

O que até então foi apresentado nesta pesquisa permite visualizar a complexidade que envolve o conceito de geração e as dinâmicas geracionais, mas é necessário enfatizar que os estudos realizados por Mannheim foram desenvolvidos anteriormente à globalização e ao surgimento da internet, que foi algo que impactou as relações sociais e interação entre as gerações (Costa-Júnior, 2014).

Atualmente, amplia-se o conceito de geração como uma forma analítica das subjetividades coletivas, sendo a subjetividade compreendida como algo que se tece nos processos interativos, construída na interação com outros seres humanos. Fazer parte da humanidade, conseqüentemente significa participar de subjetividades coletivas. Essas coletividades possuem impacto umas sobre as outras mesmo que de maneira não intencional, sendo assim, a geração não se define de forma isolada, mas na interação com outras gerações (Domingues, 2002).

Para tanto, Domingues (2002) fundamenta-se na teoria de Mannheim e conceitua geração primeiro como uma posição biológica de nascimento e morte, reforçando que o conceito não se reduz a isso. Conforme o autor, para ser uma geração tem que possuir experiências e vivências compartilhadas. Existem três analíticas para a geração de acordo

com o pensamento de Domingues (2002): família e as relações de parentesco; coortes; a experiência vivida e mediada dos indivíduos e coletividades (categorias geracionais).

Além do que foi mencionado, a relação entre as diferentes gerações coloca em evidência a finitude humana e, nesse sentido, permite pensar que os processos que envolvem a sucessão geracional tendem a um conflito, pois podem significar a morte das gerações anteriores, seja física ou simbólica (Tomizaki, 2010). Em razão disso, realizar estudos que abordem a analítica geração é olhar para e esmiuçar as disputas, rupturas, alianças e continuidades de uma geração para a outra, sendo essas situações que ocorrem por meio da socialização entre as gerações. Nas palavras do autor:

Poderíamos dizer que processos socializadores incidem sobre um espaço fundamental de intersecção entre as gerações: a *transmissão*. Transmitir e herdar são duas facetas de um mesmo movimento que coloca as gerações diante do desafio de definir como devem se conduzir em relação à sua *herança*, que pode ir dos bens estritamente materiais aos totalmente simbólicos, bem como pode ser pensada tanto no plano das microrrelações sociais (como as familiares), quanto em uma dimensão macrossocial (como os sistemas previdenciários, regulados pelo Estado). (Tomizaki, 2010, p.329).

O processo de socialização é um contínuo que nunca pode se dar por acabado, pois as pessoas se socializam desde o nascimento até o último dia de suas vidas (Tomizaki, 2010). Sendo assim, a dinâmica de transmitir e herdar é importante para pensar o conceito de geração, pois através de transmissão é passado aquilo considerado relevante à continuidade, e por meio da herança se recebe tais valores e conteúdos. A aceitação das gerações posteriores

daquilo que está sendo transmitido pelas anteriores pode ser positiva ou negativa, e é a partir disso que ocorre a co-educação entre as gerações por meio da socialização.

A socialização, nessa perspectiva, como dito anteriormente, torna-se fatalmente um encontro de gerações, um encontro necessário e incontornável, no qual, entre disputas e alianças, diferentes gerações definirão, umas em relação às outras, as continuidades e rupturas de determinados “modos de geração” (Tomizaki, 2010, p.342).

Conforme a autora Sant’Ana (2012), todas as gerações têm que lidar com as mudanças que estão ocorrendo no cenário social. Assim, analisar as rupturas e continuidades em uma geração permite refletir sobre a sociedade atual e elucidar as permanências de ideologias ou as mudanças que aconteceram ou estão ocorrendo. Nas palavras de Sant’Ana (2012):

As rupturas biográficas e geracionais ocorrem quando uma perturbação incisiva nas relações estabelecidas no processo de socialização coloca em suspensão ou ruptura as identificações passadas, implicando desajustamentos múltiplos entre o que foi apropriado pelo sujeito no passado e as exigências por ele visualizadas no presente. (p.254).

Ampliando a forma analítica apresentada por Domingues (2002), a autora Tomizaki (2010) entende como aspectos fundamentais para analisar geração: i) a idade; ii) a situação de classe; iii) as experiências comuns compartilhadas, sejam elas simbólicas ou concretas; iv) a relação com as gerações antecessoras ou sucessoras; v) a conjuntura social, histórica, política e econômica a qual as gerações estão presentes; e vi) as relações familiares e/ou parentesco. Essa pesquisa utilizará para sua análise o entendimento de ruptura e continuidades, em um

sentido de compreender se existem rupturas de identificações e/ou práticas passadas, e caso a resposta seja positiva pretende-se mostrar quais são essas rupturas e quais são as continuidades geracionais dentro da trajetória de mulheres trans, o que será abordado daqui em diante.

5.2 Categorias geracionais e trajetórias trans

Esta pesquisa aborda brevemente a relação das categorias geracionais e parentesco dentro da experiência de mulheres trans. Entende-se as categorias geracionais (infância, juventude, maturidade e velhice) como marcadores sociais que podem direcionar a trajetória de vida dos indivíduos, e por isso os espaços sociais existentes podem ser amplos ou mais restritos dependendo a qual categoria geracional a pessoa encontra-se inserida. Cabe ressaltar que tais categorias são construções sociais.

Conforme Ferrigno (2010), separa-se as crianças das outras categorias, como se houvesse um universo infantil. O mesmo ocorre com os idosos, que possuem uma limitação das atividades que podem realizar e dos lugares que podem frequentar. Os adultos utilizam espaços distintos das crianças e idosos, ocupam maior parte dos espaços sociais e possuem liberdade, pois estão no auge da produção. De acordo com esta divisão existente é possível dizer que existem relações de poder entre as categorias geracionais, em que a fase adulta é detentora da hegemonia.

Nesse contexto, falar sobre infâncias trans é delicado, pois conforme a autora Berenice Bento, em uma entrevista concedida a Dias (2014), as crianças brincam com os gêneros o tempo todo e precisam dessas experimentações para que se desenvolvam de forma sadia. Diante disso é errôneo estigmatizar as crianças alegando que elas possuem uma

identidade trans. Em contrapartida, Preciado (2013) defende a importância de um olhar diferenciado para as crianças queer, pois as crianças que cruzam as fronteiras da regra heterossexual e cisgênera sofrem diversos preconceitos no decorrer de sua infância. É importante que estas crianças tenham suas identidades respeitadas dentro das instituições existentes e possam subverter as normas sem sofrer discriminação e violências²².

A infância foi uma categoria geracional conceituada com a institucionalização dos processos de ensino, no início do século XVII, e com o desenvolvimento da pedagogia. Porém a história de crianças que subvertem as normas de gênero foi excluída dos estudos da infância e foi apropriada pela história das ciências biomédicas, partindo de um entendimento dessas crianças de acordo com um olhar patologizante (Cardoso, 2018).

No senso comum existe a crença que infâncias trans são raras, porém Kennedy (2010), por meio de sua pesquisa sobre transexualidade e infância, afirma que estes casos são comuns. Há uma estimativa que as crianças identificam a sua identidade de gênero por volta dos oito anos de idade, mas calam-se por medo ou por falta de referenciais que permitam que elas compreendam quem são (Kennedy, 2010).

Existe um controle sob os corpos infantis e um repertório cultural criado para que as crianças sigam de forma acrítica (Sarmiento, 2005). Dentro deste repertório encontra-se a conformidade com as normas cisgêneras e heteronormativas, que ainda são dominantes na sociedade. Existem pedagogias punitivas sobre os corpos infantis que não se conformam às normas de gênero existentes, fazendo com que crianças passem por um policiamento para que correspondam ao socialmente esperado, para que sigam a norma binária e heterossexual (Louro, 2000). Pode-se pensar que essas pedagogias e controle sob os corpos não são recentes

²² Esta pesquisa parte da ideia da importância de falar sobre as infâncias subversivas, sem descartar a importância das crianças brincarem com os gêneros sem que isso se torne um estigma.

e perpassam todas as categorias geracionais, porém ao evidenciar a criança como responsabilidade do adulto, é possível pensar que tais correções podem ser mais severas.

Entretanto, apesar do controle existente sobre os corpos infantis, é importante ressaltar que a criança não é um ser passivo na sociedade, mesmo com as regras impostas elas conseguem criar culturas próprias para adquirirem seus significados e darem vazão à imaginação (Sarmiento, 2005). Conforme Zanette e Felipe (2017), as crianças conseguem realizar seus desejos de transgressões por meio da imaginação, da troca de personagens de gênero estereotipado para personagens com o gênero neutro, brincadeiras escondidas, entre outros. Mas dificilmente estas crianças trans contam a alguém sobre esses seus desejos, pois quando expõem são julgadas por seus responsáveis ou pelas pessoas com que convivem.

Já em relação à juventude, existem entendimentos sobre ela que em alguns momentos coexistem e em outros disputam. Destaca-se a identificação da juventude como uma preparação para a vida adulta, mas também como uma fase marcada por instabilidade, fazendo com que os jovens sejam entendidos pelas gerações mais velhas como pessoas desinteressadas ou irresponsáveis (Ferrigno, 2010; Pais, 1990).

A juventude tem como base de formação as discontinuidades intergeracionais, pois é um período que possui uma potência para mudanças. Conforme Pais (1990), sem essas discontinuidades, estudar o conceito geração não faria sentido, pois não haveriam mudanças culturais. Devido a essa potência de modificações, acredita-se que a juventude é por essência progressista, mas essa ideia é errônea, visto que tanto os movimentos progressistas como os conservadores podem influenciar essa categoria geracional. De acordo com Mannheim (1986), “A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade” (pp.74-75).

As mulheres trans jovens tem essa potencialidade de mudança e descontinuidades intergeracionais em suas trajetórias, pois conforme Duque (2011) em sua pesquisa realizada com adolescentes travestis foi possível perceber que algumas rupturas estão ocorrendo no comportamento e ideologias. Antes as possibilidades trans eram limitadas a experiência de prostituição e da rua, mas com o passar do tempo, apesar dos preconceitos ainda serem demonstrados nos espaços sociais, a rua não é mais o único local que este público tem ocupado. Nas palavras do autor:

A presença, entre esta nova geração de travestis, de algumas que não estão ligadas exclusivamente à pista, indica uma mudança nos referenciais que estes adolescentes encontram em nossos dias em contraste com o repertório mais restrito do de gerações anteriores. (Duque, 2011, p.160).

Porém, é importante ressaltar que, apesar dessas mudanças, a pista ainda é um referencial para as trans jovens, mesmo para as que não se prostituem, pois é um ambiente onde podem se espelhar para a realização da construção corporal. Sendo essas alterações corporais uma continuidade que foi identificada, em que mesmo com mudanças de olhares sobre ser trans, as mais jovens ainda procuram modificar seus corpos conforme o padrão de feminilidade vigente na sociedade (Duque, 2011).

Outra descontinuidade percebida pelo autor refere-se ao modelo das parcerias amorosas, as gerações anteriores procuravam homens com características mais hegemônicas, os quais eram chamados de “homem de verdade”, referindo-se à virilidade. Porém, no estudo de Duque (2011) foi observado que houve uma mudança nestes ideais, em que as trans adolescentes interessam-se frequentemente por homens homossexuais e/ou mulheres. Diante desses fatos é possível pensar que as trajetórias trans estão se modificando conforme as novas

gerações, ocupando novos espaços sociais e mudando as formas de relacionamento. Consequentemente essas mudanças impactarão as gerações futuras.

Quanto à categoria *adulter*, conforme Ferrigno (2010), sociologicamente a fase adulta é marcada pela entrada no mercado de trabalho e pelo cumprimento de responsabilidades, como independência financeira, obrigações conjugais ou familiares, deveres do trabalho, entre outros. Devido a tais atividades, a fase adulta tem se tornado cada vez mais tardia, pois é difícil corresponder ao socialmente esperado de uma pessoa adulta nos tempos atuais (Cardoso, 2018).

Por se tratar de uma categoria considerada o ápice da produção, seja ela material ou intelectual, além de ser entendida como um ideal a ser alcançado, existem poucos estudos que abordam a vivência no seu decorrer. Essa ausência se dá em decorrência da hegemonia da categoria geracional *adulter* frente às outras categorias geracionais existentes, o que faz com que os adultos não questionem a si mesmos (Ferrigno, 2010).

Ao se pensar sobre a fase adulta das identidades trans, os estudos tornam-se ainda mais escassos. Retomando a questão das particularidades da velhice trans apresentadas no ítem 4.3 a velhice trans se inicia por volta dos quarenta anos de idade. Se partir desse pressuposto, é possível refletir que o início da fase adulta para uma pessoa trans se inicia mais cedo em comparação a uma pessoa cis. E se o período adulto é marcado pela independência financeira e produção, há possibilidade das trajetórias trans terem sua maturidade marcada pela busca pelo sustento e modificações corporais.

Conforme Antunes (2013), as mulheres trans idosas costumam sofrer diversos preconceitos, pois além de subverterem a norma cisgênera pertencem a categoria velhice, sofrendo discriminação por serem corpos subversivos que não são mais jovens e produtivos. A velhice é compreendida como uma produção social e cultural marcada por referentes negativos, socialmente considerada uma fase ruim, com a presença de doenças físicas e

psicológicas, tornando os mais velhos excluídos de alguns espaços sociais. De acordo com Ferrigno (2010, p.74):

A sociedade moderna, ao cultuar os valores do progresso, da inovação, da juventude e, principalmente, do consumo, produziu uma imagem negativa de velhice e de envelhecimento, associada frequentemente a algo ultrapassado, e caracterizado como um processo contínuo de perdas físicas, psíquicas e sociais.

A velhice trans ocorre quando este corpo não está mais atraente o suficiente para estar nas ruas, quando elas envelhecem e tem que ceder o lugar na pista. Comumente, nesse momento, é quando passam a ser a construtora de novos corpos, passam a ser bombadeiras ou cafetinas que gerenciam as mais jovens e oferecem ajuda para que consigam entrar no mundo da prostituição. As mulheres trans mais velhas são chamadas de “mãe” pelas mais novas, pois elas auxiliam na criação desses corpos femininos que estão nascendo (Pelúcio, 2009; Antunes, 2013). É possível observar também a transmissão de valores entre as mulheres trans mais velhas para as mais novas, pois há um ensinamento de sobrevivência e de autocuidado²³ (Antunes & Mercadante, 2011).

É importante mencionar que quando uma mulher trans consegue chegar a velhice esse pode ser um período marcado por sofrimento. Antunes (2013) em sua pesquisa sobre travestis velhas apresentou narrativas de mulheres trans que na velhice precisaram voltar a se vestir conforme o gênero masculino para que recebessem cuidado institucional ou de familiares, tornando explícito que a velhice trans é uma fase que pode ser marcada por preconceitos e violências.

²³ O autocuidado refere-se não só ao corpo, mas também a questões políticas, como buscar por respeito nos espaços existentes (Antunes, 2013).

A baixa expressividade de estudos que discutam as identidades trans sob uma perspectiva das gerações pode dificultar a compreensão dos fatores de vulnerabilidade que tangenciam as trajetórias de mulheres trans ao longo dos ciclos de vida, evidenciando a necessidade de ampliar a produção de pesquisas como esta, que tratam desses temas.

6 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

É possível considerar que as masculinidades e feminilidades, apesar de serem constructos sociais, modificam-se no campo do subjetivo de cada ser humano, pois cada indivíduo relaciona-se com o corpo, gênero e sexualidade de maneira distinta. Ao abordar o conceito de gênero pode-se dizer que a pluralidade de vivências não exclui a existência de um padrão de gênero dominante, mas amplia as possibilidades de experimentação. Sendo assim, a cada nova geração pode surgir novas configurações de gênero e pode haver mudanças culturais (Costa-Junior, 2014).

Academicamente existem poucos estudos que abordam a categoria geração intercalada com a categoria gênero, tornando relevante realizar pesquisas que as relacionem (Costa-Junior & Couto, 2015). Apesar da existência de um olhar padronizador embasado em definições biomédicas, a relação entre as identidades trans e os marcadores sociais das diferenças, como gênero, classe social e raça/etnia, são bem discutidos e estudados no campo das ciências humanas, contribuindo de forma significativa para o entendimento das relações de poder existentes entre os condicionantes sociais. Em contrapartida, ao relacionar as trajetórias trans com a categoria analítica geração, há uma ausência de estudos sobre esta temática (Pereira & Costa-Júnior, 2018).

Essa ausência de estudos sobre identidades trans e geração confirma a teoria da autora Tomizaki (2010), que diz respeito à ausência de estudos atuais sobre a categoria geração. Diante dessa realidade, análises geracionais sobre as trajetórias trans podem auxiliar na identificação das experiências compartilhadas por este público, bem como analisar se elas foram mantidas ou mudaram com o tempo.

Partindo da pertinência em amplificar as fronteiras científicas sobre as identidades trans e considerando a relevância na utilização da categoria geração para a análise de

fenômenos humanos que continuamente reconfiguram-se, a presente dissertação propôs-se a realizar um estudo que aprofundasse essas questões e possibilitasse ampliar a visão de como as coletividades influenciam umas às outras no tempo.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo compreender a relação entre geração e as trajetórias de mulheres trans. Para que consiga cumprir o objetivo principal, elencou-se como objetivos específicos:

- (a) Investigar as experiências relacionadas ao corpo, à identidade e relações interpessoais na trajetória de mulheres trans;
- (b) Analisar as continuidades, rupturas e experiências compartilhadas na trajetória de vida de mulheres trans em uma intersecção entre gênero e geração;
- (c) Discutir como as experiências individuais e coletivas das participantes são configuradas a partir das mudanças geracionais.

7 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é classificada como qualitativa de caráter exploratório (Minayo, 2006) e para sua realização foram cumpridas três etapas: 1) revisão bibliográfica narrativa e sistemática, que embasou o corpo teórico desta dissertação; 2) produção de dados por meio de entrevistas e 3) análise de dados fundamentada no método dialético hermenêutico.

7.1 Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica inicial foi a narrativa, que é entendida como uma consulta bibliográfica que busca reunir estudos recentes e clássicos sobre conceitos centrais do trabalho - no caso, identidades trans e geração -, mas não possui uma padronização na busca por tais estudos (Rother, 2007). Por meio da revisão bibliográfica narrativa foi possível subsidiar o referencial conceitual utilizado na dissertação para a elaboração da introdução, capítulo dois que se refere a transição de gênero na história das ciências, o capítulo três que explana sobre o conceito de sexo e gênero, o quatro que aborda experiências de mulheres trans no cenário atual, o capítulo cinco que discorre sobre as identidades trans e para embasar a discussão dos resultados.

Já a revisão bibliográfica sistemática foi realizada para embasar a justificativa dessa dissertação e para a redação do artigo “Trajetórias transexuais sob uma analítica geracional: uma revisão bibliográfica” que foi submetido de aceito pela revista *Periódicus*, mas ainda não foi publicado. Para isso, foram utilizados os descritores: “Transexualidade OR trans AND geração”, “Transexualidade OR Trans AND infância”, “Transexualidade OR Trans AND juventude”, “Transexualidade OR trans AND maturidade” e “Transexualidade OR trans AND velhice” em diferentes bases de dados para uma busca de artigos recentes sobre

trajetórias trans e geração. Foram selecionados artigos publicados entre 2007 e 2018, que estivessem redigidos em português, com autores brasileiros, pertencentes às ciências humanas ou saúde, cujo texto estivesse disponível completo e gratuito. As bases de dados utilizadas para essa revisão foram a Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), com os descritores que envolviam as categorias geracionais: infância, juventude, maturidade e velhice.

Por meio dessa busca e seguindo critérios previamente estabelecidos foram localizados apenas cinco artigos: “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas”, escrito por Carvalho (2018); “Brilham estrelas de São João: notas sobre os concursos de ‘Miss Caipira Gay’ e ‘Miss Caipira Mix’ em Belém (PA)” escrito por Noletto (2014); “‘Doidas e Putas’: usos das categorias travesti e transexual” escrito por Barbosa (2013); “Compreensão fenomenológico-existencial da vivência travesti” por Davi e Bruns (2017) e “Transexualização em narrativas de histórias de vida sobre a infância” escrito por Silva e Oliveira (2015) A partir disto, constatou-se que há uma lacuna existente de estudos que relacionem transexualidade e geração.

7.2 Entrevistas

Esse subtítulo visa apresentar como foram desenvolvidas as entrevistas, seus critérios éticos, quem foram as participantes e como foi a interação com as mesmas.

7.2.1 Critérios éticos

Esta pesquisa atendeu os protocolos éticos de pesquisa com seres humanos e pautou-se nas exigências das Resoluções 466/12 e 510/16 da CONEP sendo submetida para avaliação no comitê de ética local e obtendo parecer favorável à sua realização (Parecer número 3.062.915). O parecer favorável e o modelo do termo de consentimento livre e esclarecido encontram-se no apêndice.

7.2.3 Participantes

Para a presente pesquisa participaram seis mulheres trans que foram convidadas para colaborar no estudo como prescrito pelo método *Snowball*, também conhecido como Bola de neve. Nesse método, conforme Fernandes e Carvalho (2000), as participantes entram em contato com outras potenciais participantes e as indicam para colaborarem com a pesquisa.

Os critérios para inclusão das participantes foram: 1) declarar-se como mulher trans e 2) aceitar participar da pesquisa. A idade não foi um critério de inclusão, pois seguindo a coerência com os pressupostos dos estudos sobre geração, entende-se que a mesma não está relacionada apenas à faixa etária, mas também a diversos condicionantes sociais e potencialidades. Todas as convidadas que aceitaram participar da pesquisa assinaram o termo de consentimento.

O contato inicial com essas mulheres foi feito por conversas via redes sociais (como facebook ou whatsapp), nas quais pesquisadora e a pesquisa eram apresentadas e um canal de comunicação era estabelecido para ouvir um pouco sobre a trajetória delas, se assim elas permitissem. Para a análise dos dados foram entrevistadas seis mulheres, porém, entre a entrevista piloto e a oficial, ao todo dez mulheres foram ouvidas. Dessas dez mulheres apenas uma não participou devido à incompatibilidade de horários. Todas foram bem educadas, ouviram o que a pesquisadora tinha a dizer, e as que conheciam outras mulheres faziam

indicações. Entretanto, por se tratar de um método em rede e por muitas delas se conhecerem, diversas indicações foram repetidas.

Cinco encontros foram presenciais e um encontro foi realizado por meio de videoconferência, todos com horário previamente agendado para a realização da coleta de dados. Durante o processo de entrevista a percepção foi de que as participantes tinham interesse em contar sobre suas trajetórias, seja pra falar sobre si ou para ajudar a visibilidade trans, o que pode ter colaborado para o aceite das mesmas em contribuírem com a pesquisa.

Entrar em contato com essas mulheres foi um processo de desconstrução, pois existe uma visão no senso comum de que mulheres trans são hostis e até mesmo violentas, mas houve receptividade por parte de todas as contactadas, o que facilitou o processo de coleta de dados.

Na identificação das participantes, foram utilizados nomes fictícios para a preservação do anonimato e criou-se biografias com os dados que foram considerados relevantes na pesquisa, tais como: idade, raça/etnia, orientação sexual, religião, quando iniciou a transição e contextos de suas histórias que emergiram nas entrevistas. O perfil sucinto das participantes é descrito a seguir organizada pela idade.

Quadro 1 - *Resumo do perfil das participantes por ordem decrescente de idade*

Nome	Idade	Profissão	Religião	Orientação sexual
Laís	32	Streaming de Jogos online	Umbandista	Heterossexual
Eva	30	Autônoma	Católica	Heterossexual
Nina	27	Professora de filosofia	Agnóstica	Heterossexual
Vitória	20	Professora de ballet e estudante de Ed. Física	Umbandista	Heterossexual
Alice	19	Artista	Umbandista	Pansexual
Mel	18	Estudante	Ateia	Bissexual

Fonte: Entrevista realizada pela pesquisadora Maiara Cristina Pereira

Laís (32a), branca, heterossexual e se declara agnóstica. Trabalha com *streaming* de jogos *online*. Ao falar sobre a sua trajetória de vida ela conta que desde criança se identificava com os acessórios socialmente considerados femininos e gostaria que a chamassem por um nome feminino. Tem uma família muito religiosa que dificultou para que iniciasse a sua transição. Passou por um longo período de depressão, no qual chegou a ser obesa. Atualmente não é mais, porque um dia resolveu buscar ajuda psicológica e iniciar acompanhamento para o emagrecimento e para a sua transição, que começou aos 27 anos de idade. Relata que por um período de sua vida a prostituição lhe oportunizou renda para que conseguisse fazer alterações corporais e que almeja a cirurgia de redesignação sexual. Avalia que as mulheres trans militantes atrapalham a relação da sociedade com a comunidade trans, pois acredita que a militância tenta impor à sociedade uma forma de viver que nem todos aceitam.

Eva (30a), branca, heterossexual, católica. Não é praticante, mas relata que sua fé em Deus sempre a ajuda em momentos difíceis. É heterossexual e casada com um homem cis há aproximadamente seis anos. É empreendedora e participa de concursos de beleza. Em sua trajetória conta que desde a infância se identificava com objetos socialmente considerados

como femininos. Aos 19 anos iniciou sua transição e passou por momentos de uso abusivo de drogas e episódios de depressão. Trabalhou com prostituição no Brasil e na Europa, onde conheceu o marido e casou. Sente-se aceita nos espaços sociais e entende que as mulheres trans são respeitadas de acordo com a imagem que passam pra sociedade. Se são cuidadosas, delicadas, arrumadas e dóceis, correspondem a um perfil normativo e obterão o respeito social.

Nina (27a), branca, heterossexual e se declara agnóstica. Trabalhou como orientadora social²⁴ e atualmente é professora de filosofia em uma escola municipal. Relata que desde criança se identificava com as brincadeiras consideradas femininas, o que contribuiu para a situações de agressões físicas que viveu com seu pai e no processo de escolarização. Durante a infância sofreu abuso sexual. Identificou-se como uma pessoa trans aos 18 anos, mas iniciou seu processo de transição com aproximadamente 25 anos de idade, após um episódio de morte na família. Como educadora sofreu resistência por parte de pais de alunos e figuras públicas da cidade, mas crê que o preconceito está nos adultos e não em seus alunos. Acredita que o olhar da sociedade muda em relação às pessoas trans conforme as pessoas vão conhecendo e reconhecendo as trans como seres humanos.

Vitória (20a), branca, heterossexual, reside com os pais e a avó e faz graduação em Educação física em uma universidade pública. É umbandista praticante, professora de *ballet*, jogadora de vôlei e também pratica *handball*. Considera sua trajetória difícil pois sofreu preconceito dentro de sua casa e em ambientes externos. Passou por episódios depressivos e de automutilação, mas procurou ajuda psicológica para se recuperar e se aceitar. Iniciou sua transição com aproximadamente 19 anos, considerando um processo difícil, tanto hormonal como social, pois ser um período de mudanças. Entende que a sociedade, apesar de ainda ser

²⁴ Profissional que atua na área educacional e/ou social realizando trabalhos com jovens e famílias em situação de vulnerabilidade.

preconceituosa, está buscando mais informações sobre as pessoas trans e que com isso a população trans está ganhando visibilidade nos espaços públicos.

Alice (19a), negra, pansexual e umbandista praticante. Ela é artista e trabalha como cantora. Relata que se identificou como uma mulher trans aos 16 anos, em uma aula que abordava a temática transexualidade. Quando iniciou a transição foi expulsa de casa pelos pais que não a aceitaram e até hoje relutam com esta situação. Sofreu abusos sexuais na infância e adolescência e passou por episódios de depressão e síndrome do pânico. Trabalhou alguns meses na prostituição - via aplicativo - para conseguir manter financeiramente a sua transição corporal. Militante pelas causas trans, defende que uma sociedade não binária reduziria o sofrimento relativo à condição trans. Percebe que as mulheres trans estão ganhando espaço na sociedade, porém ainda sofrem muito preconceito e tem espaços sociais restritos. Avalia que a afetividade da mulher trans quase nunca é levada em consideração.

Mel (18a), branca e bissexual. É estudante e se considera ateia. Identificou-se como uma pessoa trans por volta dos 14 anos e avalia ter uma trajetória privilegiada em comparação a outras mulheres trans, pois teve acesso fácil à hormonização e por, apesar de ser de uma família muito religiosa, não ter sofrido transfobia dentro de sua casa. Relata ter sofrido transfobia nos espaços públicos no início da transição, mas lida bem com a situação e atualmente avalia sua vida social como boa, pois se considera uma pessoa comunicativa. Defende que a feminilidade é uma construção social e para ser feminina basta sentir-se feminina. Acredita que a sociedade está melhorando em relação às pessoas trans, pois atualmente há uma facilidade no acesso à informação e pelo fato de pessoas que transitam o gênero estarem mais presentes nos espaços sociais e mídias.

7.3 Procedimentos de coleta e de análise de dados

7.3.1 Instrumentos

Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semi estruturado, previamente elaborado e testado em situação piloto para avaliar a efetividade quando a produção dos dados. O roteiro foi dividido em 4 blocos temáticos: 1) Compreensão de gênero, que teve como objetivo investigar a compreensão de masculinidade e feminilidade das participantes; 2) Experiências vividas nas trajetórias, objetivou investigar os fatores geracionais e características das trajetórias transexuais; 3) Corpo e identidade, investigou a interação das participantes com o processo de modificação corporal e a construção de sua identidade; 4) Dinâmicas sociais e interações pessoais, que visou compreender as relações e dinâmicas sociais presentes nas trajetórias das participantes.

Este roteiro passou por três entrevistas piloto para adequação. O primeiro roteiro continha um número maior de perguntas, o que o tornou extenso e repetitivo, conforme identificado após a primeira entrevista piloto. Devido a isso, excluí-se algumas perguntas. Em seguida realizou-se outra entrevista piloto e foi identificada a necessidade em alterar a ordem de algumas perguntas. Nesta pesquisa não foi utilizada nenhuma das entrevistas realizadas como piloto, mas somente aquelas após os testes, quando se iniciou o processo de coleta de dados com as participantes mencionadas.

Quadro 2 - *Entrevista para coleta de dados*

Informações gerais auto referidas	Nome; idade; residência; raça; religião; orientação sexual; ocupação atual; com quem reside atualmente.
Blocos temáticos	Questões
2- Compreensão de gênero	<p>Para você o que é feminilidade ?</p> <p>O que é necessário para ser feminina ?</p> <p>Como você chegou a essa conclusão ?</p> <p>E o que você pensa sobre as masculinidades ?</p>
3 - Experiências vividas nas trajetórias	<p>Como foi sua trajetória para ser quem você é hoje ?</p> <p>Em que momento de sua vida você se identificou como uma pessoa trans ?</p> <p>Como foi essa experiência ?</p> <p>Como foi a sua infância/juventude ?</p> <p>Como foi/ está sendo sua juventude/maturidade ?</p> <p>Você acredita que hoje em dia houve uma mudança de olhar sobre a transexualidade, comparando com alguns anos atrás ?</p>
4 - Dinâmicas sociais e interações pessoais	<p>Quais pessoas mais a influenciaram em sua vida ?</p> <p>Como você descreveria sua vida familiar e social ?</p> <p>Como foi sua experiência de tornar pública a</p>

	<p>sua transexualidade ?</p> <p>Como você percebe sua vida social ?</p> <p>Do seu ponto de vista, como a sociedade se relaciona com as pessoas trans ?</p>
5 - Corpo e Identidade	<p>Como você descreve a sua relação com o seu corpo ao longo dessa trajetória ?</p> <p>Existe algo que você gostaria de modificar no seu corpo ?</p>
Avaliação da entrevista	<p>Como foi para você participar desta entrevista ?</p> <p>Alguma questão a deixou incomodada ?</p> <p>Gostaria de complementar com algo que não foi perguntado ?</p>

7.3.2 Realização das entrevistas

No momento de coleta dos dados foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido às participantes. Tais informações foram apresentadas de modo claro para que fosse assegurada a participação voluntária de cada uma delas. As participantes assinaram duas vias do TCLE, ficando em posse de uma delas.

As entrevistas foram realizadas em ambientes privativos, escolhidos junto com as participantes, para garantir maior conforto à elas. A diferenciação dos locais de coleta deu-se pela necessidade de adaptar o contexto da entrevista à rotina das participantes, buscando minimizar o prejuízo na agenda das mesmas, bem como visando, dentro do possível, garantir o conforto e discrição para que pudessem falar de forma anônima e sem interrupções. Todas

as entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição e análise. A duração média das entrevistas foi de aproximadamente trinta minutos.

7.3.3 Interação com as participantes

Em relação à interação com as participantes, em geral foi caracterizada como muito boa, com todas aceitando bem o tema da pesquisa e dialogando bastante, até mesmo após o gravador ser desligado.

Com a participante Laís (32a) o contato inicial foi feito por WhatsApp e a entrevista ocorreu em sua residência. Até então ela morava no fundo da casa de sua mãe e seu quarto era também seu ambiente de trabalho. Ela respondeu as perguntas sentada e com seu gato no colo. Foi possível conversar além do planejado, porém com os gravadores desligados. Ela mostrou uma foto na época em que era obesa, a foto era de antes da sua transição e contou sobre sua amizade de infância com a Eva, que também foi entrevistada.

Eva (30a) foi a primeira entrevistada oficial para a realização dessa pesquisa, sendo indicada por uma participante da entrevista piloto. O contato inicial foi via WhatsApp e ela concedeu a entrevista em seu local de trabalho, uma lanchonete aconchegante localizada no centro de uma cidade do interior de SP. Ela é uma mulher muito alegre e divertida e acolhedora. A entrevista aconteceu após ela fechar as portas da lanchonete, após ela limpar e organizar suas coisas, enquanto seu marido ia às compras no supermercado. A conversa foi extensa, versando sobre relacionamentos, psicologia, estética e comida.

Em relação à Alice (19a) e Nina (27a), que residem na mesma cidade, as entrevistas foram realizadas em uma sala da biblioteca pública da cidade, devido ao local proporcionar maior privacidade. O contato inicial com elas ocorreu primeiro via Facebook e após explicação de que haviam sido indicadas por colegas, bem como da pesquisa, a conversa

migrou para o WhatsApp para que fluísse melhor. Não houve resistência de nenhuma das duas que passaram o número de telefone e possibilitaram agendar as duas na mesma data.

Nina (27a) foi a primeira entrevistada nesse dia. As pessoas ainda a chamavam pelo nome masculino, mas ela não se importava, alegando que não tem como mudar a cabeça das pessoas mais antigas e que aos poucos elas se adaptariam. Ela foi muito simpática e receptiva. Com os gravadores desligados conversamos sobre relacionamentos. Ela estava saindo com um militar em segredo e ao mesmo tempo indignada por ele fazer campanha de extrema direita nas redes sociais.

A conversa só foi encerrada quando Alice (19a) entrou na biblioteca, quando ficou perceptível que ambas se conheciam e tinham histórias compartilhadas. Inclusive elas comentaram sobre uma noite em que estavam bêbadas andando por uma cidade do interior de São Paulo e riram muito da situação.

Na entrevista com Alice (19a) sua beleza e sua força destacavam-se. Uma mulher negra, alta, com um *cropped* e um cabelo *black power*, que usava referências artísticas em seu diálogo. Ela demonstrou gostar da pesquisa porque ficou à vontade para falar, foi ouvida e não houve intervenções para explicar quem ela era. Ao término da entrevista, reclamou do tamanho da cidade, do conservadorismo político e falou sobre sua indignação em relação às eleições presidenciais de 2018.

Com a participante Vitória (20a) o contato inicial também foi primeiramente via Facebook e em seguida por Whatsapp. A entrevista ocorreu na universidade da mesma, em um período após a aula, em um banco localizado no bosque central da universidade, pois era um local com pouco movimento. Ela é calma, mais quieta, respondia às perguntas de maneira mais assertiva, falou pouco sobre si com os microfones fechados, apenas sobre um amigo que tínhamos em comum e que ela conhecia do vôlei. Demonstra entusiasmo quando fala de esporte, sendo uma atleta e professora de *ballet*. Foi ela quem indicou grande parte das

entrevistadas e foi muito solícita em todos os momentos, tanto para agendamento do horário quanto para indicar pessoas.

Em relação à participante Mel (18a), o contato inicial ocorreu por WhatsApp e após diversas tentativas de entrevista presencial, foi utilizado o recurso da videoconferência, com ela estando em sua residência. De todas as entrevistas realizadas, a com Mel (18a) foi a mais direta, fato possivelmente atribuído pela impessoalidade das videoconferências. Não foi conversado muito sobre questões pessoais, foi um encontro mais direto, visando apenas a entrevista mesmo. Apesar disso, ela foi receptiva e sempre se colocava à disposição para tentar remarcar possíveis encontros.

7.3.4 Tratamento e análise dos dados

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Em seguida as narrativas passaram por uma leitura para a correção dos erros ortográficos. Após a transcrição, o texto contendo a narrativa das participantes passou novamente por leitura, de modo que o conteúdo fosse entendido e impregnado. Em seguida elas foram categorizadas de acordo com o objetivo da coleta de dados, mas sem descartar as novas categorias que emergiram de forma espontânea por meio da narrativa das participantes. Os dados foram primeiramente organizados em quadros, quando alocou-se a narrativa das participantes dentro das categorias correspondentes e selecionou-se as narrativas que estão expostas na análise desta pesquisa.

Para a análise dos dados foi utilizado o método hermenêutico dialético, que busca uma compreensão dos significados linguísticos dos relatos, sem excluir sua totalidade histórica e os sentidos subjetivos que foram atribuídos (Ayran, 2005). A hermenêutica e a dialética surgem em correntes filosóficas distintas, mas são métodos que se completam e tornam-se

importantes para a análise em ciências humanas e sociais. Elas não se reduzem apenas às teorias de tratamento de dados, mas possibilitam uma ótica compreensiva e crítica sobre a realidade social (Minayo, 2006).

A hermenêutica se originou da filosofia e perpassa a história desde a antiguidade clássica até os tempos atuais (Minayo, 2006). É entendida como uma forma de compreensão da linguagem e faz críticas as concepções positivistas que por meio da forma objetiva do conhecimento tentavam explicar os fenômenos sociais, psicológicos e comportamentais. Esta crítica se embasa na ideia de que não há como separar sujeito do objeto ou dividir fenômenos para sua compreensão. Sendo assim, o investigador realiza interpretações acerca do que está sendo pesquisado, o que ocorre com a compreensão dos significados existentes, sempre considerando sua realidade histórica.

Essa técnica pode ser entendida como a arte da compreensão, porém cabe ressaltar que compreender e interpretar nunca são etapas acabadas que possuem verdades absolutas (Minayo, 2006). Com a hermenêutica, o passado, futuro e presente encontram-se mediados pela linguagem. Ela baseia-se em duas formas de interpretação: gramatical e psicológica. A interpretação gramatical analisa as palavras, os conceitos e o discurso. Enquanto a interpretação psicológica transcende a objetividade das palavras e olha também para as intenções e os significados.

A dialética surge de outra vertente filosófica e pode também contar com uma contribuição marxista. O conceito possui uma lógica que visa enxergar as contradições existentes na sociedade. É possível identificar esse antagonismo a partir do momento que se tem um olhar crítico sobre a sociedade. Segundo a lógica dialética, a ciência que ignora os contrastes sociais torna-se irracional (Minayo, 2006; Costa-Júnior, 2014). Conforme essa forma de pensamento nada que existe se constrói fora da história. Dessa forma, deve-se sempre considerar o período em que a ciência está sendo produzida e ter um olhar para

pesquisas anteriores de maneira crítica. Também é importante pensar os seres humanos não apenas como objeto de investigação, mas como sujeitos das relações, levando em consideração as dinâmicas históricas, as contradições sociais e semelhanças, bem como diferenças entre grupos e culturas (Minayo, 2006).

De modo que ao realizar uma análise hermenêutica-dialética deve-se buscar executar a prática social empírica e analítica sem deixar de enxergar as contradições sociais existentes. Essa técnica preserva da hermenêutica uma possibilidade de interpretar os sentidos que existem no discurso dos sujeitos e compreendê-los, de acordo com o contexto social e histórico no qual o indivíduo está inserido através da dialética (Minayo, 2002; Costa-Júnior, 2014).

Essa forma de análise permite um “caminho do pensamento”, o qual possibilita delinear o “como fazer” e “como pensar” para se analisar os dados, que fundamentada no método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (2006) e Costa-Júnior (2014), segue os seguintes passos:

- (1) leitura visando compreender e impregnar o conteúdo;
- (2) identificar e recortar as temáticas emergentes dos depoimentos;
- (3) identificar e problematizar as ideias que estão explícitas e implícitas nos depoimentos;
- (4) buscar sentidos socioculturais das falas dos sujeitos em seus depoimentos;
- (5) buscar o diálogo entre as ideias que foram problematizadas, informações geradas de estudos anteriores e referencial teórico da pesquisa; e
- (6) realizar uma síntese interpretativa articulando os referenciais teóricos utilizados, os objetivos da pesquisa e os dados que foram coletados.

Assim, partindo do arcabouço metodológico da hermenêutica-dialética, para a realização da análise foi necessário revisar todo o conteúdo teórico da pesquisa visando

compreender o processo histórico e social das mulheres trans, além de manter-se a par de acontecimentos recentes que envolvessem essas identidades.

Para a análise, as mulheres entrevistadas foram divididas em dois grupos, mulheres adultas (Laís, Eva e Nina) e mulheres jovens (Vitória, Alice e Mel), devido aos condicionantes existentes que marcam tais categorias, como por exemplo na vida adulta, a entrada no mercado de trabalho, a conquista de uma independência financeira (embora Laís morasse com a mãe, era temporário, pois já havia saído do Brasil e estava procurando uma outra residência) e responsabilidades com a casa e/ou família. As participantes Vitória (20a), Alice (19a) e Mel (18a) foram alocadas na categoria geracional juventude, uma vez que ainda dependem financeiramente dos pais e são estudantes (embora Vitória dê aulas de *ballet* e Alice trabalhe com a arte, não possuem fontes de renda estáveis e ambas dependam de ajuda dos pais).

Após a revisão teórica, divisão das participantes e categorização das narrativas, fez-se a análise dos dados considerando a realidade social das mulheres adultas e a realidade das mulheres jovens e relacionando essa realidade com as categorias que emergiram. Identificou-se as experiências compartilhadas e foram sinalizadas as rupturas e continuidades existentes. Durante toda a análise levou-se em consideração aspectos sociais e culturais de cada participante e a realidade histórica atual.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados a partir da descrição das categorias temáticas principais, que contêm subcategorias com fragmentos dos relatos das participantes e reflexões sobre eles. Considerando que a situação geracional, conforme Mannheim (1982) embasa-se em três fatores essenciais: ritmos biológicos próximos, potencialidades em comum e experiências similares, podemos entender que as participantes estão em situações geracionais distintas. Esse entendimento se dá devido elas estarem em diferentes momentos no que diz respeito ao processo de transição, as posições sociais relacionadas à autonomia, a dependência financeira, além da compreensão de que elas se desenvolveram sob conjunturas socioculturais distintas ao que se refere à aceitação, inclusão e políticas afirmativas das identidades trans. Desta forma, assumiu-se que as participantes seriam divididas em dois grupos: mulheres trans adultas (Laís, Eva e Nina) e mulheres trans jovens (Vitória, Alice e Mel).

A juventude é aqui caracterizada como um período marcado pela dependência financeira e de residência e como um contexto de planejamento para a adultez, conforme a trajetória de Vitória (20a), Alice (19a) e Mel (18a). Por sua vez a adultez se caracteriza como um momento de maior estabilidade nas responsabilidades interpessoais e profissionais, com maior potencial de autonomia financeira e também com maior experiência nas relações interpessoais e amorosas. Estes aspectos são vivenciados pelas participantes: Laís (32a), Eva (30a) e Nina (27a), embora a Laís quando entrevistada estivesse morando com a mãe, ela possui um histórico de moradia fora do Brasil e em sua narrativa (com os gravadores desligados) disse que estava procurando um local para morar sozinha.

Cabe destacar que tais caracterizações não são generalizáveis tampouco rígidas ou fixas, no entanto se fundamentam em contextos e vivências em comum entre as participantes

de cada grupo. Assim, apesar das participantes estarem em posições geracionais distintas, elas encontram-se situadas na contemporaneidade e compartilham a experiência de serem mulheres e trans.

Outras experiências compartilhadas, bem como possíveis rupturas e continuidades em suas trajetórias foram identificadas, estando divididas de acordo com as categorias: concepções de masculinidade e feminilidade; marcadores subjetivos: identificação, transição, relacionamento com o corpo, aspectos psicológicos e questões afetivas; aspectos sociais; e os vínculos sociais como suportes afetivos: a presença da família e amigos.

8.1 Concepções de feminilidade e masculinidade

Conforme fora dito no corpo teórico dessa pesquisa, mais propriamente no item 3, os gêneros são divididos de maneira de binária, sendo que essa divisão contempla apenas os gêneros masculino e feminino e não considera as pluralidades existentes. Em concordância a essa forma de pensamento, os entendimentos de feminilidade e masculinidade são polarizados. Assim temos que os homens precisam seguir padrões que remetem à força, ação e violência, enquanto as mulheres devem ser gentis, delicadas e belas (Graciano, 1978; Connel & Pearse, 2015).

Apesar da existência dessa polaridade, de acordo com Costa-Júnior (2014), a concepção de masculinidade e feminilidade é influenciada pelas dinâmicas geracionais. Diante disso, essa categoria apresenta as concepções de masculinidade e feminilidade que emergiram dos relatos das participantes.

Os relatos serão apresentados por meio das subcategorias: concepção de feminilidade relacionada ao comportamento social e sentimento de pertencimento e concepção de masculinidade relacionada aos comportamentos sociais que retratam atitudes machistas.

8.1.1 Concepção de feminilidade relacionada ao comportamento social e sentimento de pertencimento

Conforme Graciano (1978), pessoas entendidas como mulheres são educadas desde crianças para se corresponderem a um modelo de feminilidade que engloba subserviência ao homem e compreende aspectos comportamentais como ser dócil, meiga, ficar mais calada, sentar-se adequadamente, ser responsabilizada pelos cuidados do ambiente interno, que inclui marido e filhos. Ainda conforme a autora, mesmo com as mudanças culturais e a presença de mulheres que se destacam em ambientes externos, isto não ocorre por estímulo de um novo tipo de educação. Pelo contrário, mantém-se os mesmos padrões educativos que separam homens e mulheres desde a infância.

Esses atributos que correspondem à feminilidade causam impacto na vida das mulheres cisgêneras. Ao pensarmos nas mulheres trans podemos inferir que o impacto é maior, pois as mulheres trans precisam provar pra sociedade o tempo todo suas feminilidades, nos mínimos atributos, para que sejam aceitas e se protejam de violências. Segundo a autora Kaas (2015), quando uma mulher cisgênera se expõe em ambientes públicos sem corresponder ao padrão de beleza, desarrumada, com roupas largas e etc., ela pode ser sim estigmatizada, porém a sociedade dificilmente duvidará se esse é seu gênero “real”. Em contrapartida, quando uma mulher trans se expõe em espaços públicos sem corresponder a esses padrões, ela é imediatamente julgada e tem seu gênero desmerecido. Essa ânsia por

enquadramento em muito se fundamenta também nas questões biomédicas que buscaram padronizar as mulheres trans, avaliar a feminilidade das mesmas para que tenham acesso aos direitos. Além de tudo, conforme Duque (2013), essa questão que envolve ser o mais feminina possível pode proteger as mulheres trans de diversas violências.

Em contrapartida na atualidade vê-se um movimento de militância objetivado na despatologização das identidades transpara que as identidades trans sejam respeitadas nos espaços sociais, mesmo se esses corpos não sigam o padrão de gênero socialmente desejado. Articulado com as feminilidades não normativas, o transfeminismo traz entre suas pautas o entendimento de feminilidade como algo que se auto declara sem que requisitos normativos relacionados ao corpo e aos papéis sociais sejam reproduzidos ou desejados (Jesus, 2018).

Diante do que foi exposto, na narrativa das participantes Eva (30a) e Nina (27a) surgiu o entendimento de feminilidade conforme o padrão normativo vigente e que define a feminilidade sendo composta por atributos de meiguice, delicadeza e docilidade.

[...] eu acho que é assim mais o comportamento, a gente vê com mais amor, não que homem não tenha olhar de amor pras coisas, mas assim... é... ver as coisas com mais carinho, com mais delicadeza né? É saber se comportar nos ambientes [...]
Eva (30a).

[...] acho que a feminilidade da pessoa é isso: o jeito que ela se sente e o jeito que ela se comporta [...] os trejeitos, a delicadeza, o jeito de se portar e tudo mais. Tem algumas que sai da exceção, mas a grande maioria é assim... pelo jeito de se portar, pelo jeito de pensar e tudo mais. Nina (27a).

Em contrapartida, a defesa da feminilidade como um sentimento individual que parte do “sentir-se feminina” aparece no relato das participantes mais jovens, Vitória (20a) e Mel (18a), como podemos ver a seguir:

[...] eu vejo como uma coisa que não necessita de algo físico, palpável, sabe? Eu acho que a única coisa que você precisa para ser uma mulher feminina é, pra ser um indivíduo feminino, é você se sentir assim. [...] procuro me apoiar mais na identidade, mais no que a gente sente e no que a gente é, e não no que a gente se mostra. Vitória (20a).

[...] eu acho que não precisa de nada pra se ser feminina, é tipo só você se autodeclarar, tipo: ah eu me acho feminina apenas, então vai da sua declaração. Mel (18a).

As participantes que relataram o padrão de feminilidade conforme a norma dominante em suas falas estão em uma mesma situação geracional. É possível pensar que esse entendimento que acompanha o “ser feminina” é compartilhado entre as mulheres adultas, pois conforme dito no item 2.1, as ciências biomédicas padronizaram a concepção de feminilidade dentro das experiências trans. Partindo dessa ideia, possivelmente as mulheres trans mais velhas foram influenciadas por tais ideologias.

O desenvolvimento tecnológico no processo de globalização e o consequente surgimento da internet e com ela as redes sociais foram marcadores históricos que alteraram as formas como as pessoas se relacionam, sendo que mulheres trans também são influenciadas por tais redes, das quais pode-se citar o youtube (Pereira & Costa-Júnior, 2019),

além da organização de militâncias via redes sociais (Jesus, 2018). Partindo disso, pode-se dizer que as participantes que apresentaram uma concepção de feminilidade a partir de uma perspectiva de sentimento e percepção pertencem a mesma situação geracional, são mulheres trans jovens, que possivelmente tiveram influência das mídias digitais e conseqüentemente do transfeminismo no seu desenvolvimento.

Conforme o que foi citado é possível analisar que em relação à concepção de feminilidade das participantes houve uma ruptura geracional. Enquanto as mulheres trans adultas baseavam-se em uma concepção de feminilidade correspondente a um padrão de gênero normativo mediado por princípios binários da diferenciação biomédica, as mulheres trans mais jovens acreditam em feminilidade como pertencimento e declaração, não havendo necessidade de seguir modelos preexistentes. Essa nova concepção de feminilidade apresentadas pelas participantes mais jovens permite identificar o quanto o gênero é um fazer-se contínuo, que modifica-se conforme a cultura e modos de subjetivação.

8.1.2 Concepção de masculinidade relacionada aos comportamentos sociais que retratam atitudes machistas

Na atual sociedade as dinâmicas de poder entre as masculinidades e feminilidades resultam em diferentes desigualdades entre os seres humanos e fortalece a hegemonia ao masculino heteronormativo. Os homens são educados para corresponderem a uma postura pautada na força, agressão e competição. Tais características são ressaltadas e valorizadas por diferentes processos culturais nos quais os homens são sempre representados como provedores, fortes, com bom desempenho profissional e vida sexual ativa e não monogâmica (Graciano, 1978). A masculinidade hegemônica que subordina as demais identidades tal

como debatido por Connel e Messerschmidt (2013) incide como ferramenta opressora às identidades trans seja por meio do machismo, da transfobia, da estigmatização ou da fetichização dos corpos trans. Porém, conforme Connel e Messerschmidt (2013), o fato de existir essa masculinidade hegemônica não significa que uma maioria estatística adote este comportamento, mas sim que ele é normativo e comumente violento com o gênero feminino ou com os homens que não correspondem a tal ideal.

Ainda, o padrão hegemônico sobre o entendimento de masculino está enraizado na sociedade (Connel & Messerschmidt, 2013). Porém, apesar disso, atualmente fala-se em masculinidades, em novos modos de ser homem que tem buscado comportamentos distintos a este padrão. Apesar de ser uma minoria, há homens que estão se organizando e conversando sobre qual o seu papel no patriarcado e como esses moldes rígidos em torno da masculinidade os afetam (Connel & Messerschmidt, 2013). Conforme Ribeiro e Ciqueira (2007), no Brasil o debate sobre essas reconfigurações de masculinidades ocorre influenciado pelas mídias existentes e pelos perfis nas redes sociais, dos quais pode-se citar o projeto “Papo de Homem”, que cria debates sobre igualdade de gênero sob um olhar das masculinidades. Ainda que tais movimentos sejam legítimos e que um grupo de homens esteja disposto a pensar seu papel e suas relações de poder e privilégios, muito tem sido discutido sobre os fundamentos ideológicos e políticos que alicerçam o movimento de homens pró-feministas.

Esses dois modos de compreender as masculinidades, hegemônico e não hegemônico, foram identificados na narrativa das participantes: Laís (32a), Nina (27a), Vitória (20) e Alice (19a), ao relatarem como compreendem as masculinidades existentes compostas por atributos vinculados ao padrão hegemônico de masculinidade:

[...] é, grossa... gritar, xingar, esse tipo... uma forma mais bruta de ser, tipo, pra mim é ser uma forma mais masculinizada de ser. [...]eu acho que masculinidade tem muito a ver com... [pausa] nossa, o que é ser masculino? [pausa] ah eu acho que grosseria, brutalidade, eu acho que... coisas que levam a isso, sabe? Eu acho que é mais masculino na minha ideia. Lais (32a).

[...] ah o jeito tal, o jeito que é criado, o jeito que trata as mulheres, a grande maioria cê sabe que é, é aquele machismo velado sabe? Então o que acontece? É viril, tem que cuidar da família, tem que cuidar daquilo, e... é mais agressivo. É bem completamente diferente das meninas, entendeu?. Nina (27a).

Então, eu vejo como duas vertentes, a masculinidade que eu julgo entre as pasadia, que é um ser masculino conforme ele se identifica e, uma coisa que eu acho nocivo, como por exemplo: o machismo [...] são essas duas vertentes que eu tenho. Vitória (20a).

(a masculinidade) Também pode ser um sentimento, pra mim é um sentimento, mas pra sociedade ainda é o machismo. Alice (19a).

Em uma perspectiva de geração a concepção de masculinidade das participantes possivelmente apresenta rupturas, pois as participantes mais velhas compreendem masculinidades partindo de um viés machista e não citam outras formas de ser homem

contrárias a esse entendimento. Em contrapartida, as entrevistadas mais novas identificam o machismo presente na sociedade e contribuem com outras possibilidades de masculinidades que estão relacionadas com o sentir-se e identificar-se como masculino. Tal ruptura de ideias sobre uma masculinidade normativa e o entendimento de masculinidade como algo plural pode ter ocorrido devido aos debates sobre as masculinidades que foram ocorrendo conforme o avanço dos estudos de gênero denunciam as diferentes manifestações da violência e opressão na cultura machista.

8.2 Marcadores subjetivos: identificação, transição, relacionamento com o corpo, aspectos psicológicos e questões afetivas

Durante a história da ciência sexual as identidades trans foram patologizadas e apropriadas pelos saberes biomédicos e psicológicos. Estabeleceu-se critérios diagnósticos para os corpos que subvertiam as normas binárias de gênero, propagando um entendimento das identidades trans como doentes e reforçando um modelo pautado na biologia (Bento, 2006; Butler & Rios, 2009).

Essa forma de pensar os corpos trans tem reflexo na sociedade atual. Porém é importante ressaltar que, apesar de ainda existirem diversos critérios que tentam padronizar as identidades trans, elas são subjetivas e plurais (Bento, 2006). Diante disso, essa categoria mostra as narrativas das participantes sobre suas trajetórias de vida, que envolvem experiências de identificação, relacionamento com o corpo, relacionamentos afetivos e fatores subjetivos de suas trajetórias.

A narrativa das participantes serão apresentadas por meio das subcategorias: a identificação com o feminino confundida com a orientação sexual homoerótica; o processo de

transição é desejado, complexo e difícil; o corpo como um lugar de prazer: hormonização e de modificações corporais; sofrimento psíquico e relações amorosas: afetividade e objetificação.

8.2.1 A identificação com o feminino confundida com a orientação sexual homoerótica

Dentro das trajetórias de pessoas trans podem ocorrer narrativas sobre uma confusão entre a orientação sexual e o gênero qual a pessoa se identifica. Entende-se por orientação sexual a capacidade de atrair-se sexualmente e afetivamente por um ou mais gêneros, enquanto a identidade de gênero está relacionada ao gênero que a pessoa socialmente se identifica (Conselho Federal de Psicologia 3ª Região Bahia, 2018). Porém, é importante mencionar que pensar que exista uma identidade de gênero é reforçar a compreensão dos gêneros enquanto verdadeiros e falsos (Butler, 2016). Apesar dessa questão que envolve o termo, nesse item ele foi mencionado para facilitar a compreensão.

Conforme Kennedy (2010), comumente as pessoas trans identificam que não correspondem à norma cisgênera desde a infância, mas por falta de diálogo sobre sexualidade e gênero e falta de figuras representativas pode haver confusão e dúvidas sobre o que se é. Sendo assim, há primeiro uma percepção de si enquanto uma pessoa homossexual e conforme alcançam uma autonomia e conhecimento de si mesmo, há o reconhecimento como uma pessoa trans.

O medo de violências intrafamiliar e externas também é algo que dificulta a identificação e transição para o gênero oposto, pois desde a infância as pessoas trans sofrem com estigmas e têm seu corpos como objeto de pedagogias corretivas (Louro, 2000; Kennedy, 2010). Essa identificação confundida com o desejo homoerótico foi identificada

nas narrativas das participantes Nina (27a) e Vitória (20a), sendo que Nina (27a) menciona também o sentimento de medo em realizar a transição para o feminino:

[...] sim, é que na realidade eu me sentia um garoto gay e eu tinha aquela dúvida. Eu me assumi como garoto gay mas eu sempre quis ser menina. Entendeu? E até eu tinha medo de vestir roupa feminina pra rua e tudo mais, por que você vê na televisão aquelas coisas: que matavam travesti, que batiam em travesti e tudo mais, então eu tinha um certo medo. Nina (27a).

[...] então no começo eu sempre achei que eu fosse um homem cisgênero homossexual. Mas com dezesseis para dezessete anos eu descobri realmente que, o como sou [...]. O como não me identificar como um homem, e sim como uma mulher. Vitória (20a).

É possível pensar que tal confusão pode ocorrer devido ao que foi mencionado por Kennedy (2010), uma falta de informação e representação das identidades trans. Com isso, pode-se pensar que as temáticas que envolvem sexualidade e gênero devem dialogar com diversas instituições sociais com o intuito de possibilitar que as pessoas trans tenham suas identidades representadas e direitos contemplados nos espaços sociais. Pensa-se que a partir desses diálogos o processo de identificação das pessoas trans pode ser facilitado.

As narrativas apresentadas acima permitem identificar uma continuidade geracional relativa à experiência compartilhada pelas participantes Nina (27a) e Vitória (20a). Mesmo

elas pertencendo a categorias geracionais distintas, em ambas as trajetórias houve primeiramente a identificação como um homem cisgênero homossexual para posteriormente haver como uma mulher trans. Isso possibilita sinalizar uma continuidade geracional entre as participantes - embora a identificação seja algo subjetivo - mesmo com Vitória em seu processo de desenvolvimento tendo mais influência da internet enquanto Nina desenvolveu-se em um período em que a internet estava no início.

8.2.2 O processo de transição é desejado, complexo e difícil

Na trajetória das mulheres trans o começo da transição é entendido como um marco e pode envolver diversos conflitos pela presença de sentimentos ambíguos relacionados ao bem estar e também ao desconforto, bem como autoestima e medo (Benedetti, 2005). De acordo com Benedetti (2005), o período de transição envolve luto - morte e vida, pois a composição corporal anterior aos procedimentos hormonais e modificações corporais não existirá mais, nascendo um novo corpo que vai se reformulando e se alterando conforme procedimentos adotados. Por meio da transição de gênero nasce uma nova identidade, mudam-se pronomes, vestimentas, as formas de se apresentar e de se relacionar com a sociedade. Tais modificações geram prazer devido à materialização do corpo e da identidade desejada, mas podem gerar medo, por serem difíceis e por essas mulheres estarem inseridas em uma sociedade preconceituosa que estigmatiza os corpos trans.

Esses aspectos que envolvem prazer e medo foram identificados na narrativa das participantes: Eva (30a), Alice (19a) e Mel (18a):

[...] bom, foi difícil, não foi fácil né? A transformação é uma decisão difícil por que a gente tem que ter certeza que é realmente aquilo que a gente quer [...] e eu tinha certeza, mas assim, o medo da sociedade, família aceitar sempre é o maior medo da gente [...]. Só que na transformação, eu nem pensei, eu acho que nem pensei no medo depois sabe? Eu tive medo antes. No momento eu esqueci do medo. Eva (30a).

[...] as vezes eu ficava sentada assim e falava: será que eu quero isso, ou tô entediada? [...] Foi muito difícil pra mim, até pra mim me acostumar com o meu pronome. Às vezes eu me chamava de ele, me dava pronomes masculinos, só que a transição ela foi que nem arte pra mim, foi bem gostosa de se fazer [...]. Alice (19a).

[...] ao mesmo tempo que foi uma descoberta prazerosa, por que é... finalmente você tem a resposta que tanto procura, é meio complicado porque chegou um momento que você vai ter que expor isso para todos, e eu acho que expor para muitas pessoas é bem difícil assim, porque requer muita coragem, cabeça erguida e essas coisas assim. Mel (18a).

A partir das narrativas que foram apresentadas foi possível identificar a transição de gênero enquanto um período em que emergem conflitos, mas também se percebe que realização e prazer foram experiências compartilhadas entre as participantes, mesmo pertencendo a categorias geracionais distintas. Identificou-se na narrativa da Eva (30a) e Mel (18a) o medo de se exporem pra sociedade. Pensa-se que tal medo ocorra devido a viver em

uma sociedade binária que violenta, física e simbolicamente, os corpos trans. Assim, assumir-se diante dessa realidade pode ser algo difícil e conflituoso.

É importante um olhar sobre o período em que a participante Eva (30a) iniciou a transição, pois foi uma época distinta da participante Mel (18a). O período em que a participante Eva (30a) realizou a transição, segundo os dados coletados foi por volta do ano 2006. Nessa fase os estudos apontavam as identidades trans estritamente relacionadas à “pista”, à noite e socialmente eram consideradas como violentas. Embora essa realidade de prostituição no momento atual esteja presente na trajetória de 90% das mulheres trans (Antra & Ibte, 2019), vê-se mulheres trans nas mídias (grande mídia e internet) e a abertura de espaços sociais para esse público. Mesmo com essa diferença apontada, elas compartilham experiências similares sobre o medo da transição, o que permite pensar que apesar de momentos sociais distintos a experiência entre as participantes é compartilhada. Sendo assim, é possível hipotetizar que a sociedade ainda mantém uma estrutura normativa que dificulta a transição de gênero.

8.2.3 O corpo como um lugar de prazer: hormonização e de modificações corporais

O corpo humano está sempre passando por transformações, altera-se com o tempo, com a mudança de hábitos e intervenções tecnológicas, podendo vivenciar diversas possibilidades de prazer devido a tais alterações (Louro, 2000). Essa possibilidade de se transformar permite enxergar a plasticidade que existe nos corpos e transgredir o entendimento dos mesmos como algo natural (Haraway, 2009).

O corpo das mulheres trans torna-se um lugar onde diversas alterações são realizadas por meio de hormonização e procedimentos estéticos na busca pelo padrão do que é tido socialmente como um corpo feminino, desejável e bonito (Pelúcio, 2005). De acordo com Benedetti (2005) a representação do uso do hormônio no corpo de mulheres trans comumente tem uma variação de significados. Enquanto algumas interpretam que a hormonização as deixam mais feminina, outras sentem-se incomodadas com os efeitos colaterais, porque se entende que os hormônios além de realizar alterações nos corpos também alteram as emoções e conseqüentemente o comportamento das mulheres trans.

Torna-se importante mencionar que em uma recente pesquisa realizada sobre transformações corporais, beleza e saúde, Roncon, Zamboni, Sodré, Rodrigues e Roseiro (2017) afirmam que atualmente o entendimento das mulheres trans sobre a construção de seus corpos ora se aproxima do padrão ideal de beleza e feminilidade vigente, ora se afasta do mesmo, com críticas a alguns procedimentos por parte da comunidade cis.

Outro aspecto importante a ser mencionado é que o entendimento de mulheres trans como pessoas que odeiam seus corpos e querem modificá-los a todo custo é errôneo e ainda mantido por ideias patologizantes da condição transexual. Conforme a autora Bento (2006), o fato de realizarem modificações não significa que há um ódio, mas sim que o padrão de beleza é algo que afeta tanto mulheres trans quanto as mulheres cisgêneras, pois é algo inalcançável. Tais incômodos com o corpo são algo que se tornou comum em uma sociedade que valoriza os atributos físicos, independentemente da identidade da pessoa ser trans ou não (Cecarelli, 2010).

Foi possível identificar questões referentes ao uso de hormônio nas falas das participantes: Laís (32a) e Nina (27a), o amor que tem pelo corpo na fala de Eva (30a), e

uma crítica aos padrões de entendimento sobre o corpo de uma pessoa trans na narrativa de Mel (18a):

[...] eu queria fazer feminização facial por que como eu não tomei hormônio, aliás, não tomo hormônio, tipo, eu tentei fazer terapia hormonal, mas eu me senti muito... muito depressiva, eu me sentia explosiva, ai não me senti bem, entendeu? Fiquei três meses tentando fazer terapia hormonal, aí fiz: ai quer saber, eu não me acho tão masculinizada assim pra ficar tentando... me matando, me sentindo mal, chorando e tratando mal as pessoas, então fui parar com isso. Aí eu parei, mas é que eu queria fazer tipo, fazer alguma coisa assim no rosto [referindo-se a modificações corporais], tipo, nariz, puxar um pouquinho o rosto tipo, só pra dar uma feminilizada no rosto mesmo, e a xoxota [risos]. Laís (32a).

[...] é assim, eu adoro meu corpo, sou super apaixonada por ele, algumas coisas eu quero mudar no rosto assim, apesar das pessoas falarem: “não tem necessidade”, quero dar uma endreitadinha no nariz por que pra mim também é corpo o rosto né? [...]. Eva (30a).

[...] quando as pessoas falam: “nossa seu corpo mudou e tudo mais”, chega a ser uma música, é prazeroso aos nossos ouvidos, por que a gente procura a mudança né, a gente procura ficar mais feminina e quando as pessoas... por que, você nota, quando você tá sozinha na sua casa e nua você nota, agora as pessoas da rua notar, é mais diferente... é, é diferente. Por que você pensa: “nossa tô tomando aqueles hormônios e tô no caminho certo”. Nina (27a).

[...] no início tem todo aquele estigma da pessoa trans botar a culpa no próprio corpo, como se o corpo fosse o errado, ou como se a gente tivesse nascido no corpo errado. Mas olhando com o olhar de hoje eu percebo que isso não é uma verdade. Pra mim a disforia que muitas pessoas trans sente é mais social, por que a maioria das pessoas comuns, tipo cisgêneras, também sentem desconforto com o próprio corpo, tipo, nada tá bom, nada tá perfeito. Então, no meu olhar, tipo, se eu tenho alguma coisa que eu não gosto do meu corpo é tipo, ah não é por que eu nasci no corpo errado, não, tem umas coisas que eu não gosto. Mas é, é uma relação bem tranquila, assim, posso dizer. Mel (18a).

Por meio das narrativas que foram apresentadas observou-se que realização das alterações corporais são uma experiência compartilhada entre as participantes. Porém, Eva (30a) e Nina (27a) apresentam uma relação de bem estar com seus corpos, apesar de suas gerações terem sido atravessadas pelo discurso biomédico. Já Laís (32a) em sua narrativa apresenta uma insatisfação com o corpo muito atrelada a um ideal de feminilidade. Enquanto Mel (18a) questiona o quanto essa ideia de disforia é válida, uma vez que os padrões de beleza trazem sofrimento para quase todas as pessoas. Apesar das alterações corporais serem práticas realizadas por todas as participantes, apenas Mel (18a) questiona os padrões existentes, e isso pode ter ocorrido por ela ter contextos de vida que podem se relacionar com a mudança de pontos de vista e posicionamento distintos aos de Laís (32a), Eva (30a) e Nina (27a). A partir dessa colocação, é possível sinalizar uma ruptura geracional que estar emergindo nas novas gerações pois, conforme Jesus (2018), com o surgimento do transfeminismo a construção corporal também passou a ser debatida nas trajetórias trans.

8.2.4 Sofrimento psíquico

A estrutura na qual a sociedade atual encontra-se, que compreende os gêneros apenas de uma forma binária e parte do princípio naturalizador como norma para os corpos, torna as identidades que não correspondem a tal ideal como identidades abjetas. Essa forma de divisão cisnormativa coloca certas identidades às margens da sociedade, e conseqüentemente aumenta a predisposição às vulnerabilidades. Sendo assim, essas pessoas à margem estão mais expostas às violências existentes, sexo desprotegido, uso de substâncias psicoativas e, conforme Zucchi et al. (2019), também estão susceptíveis a desfechos psiquiátricos.

De acordo com uma pesquisa sobre sofrimento psíquico e identidades trans, realizada por Zucchi et al. (2019), as pessoas trans apresentam pior bem-estar psicológico em comparação às pessoas cis. Isto pode ocorrer devido aos contextos sociais, pois há uma estigmatização dessas identidades, violação de direitos básicos e a inexistência de políticas públicas protetivas a esse público. Esses episódios de sofrimento psicológico decorrentes da falta de reconhecimento emergiram na narrativa das participantes: Laís (32a), Eva (30a) e Vitória (20a):

[...] eu estava muito depressiva, eu pesava 180 kg, por causa de... por causa desses dez anos que eu só ficava em casa comendo, jogando e não tinha vontade de fazer nada da minha vida [...]. Laís (32a).

Ai eu entrei em uma fase difícil onde eu conheci as drogas, é, foi bem difícil, usei drogas e tal e começou bater a depressão por que eu queria muito ser feminina, muito, muito, muito e a droga começou a tomar conta disso. Eva (30a).

Já pensei muitas vezes em tentar o suicídio, sabe? Já tentei duas vezes, é... passei por um processo de, semi depressão, que eu comecei a me cortar, me mutilar, fiz isso um bom tempo [...]. Vitória (20a).

O sofrimento psíquico foi uma experiência em comum entre as participantes em suas trajetórias, podendo assim refletir tal questão como uma possível continuidade geracional, pois mesmo vivenciando realidades sociais diferentes, apresentaram episódios de sofrimento.

É importante refletir que sintomas que envolvem depressão, ansiedade e o uso de substâncias psicoativas estão presentes na sociedade e na vida de pessoas cisgêneras, mas ao se referir- às pessoas trans os índices são maiores e o sofrimento pode estar sendo desencadeado por uma tentativa social de enquadrarem esses corpos em uma norma binária e/ou pelas situações de vulnerabilidade ao longo de suas trajetórias (Zucchi et al, 2019). Além disso, é importante mencionar que os ideais de feminilidade vigentes podem desencadear sofrimentos, como foi possível observar na narrativa da participante Eva (30a), pois o uso de drogas e sofrimento psíquico da mesma sofreu influências de uma busca por um corpo feminino.

8.2.5 Relações amorosas: afetividade e objetificação

A afetividade foi um assunto que emergiu na narrativa das entrevistadas, a questão da objetificação de seus corpos e ausência de parcerias que as assumam em espaços públicos é uma realidade dentro das trajetórias trans. As mulheres trans, conforme Benedetti (2005) são muito procuradas para sexo, seja por meio da prostituição ou por pessoas que possuem fetiche, curiosidade e/ou atração. Mas, apesar da procura por práticas sexuais, dificilmente as mulheres trans entram em relacionamentos estáveis.

Em uma ótica heterossexual, conforme Zampiroli (2017), os homens cisgêneros não assumem relacionamento com mulheres trans para a sociedade por medo de terem sua masculinidade questionada ou serem considerados homossexuais, porém é comum procurá-las para relacionamentos escondidos. Existem casos em que homens que se interessam por mulheres trans relacionam-se com essas mulheres, mas socialmente encontram-se em um relacionamento estável com uma mulher cisgênero, o que ocasiona o sentimento de abandono e objetificação nas mulheres trans (Amaral, 2017).

Segundo Pelúcio (2009), as mulheres trans tem expectativas de que suas parcerias as valorizem de acordo com o gênero com o qual se identificam e não mais se relacionem apenas no âmbito privado, assumindo o relacionamento para a família e sociedade. Foi possível observar os conflitos envolvendo a afetividade na narrativa das participantes: Eva (30a), Nina (27a), Vitória (20a) e Alice (19a):

[...] só de um homem saber que nós trans somos trans, então ele já fica com aquele receio e acha que o relacionamento é só entre quatro paredes. Inclusive meu casamento começou assim: só entre 4 paredes [...] um dia ele marcou um jantar com a família dele, com os pais e tal, e ele me apresentou [...] e até então veio o problema da família, da parte da irmã dele, falar pra mim...é... desconfiar de mim, perguntar se

eu era mulher mesmo ou trans, que sentiu diferença na minha voz e no comportamento [...] ele mentiu, ele falou: ‘ela é mulher e tem problema nas cordas vocais’. Eva (30a).

[...] os olhares dos homens mudam, eles tem preconceito na rua, quando te olha, quando tevê num lugar, ao comentar com os amigos e tudo mais eles tem preconceito. Mas quando a noite e tudo mais, quando te vê sozinha a história muda, na realidade é um preconceito velado. Eles tem, eles tem medo, é... como dizer pra você? Eles tem atração mas tem medo na realidade. Nina (27a).

É, uma coisa que eu senti muito, principalmente no começo, foi assim, o fato de ser tratada como fetiche pelo mundo masculino, e uma trans não quer ser tratada como fetiche. Uma trans quer ser amada também, quer namorar, quer ter um relacionamento estável, quer achar alguém especial para dividir os momentos bons. Vitória (20a).

[...] falta muita afetividade, falta muito amor pra gente. [...] Eu sou simplesmente uma mulher, e eu gostaria que a juventude me visse assim [...] Então, nós mulheres trans, não conseguimos ter a afetividade com esses homens por que eles não querem ter conosco [...] eu sou muito procurada pra sexo, e isso é muito triste, por que, realmente, sexo é legal, mas não é essencial pra mim. [...] enquanto a sociedade não nos entender como alguém para ter uma relação, é... afetivo-sexual e afetiva-social, a gente não vai pra frente realmente, não vai, nosso movimento não vai pra frente. Alice (19a).

Por meio das narrativas que foram apresentadas foi permitido identificar que Eva (30a), ao falar sobre seu casamento, apresentou problemas que ocorreram na hora de assumir o relacionamento para a família, enquanto a narrativa de Nina (27a) aborda o desejo dos homens, mas ao mesmo tempo o receio dos mesmos, o que permite sinalizar que muitos homens se relacionam escondido com mulheres trans. Vitória (20a) menciona a objetificação que ocorre com as mulheres trans por serem vistas como fetiche. A participante Alice (19a) expõe também essa objetificação, além de acrescentar a ausência de afetividade em sua trajetória.

Diante disso, foi possível identificar que, apesar de pertencerem a gerações distintas, a objetificação sexual e a falta de afetividade é um marco nas trajetórias das participantes. Todas apresentam dificuldades em estabelecer relações afetivas, incluindo Eva (30a), que apesar de ser casada, trouxe em sua narrativa a relutância de seu marido em assumir estar relacionando-se com uma mulher trans. Essas colocações permitem pensar que conflitos envolvendo a afetividade são uma experiência compartilhada entre as participantes, sendo assim, caracterizam-se como uma possível continuidade geracional.

Isto pode ocorrer pois muitas vezes os homens héteros que entram em relacionamentos com mulheres trans tendem a sentir-se menos heterossexuais, por assimilarem o gênero como correspondente ao órgão genital. Em outras palavras, devido a não compreenderem que uma mulher com pênis (ou que já teve um pênis) não deixa de ser mulher (Zampiroli, 2017; Pelúcio, 2009). Ainda, muitos homens tem medo do julgamento social sobre essa relação, pelos mesmos fatores que foram mencionados acima. Conforme a ótica machista predominante na sociedade, seriam considerados homossexuais e, conseqüentemente, se afastariam da normatividade da masculinidade hegemônica.

Saindo de uma ótica de relações heterossexuais e considerando que a participante Alice (19a) se autodeclara pansexual, em sua narrativa surge a dificuldade em firmar parcerias afetivas. Como fora observado no item 4.2 dessa pesquisa, há uma existência de hierarquias dentro do movimento LGBTQIA+ que faz com que as identidades trans sejam invisibilizadas, sendo possível questionar se isso é proveniente do cissexismo que entende os corpos trans como subalternos, resultando na dificuldade em estabelecer relacionamentos por questões que envolvem o preconceito contra esse público.

8.3 Aspectos sociais

A sociedade é dividida de forma binária, em que apenas os corpos inteligíveis possuem amplo acesso aos espaços sociais. As identidades trans rompem as fronteiras e subvertem a naturalização entre sexo e gênero. Por serem considerados corpos subversivos, os contextos que envolvem violências podem tornar-se um marcador em suas trajetórias. Em contrapartida, com as mudanças sociais que estão ocorrendo, lentamente as identidades trans começaram a ocupar mais os espaços sociais, ganhando visibilidade nas mídias. Essas mudanças mostram a contraditoriedade existente, pois enquanto se vê identidades trans com visibilidade na TV, mulheres trans que são influenciadoras digitais e estão presente na música brasileira, nos bastidores sociais e becos vê-se essas mulheres sofrendo preconceitos, com passagem pela prostituição e sendo mortas (Neto & Vale, 2019). Devido a isso é importante compreender as situações que envolvem preconceitos e aceitação dentro das trajetórias das participantes.

As narrativas serão apresentadas por meio das subcategorias: preconceito, violência e experiências de exclusão; violência intrafamiliar; pessoas que influenciam o processo de identificação; aceitação social e ocupação de novos espaços.

8.3.1 Preconceito, violência e experiências de exclusão

A trajetória de pessoas trans comumente é marcada por episódios de preconceitos e discriminação, pois existe um cissexismo na sociedade que desvaloriza as identidades que não correspondem a norma cisgênera. Vê-se que em muitos espaços os direitos mais básicos das pessoas que subvertem a norma de gênero são negados, como por exemplo: o uso do banheiro conforme o gênero com que a pessoa se identifica, respeito ao nome social nas instituições (como escola e universidades, espaços de saúde, empresas, entre outros espaços sociais) e desvalorização de suas competências e habilidades devido à identidade de gênero (Kaas, 2015). Além desses aspectos apresentados, há uma ineficiência das políticas públicas que combatem a LGBTQIA+ fobia, bem como ausência de políticas públicas protetivas direcionadas às identidades trans. Como consequência disso, os espaços sociais tornam-se reduzidos e a exposição a violências físicas ou psicológicas amplia-se.

Foi possível identificar relatos de violências, preconceitos e discriminação na narrativa das participantes Laís (32a), Eva (30a), Nina (27a) e Alice (19a), que relataram diferentes formas de violências em ambientes distintos:

[...] eu fui colocada pra fora do banheiro feminino, pelo segurança. [...] Ele entrou lá dentro, me pegou pelo braço e falou: ‘sai daqui, você é um homem’. Eu falei assim: ‘se eu sou um homem ou eu sou uma mulher, eu dentro da portinha do

banheiro, se eu tenho pau ou se eu tenho buceta nenhuma pessoa tá vendo, eu não tô incomodando ninguém dentro do banheiro’. Lais (32a).

[...] eu e a L nós sofremos vários episódios juntas de preconceito na escola, até mesmo de apanhar, a gente dançar e tacarem coxinha. Gente, comprar coxinha pra tacar em nós por que a gente tava dançando? [...] na escola que eu estudava existia muito preconceito mesmo. De falar assim ‘ah o viadinho, ah, olha a bichinha’, a maneira de se vestir, tipo ‘ah pra que usar maquiagem viadinho’, então essa palavra sempre: ‘viadinho, viadinho, bichinha, bichinha’ isso me incomodava muito, entendeu?. Eva (30a).

[...] por que na realidade hoje em dia os jovens estão mais esclarecidos. Se você analisar, se você conversar e tudo mais, mas, você sabe como são os adultos né? Pais e tudo mais, eu já... é... quando souberam que eu ia assumir o cargo como professora de filosofia da cidade, é... eu sofri muitas ameaças, pelo facebook, anônimo, que eu ia desvirtuar as crianças, pra eu deixar as crianças em paz, é... que eu ia ensinar identidade de gênero. Nina (27a).

[...] é muito complicado pelo fato do preconceito que eu citei agora pouco né, do pessoal falar que é uma frescura, que é pra me aparecer, que é pra alguém me notar, que é pra ficar famosa, né... o preconceito do machismo, o preconceito da transfobia que existe realmente, o pessoal fala que não, mas existe, quem já passou por isso sabe. Vitória (20a).

Eu acho que... o que me pegou dentro dessa coisa pública foi muito questionamento, e muita ameaça, muita ameaça cumprida também [...] fui agredida, e... não fui só agredida como bati também. Eu sou uma pessoa que, eu reconheço que eu sou a oprimida, mas eu não vou deixar o opressor sair sem um roxo na cara, vai sair com um roxo na cara. Alice (19a).

A narrativa da participante Lais (32a) apresentou violência referente a sua identidade de gênero e também física, caracterizada pelo ato do guarda retirá-la do banheiro feminino. Recentemente, mais especificamente no dia 4 de Janeiro de 2020, a ANTRA publicou uma nota de repúdio sobre a situação de uma mulher trans que foi impedida de usar o banheiro de um shopping em Maceió. Tal fato gerou uma comoção nas redes sociais e levantou debates sobre o uso do banheiro de acordo com o gênero com o qual a pessoa se identifica. Sendo essa uma temática recente que começou a ocupar o debate público ultimamente, mas que no período em que a participante realizou a transição era pouco debatida.

O uso do banheiro conforme o gênero que a pessoa se identifica é um debate político, pois envolve os discursos de controle existentes sobre os corpos (Dias, Zoboli & Santos, 2018), mas também é um conflito geracional, porque envolve a desconstrução de um paradigma enraizado na sociedade (Tomizaki, 2010). O banheiro, em especial o público, é atrelado ao sexismo, em que, apesar disso estar mudando aos poucos, ainda há uma predominância de ambientes organizados a partir de uma divisão entre masculino e feminino. De acordo com Ciconetti (2019), o uso do banheiro segue uma visão binária e normativa, que resulta em possíveis constrangimentos às mulheres trans ou mulheres fora do padrão heteronormativo.

A participante Eva (30a) em sua narrativa apresentou a transfobia dentro do ambiente escolar, quando ela e Lais (32a) começaram a apresentar comportamentos que não correspondiam ao socialmente esperado para o gênero masculino, como por exemplo a dança. Isso permite uma reflexão sobre a fragilidade da masculinidade e sobre a importância de um olhar para a criança e para o adolescente que subvertem as normas de gênero dentro das instituições de ensino, pois a escola pode ser um ambiente hostil e transfóbico (Kveller, Tietboehl, & Cavalheiro, 2018). Reforça-se a então a necessidade de uma educação sexual para que se promova o diálogo e respeito às diversidades sexuais e de gênero (Louro, 2000).

A narrativa da participante Nina (27a) apresenta de maneira clara a relação de poder que existe entre as gerações, pois conforme sua narrativa os adultos tentam proteger as crianças e adolescentes de obterem contato com as identidades trans e tem medo que eles tenham informações sobre a temática. Isso remete ao que Tomizaki (2010) coloca como disputas entre as gerações, em que os mais velhos querem um mantimento das estruturas sociais através da permanência de seus ideais. Ao relacionar a disputa geracional com a temática diversidade de gênero, pode-se pensar que apesar da temática ainda ser um tabu, ela está mudando a passos lentos e essas mudanças são perceptíveis, já que Nina (27a) cita que os jovens relacionam-se de forma diferente com o tema.

A narrativa da participante Vitória (20a) apresenta situações de discriminação em que sua identidade é deslegitimada, com seu gênero e a sua transição subjugada pela sociedade como frescura ou como uma forma de se destacar. Ainda, a narrativa da participante Alice (19a) apresenta agressões e ameaças sofridas devido a sua identidade. Alice (19a) também alega uma reação violenta frente a essas agressões, mas pode-se pensar isso como algo subjetivo da participante, visto que esse comportamento não apareceu em outra narrativa aqui citada.

Nessa categoria foi possível identificar que embora as narrativas tratem de ambientes distintos, o preconceito nitidamente é uma experiência compartilhada pelas participantes independente da geração a qual pertencam. Tal fato pode ser atribuído ao binarismo de gênero que estrutura a sociedade, ao cissexismo e à falta de informação sobre a temática, pois mesmo com mais pessoas trans expostas na mídia, os debates sobre sexualidade e gênero de modo crítico não está sendo realizado. Por meio dessa categoria, devido às narrativas das participantes é possível pensar em uma continuidade geracional.

8.3.2 *Violência intrafamiliar*

A família pode ser um fator de proteção ou de risco para as pessoas, sendo que nas trajetórias trans é comum encontrar episódios de violência intrafamiliar. É importante dizer que nas famílias existem hierarquias que podem reproduzir o patriarcado (Fávero, 2010), além das hierarquias geracionais que ocorrem por causa da existência de relações de poder entre as gerações (Tomizaki, 2010).

Em decorrência disso, comumente a mudança de gênero de um dos membros pode confrontar essa hierarquia familiar, gerando conflitos e levando as famílias a agirem de forma violenta e agressiva. Importante dizer que a ideia de uma harmonia familiar plena vem de um pensamento romantizado sobre o assunto, pois não há uma família harmoniosa o tempo todo (Rego, 2019). Porém, a “[...] interrupção do que é considerado o curso normal da identidade de gênero de alguém pode causar, e tem causado, a expulsão de filhos de suas moradias, ausência de auxílio econômico, e desconsideração sobre seu lugar como importante na família.” (Rego, 2019, p.5).

Conforme Silva (2018), a família pode ser o primeiro local que um indivíduo trans passa pela experiência de preconceitos e exclusão, podendo ser um fator de risco em decorrência das possíveis violências que podem ocorrer. Tal violência pode envolver agressões ou violências simbólicas, como por exemplo, não respeitar a identidade de gênero e nome com que a pessoa se identifica. Episódios de violência intrafamiliar foram explicitados na narrativa das participantes Laís (32a), Nina (27a), Vitória (20a) e Alice (19a):

[sobre os tios] ainda chamam pelo meu nome masculino e eu não aceito [...] tem um que ainda chama, que é machista e quer impor o que ele gosta e tipo os ideais dele, ainda chama, e eu falo assim: ‘oh, se você me chamar assim eu vou te processar, por que eu sou reconhecida mulher pela lei, e você não pode me chamar assim. Laís (32a).

[...] eu tinha poucas maquiagens, então tinha maquiagens que eu gostava e eu chegava em casa e tava tudo quebrado. Meu pai quebrava, é. Roupas que, shortinhos, eu sempre usei shorts e ele rasgava, entendeu?. Nina (27a).

Igual eu falei, eu já sofri preconceito fora de casa, dentro de casa, é... apanhei inúmeras vezes do meu pai pelo fato de primeiramente achar que eu era um menino gay, pra depois me descobrir uma mulher trans [...] tipo, era motivo pra eu pegar e ouvir: vira homem, era motivo pra falar que eu preciso de uns pé de ouvido pra eu aprender a virar macho, é que eu tô precisando trabalhar pra aprender... sabe? Coisas do gênero [...]. V (20a).

[...] eu fui expulsa de casa [...] e... fui morar... pelo fato de eu ser uma mulher trans, fui expulsa pelo meu pai [...] fui morar com meu tio, tive problemas sexuais com meu tio, por que meu tio é um homem gay e não me via como uma mulher trans, me via como um homem gay. [sobre a relação com os pais] Eles ainda me chamam pelo nome que, pelo nome que eles escolheram, eles ainda me chamam pelo pronome masculino e ainda eles não se importam com nada sobre minha vida. Alice (19a).

Diante das narrativas que foram expostas, pode-se perceber que a violência intrafamiliar é uma experiência compartilhada entre as participantes, com a existência de relações conflituosas entre as gerações em um sentido de parentesco e hierarquia familiar. Pode-se observar também relações de poder entre os gêneros, em que o gênero cis e masculino mostrou-se opressor, até mesmo quando participam do movimento LGBT. Esse relato corrobora o que foi dito por Jesus (2018), de que dentro do movimento existe uma hierarquia entre as identidades cis e trans, sendo as trans a minoria, desvalorizadas dentro da sigla.

Além disso, pode pensar o que o autor Tomizaki (2010) coloca como disputa geracionais e Domingues (2002) traz sobre as relações de poder entre as categorias geracionais, pois nas narrativas fala-se de homens cis (pais e tios) que exercem seu poder violentando, mesmo que de forma simbólica, a identidade de mulheres trans. Para além do que ocorre com o cissexismo, há a presença de uma masculinidade que ainda segue moldes hegemônicos em que se deve afastar de tudo aquilo que é considerado como feminino. Nesse sentido, o trabalho é entendido como uma atividade que pode aproximar a participante Vitória (20a) do masculino e fazer com que ela “virasse homem”, de acordo com o modelo.

Outra tentativa de distanciamento do universo feminino foi apresentada na narrativa de Nina (27a), em que seu pai quebrou sua maquiagem, algo que simboliza a feminilidade.

Diante do exposto é possível pensar que a experiência de violência intrafamiliar foi compartilhada entre as participantes e possivelmente é uma continuidade geracional que, conforme Soares et al. (2011), pode começar a ser rompida a partir da informação sobre essas identidades.

8.3.3 Pessoas que inspiram e influenciam o processo de identificação

Ao referir-se ao conceito geração entende-se também que a mesma está relacionada a transmissão de valores. Nesse sentido, as famílias, por meio de suas ideologias e práticas cotidianas, são grupos com valores próprios que são passados para os sucessores (Domingues, 2002; Tomizaki, 2010).

Porém, além da existência de transmissão de valores entre familiares, o impacto da globalização e o surgimento de novas tecnologias modificaram a forma como as gerações interagem e se co-educam, sendo as mídias (televisão, rádio, redes sociais), em especial a internet, um novo espaço onde as pessoas interagem e constroem suas ideologias (Costa-Júnior; 2014; Pereira & Costa-Júnior, 2019). Ao que se refere às mulheres trans, elas têm buscado referências de inspiração e construção de suas identidades nas redes sociais e através de representação em telenovelas, séries, músicas e canais do Youtube (Neto & Vale, 2019; Pereira & Costa-Júnior, 2019).

Atualmente as pessoas trans estão falando mais sobre si nas redes sociais, além disso a rede de pessoas online possibilitou que grupos trans se organizassem para ativismos, como é o caso do transfeminismo que teve seu início por meio do ciberativismo, ou seja, por meio

digital (Jesus, 2018). O mesmo ocorre com youtubers trans, que estão servindo como representatividade para as meninas trans. Na música também surgem novas pessoas que transgridem as normas de gênero, o que pode influenciar diretamente o reconhecimento das mulheres trans (Pereira & Costa-Júnior, 2019; Neto & Vale, 2019). Na narrativa das participantes surgem tais influências, podendo ser vistas a seguir:

[...] na minha época não tinha uma... não tinha internet, não tinha... na época que eu comecei, não tinha tanta divulgação, não tinha tanto... tantas pessoas em quem me espelhar, e não tinha amigos e nem referências de travestis e transexuais pra tá, é, seguindo. Laís (32a).

[...] olha de força assim, de enfrentar as dificuldades da vida assim, tudo que... a gente passa por muitos... até fico meia assim de lembrar dele, meu pai. Ele é uma pessoa muito forte, uma pessoa que... de uma fé grande, eu fico até um pouco emocionada de lembrar dele por que ele é uma pessoa que assim que transmite uma fé e uma força muito grande por todas as dificuldades que passou na vida, é... saúde e tudo mais, ele é vivo, ele é uma pessoa super alegre, ele não demonstra de nada que ela já passou assim na vida dele... ele num... ele tenta não demonstrar apesar da gente ver fisicamente que ele já sofreu muito, entendeu? Mas eu admiro muito ele, em questão assim, de força, de fé, de garra, de luta é o meu pai. Eva (30a).

É, mas tem pessoas que você vê histórias assim, e... aquela Luana, do Rio de Janeiro, aquela travesti que teve aquele caso do Fabio de Melo, que ele teve repulsa

de conversar com ela, teve repulsa de falar com ela na quadra da mangueira, e depois de um tempo ele descobriu que ela ajudava os pobres da rua com comidas e mantimentos. Ela morreu o ano passado [...] então, eu li sobre a história dela, eu vi um documentário no SBT sobre ela e tudo mais, uns dois, três anos atras... falei: quero ser igual essa mulher. Laís (27a).

Porque assim, eu tenho minha vó como meu exemplo de vida, sabe? Ela é a mulher mais forte que eu conheço. Por tudo, passou por muita coisa, minha avó já enfrentou, por exemplo dois cânceres, já passou por várias cirurgias, é... já passou, por que ela teve paralisia infantil, então já passou por várias cirurgias, já passou por traição, já passou por muita coisa, sabe? É, já passou humilhação na vida também antes de fazer a graduação, então eu vejo minha avó como exemplo de vida, sabe? Já foi é... a pessoa que mantém a casa, sabe? Então ela é a mulher mais forte que eu conheço. Vitória (20a).

[...] sempre me vi como artista e sempre me espelhei nessas artistas. A Lady Gaga foi a primeira cantora a falar sobre transexualidade dentro de uma música, e... foi assim que ela me conquistou [...] Não me inspiro muito nela, por que a gente tem realidades super diferentes, ela é uma mulher branca cis riquíssima, então eu sou uma mulher preta, pobríssima e transexual. Mas ainda temos a Laverne Cox, que eu me inspirei bastante.[...] Tem uma atriz chamada Indya Moore, que parece muito, mas muito comigo... muito comigo. [...] Temos também Linn da Quebrada, aqui do Brasil, que ela é perfeita assim, uma cantora exuberante. Temos Lininker, que eu me inspiro também bastante, eu acho que só. Alice (19a).

[...] quando eu tava com meus 14, 15 anos eu lembro de ter visto um documentário que [...] era uma reportagem que essa mulher fez e ela mostrava algumas crianças trans e alguns adolescentes trans. Então tipo, na época eu tava tentando tipo, me assumir, eu me espelhei muito nessas crianças e nesses adolescentes, [...] também teve a questão da representatividade na TV, tipo, é... a Mandy Candy que é uma Youtuber, a Pablllo Vittar que por mais que seja uma drag serviu muito de inspiração, tipo de luta, eu acho que só. Mel (18a).

Por meio das narrativas que foram apresentadas, foi possível verificar que as pessoas que influenciam a Eva (30a) e a Vitória (20a) correspondem às continuidades geracionais intrafamiliares no que diz respeito a comportamentos e ideologias. Pode-se assim pensar que houve uma transmissão de valores dentro dessas famílias por meio das gerações.

Por sua vez, as pessoas que influenciaram e influenciam as trajetórias das participantes Nina (27a), Alice (19a) e Mel (18a) são artistas e mulheres trans que apareceram na grande mídia ou nas redes sociais. Importante ressaltar que a participante Nina (27a) realizou sua transição há pouco tempo (há cerca de dois anos atrás), o que permite pensar que suas influências foram impactadas pelo surgimento da internet, assim como Mel (18a) e Alice (20a). Em contrapartida, a narrativa de Laís (32a) revela o quão difícil foi se identificar com alguém em sua trajetória devido à ausência da internet e outras tecnologias que hoje compõem o cotidiano dos indivíduos, o que reforça a hipótese do quão importante tem sido esses meios para a validação das identidades trans.

De acordo com as narrativas acima, há uma sinalização que fatores distintos e inerentes ao contexto social vigente influenciaram de maneiras diferentes o reconhecimento e a identificação no processo identitário, pois apesar de Vitória (20a) identificar-se com

familiares, as outras participantes jovens - ou que iniciaram a transição há pouco tempo - inspiram-se em figuras midiáticas. É possível pensar que a globalização e tecnologia influenciam e continuarão influenciando as novas identidades que estão emergindo na sociedade.

8.3.4 Aceitação social e ocupação de novos espaços

A patologização e invisibilidade acompanha a história das mulheres trans, como foi mencionado no item 3.4. Devido aos estigmas sobre esses corpos, os espaços sociais para esse público são restritos, tornando essas identidades marginalizadas e suas vidas deslegitimadas (Pelúcio, 2009; Bento, 2016). Porém, torna-se importante dizer que, apesar de uma cultura conservadora e cissexista, a sociedade está em transformação, sendo possível ver pessoas trans surgindo em novos contextos sociais. Assim, mesmo que em um número ainda reduzido, essas pessoas estão ocupando os espaços da educação, saúde e mídias (Santos, 2017).

A narrativa das participantes Laís (32a), Eva (30a), Vitória (20a), Alice (19a) e Mel (18a) apresentam os episódios de aceitação e os novos espaços ocupados, distintos da prostituição:

[...] tinha gente na rua que falava assim: “nossa te conheço de algum lugar, mas da onde que é será?” ... “você é parente do...?” e falavam meu nome masculino. Não. [risos][...] “não, não... nem conheço”. Mas brincava e depois falava: “era eu”. E elas: “hã? Como era você?” tipo, mas eu fui bem aceita, normal. Laís (32a).

[referindo a discriminação] só mesmo trabalhando na rua, na prostituição, por que depois que eu decidi sair mesmo da prostituição e ir pra vida social assim, no meio dos héteros, conviver com os héteros o tempo todo, é... eu nunca tive esse problema assim. [...] aqui assim os vizinhos assim me acolheram, do comércio, né? Eu fiquei assim, nossa... pra mim sempre foi muito normal, tem momentos que eu nem lembro que eu sou trans, e as pessoas ao meu redor nem lembram disso, entendeu?. Eva (30a).

E a turma da faculdade, apesar do curso machista né, educação física que também né, é um curso muito machista, a gente tá melhorando né, porque cada vez mais tá entrando um pessoal de cabeça e mente aberta e conseguindo trabalhar vários assuntos, entre eles o transgênero e a transexualidade. Vitória (20a).

Então, [...] a gente é... enaltecida, a gente recebe aplausos, a gente, é... tem a luta ali, aplaudida, mas nunca respeitada, nunca contemplada, sabe? É... nós mulheres trans somos, é, muito procuradas para fazer palestras, para fazer fotos, [...] o que mais tem é agência de modelo querendo me contratar. Alice (19a).

[...] olhando alguns vídeos e reportagens sobre transexualidade a alguns anos atrás, eu percebia que faltava informação para a maioria das pessoas, tanto no modo de como entrevistar uma pessoa trans, ou tipo, falar do assunto para outras pessoas era algo mais... como posso dizer? Mais pioneiro. Hoje em dia com a internet, com... enfim... a, todas essas informações ficou um pouco mais fácil, e também tem a

questão da representatividade, tipo muitas pessoas trans começaram a ganhar alguns espaços. Então eu acho que melhorou a vida das pessoas. Mel (18a).

Foi possível identificar o começo de uma possível mudança nos espaços públicos. Laís (32a) trouxe a experiência de ser bem aceita ao mostrar que realizou a transição de gênero. A participante Vitória (20a) apresenta uma mudança de ideias referentes a transição de gênero em uma graduação socialmente classificada como machista. Enquanto a participante Mel (18a) apresenta que a informação e a visibilidade de pessoas trans nas mídias têm facilitado a abertura de espaços e respeito a essas identidades.

Apesar dessas possíveis mudanças, torna-se relevante refletir sobre a narrativa da Eva (30a) e Alice (19a). Embora a participante Eva (30a) apresente a experiência de aceitação no comércio local, sua narrativa também é relevante para pensar sobre a heteronormatividade vigente, pois conforme a mesma, esses espaços de aceitação surgiram após sua saída da prostituição, casamento e corresponder a normas sociais. A participante Alice (19a) apresenta um espaço que lhe foi proporcionado no âmbito da moda e diz que a mulher trans é aplaudida, porém não respeitada. Por meio dessas duas narrativas surge a reflexão de quais são esses espaços de aceitação que estão emergindo, bem como se nesses espaços há realmente respeito às identidades trans.

Dito isso, mesmo com reflexões sobre as temáticas, foi possível identificar uma experiência compartilhada entre mulheres trans, visto que essas sentem-se aceitas em espaços sociais. Porém não é possível sinalizar uma continuidade geracional em todos os âmbitos, pois, levando em consideração a biografia das entrevistadas, há uma ruptura em se tratando da prostituição. Laís e Eva passaram anos na prostituição, Alice ficou um curto período e por aplicativos, após a expulsão de sua casa, enquanto Vitória e Mel não passaram por tal

experiência. Porém ressalta-se que essa ruptura ocorreu dentre as participantes desta pesquisa, sendo necessário realização de novos estudos que intersekte as experiências trans, geração e classe social.

8.4 Vínculos sociais como suportes afetivos: a presença da família e amigos

Conforme Silva e Cerqueira-Santos (2014), os vínculos sociais são importantes pois fazem parte do desenvolvimento humano e interferem na maneira como as pessoas demonstram e aceitam os afetos. Sendo a identidade de uma pessoa construída em sua relação com a sociedade e com contatos significativos que a mesma obteve durante seu processo de desenvolvimento.

Ao referir-se às mulheres trans, conforme a literatura apresentada nesta pesquisa, pode-se dizer que as redes de apoio comuns são: a família, amigos, instituições de acolhimento ao público trans e relacionamentos que essa pessoa teve ao longo da vida (Silva, 2018). Destaca-se que, como também apresentado no item 3.5, a família pode ser o primeiro local em que uma mulher trans sente a transfobia, havendo uma tendência de aproximação de amigades como rede de apoio.

Na narrativa das participantes foi possível identificar a presença de redes de apoio:

[sobre sua identidade de gênero] Já sabia o que eu gostava e o que eu queria, eu esperei o momento certo pra colocar tudo isso pra fora e foi natural, e fui bem aceita e respeitada, e minha mãe acima de tudo sempre me apoiou. Laís (32a).

[contando sobre o período em que queria sair das drogas][...] conseguia achar clientes maravilhosos que me deram o maior apoio, que não usavam drogas e entendiam a minha situação, então eles começaram a me apoiar, me pagavam a mais pra eu conseguir conquistar meu objetivo. Foi muito bom, eu só encontrei pessoas maravilhosas na minha vida nessa época, quando eu decidi parar. Eva (30a).

É.., a minha vida social, é... não teria como, realmente, não teria como melhorar, porque meu círculo social de amizades sempre remetem a pessoas que estão nesse meio, que respeitam o meio que... são fatores, sabe? A gente tem uma turma de amizade que assim, são várias meninas trans, e várias travestis né, que são profissionais, várias drag-queens, e a gente tem uma turma muito grande que sai sempre junto, a gente tá sempre junta. Vitória (20a).

Hã, tenho apoio de vários amigos, sou uma pessoa muito amigável também sociável, tenho um ciclo de amizade bem grande também. Alice (19a).

Por meio das narrativas que foram apresentadas foi possível perceber que a participante Laís (32a), apesar da violência intrafamiliar vivenciada pelos tios, teve como suporte afetivo a presença de sua mãe. A participante Eva (30a) encontrou na prostituição o suporte para sair das drogas, pois sua narrativa apresenta apoio vindo de seus clientes. Vitória (20a), que também passou por violência intrafamiliar, encontra o suporte nas amizades. O mesmo ocorreu com Alice (19a), que encontra apoio em suas amizades, corroborando o que Zucchi et al. (2019) afirmam em sua pesquisa: muitas mulheres trans quando não se sentem apoiadas em suas famílias recorrem a redes de amigos.

Frente ao que foi levantado até o presente momento, as participantes, mesmo pertencendo a categorias geracionais distintas, encontram apoio em vínculos sociais com diferentes grupos. Até aqui pode-se dizer que a presença de suporte afetivo é uma experiência compartilhada na trajetória das participantes, mas não há subsídios suficientes para dizer se esta é a sinalização de uma ruptura ou continuidade geracional, pois, conforme a literatura de Silva e Cerqueira (2014) e Zucchi et al. (2019), essas são redes comuns de apoio nas trajetórias. Diante disso é possível identificar a necessidade de novos estudos sobre essa temática.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se um período histórico-social em que a sociedade brasileira encontra-se dividida em relação às questões políticas, sociais e, conseqüentemente, sobre a compreensão da sexualidade e gênero. Vê-se que há movimentos religiosos e políticos que visam barrar o diálogo sobre gênero na sociedade e nas instituições. Uma ideologia conservadora emergindo contra as pautas feministas e contra as pessoas que não seguem a norma cisheteronormativa. Em contrapartida, é possível perceber uma maior militância do público LGBTQIA+ por reconhecimento, visibilidade e respeito. Além do surgimento do transfeminismo que luta

contra o cissexismo, o patriarcado e as construções de feminilidade e masculinidades normativas também então sendo mais dialogadas, com isso tem-se a presença de uma ideologia progressista emergindo. Essa disputa ideológica vigente é relevante para a compreensão da dinâmica social que, ao falar sobre uma análise geracional, essa pesquisa buscou considerar.

Outro aspecto que esta pesquisa considerou foi o histórico de patologização dos corpos trans pelas ciências médicas e psicológicas, dos quais a sociedade atual, e consequentemente a trajetória das participantes, possuem resquícios. Considerou-se também o advento da internet e das redes sociais, que geraram impacto na maneira como os indivíduos se relacionam e na forma como constroem suas identidades.

A análise realizada permitiu verificar a existência de rupturas e continuidades nas trajetórias de vida, sendo tais rupturas ou continuidades marcadas pelos elementos culturais e pelas políticas afirmativas vigentes. Sendo que as continuidades existentes envolvem o preconceito que elas viveram no cotidiano, episódios de violência intrafamiliar, a necessidade de realizar modificações corporais, a presença de períodos que envolvem sofrimento psíquico, objetificação nas relações afetivas e no entendimento do processo de transição como um período que envolve prazer e conflitos. Houve experiências compartilhadas em relação ao processo de identificação e na presença de uma rede de apoio na vida dessas mulheres. As rupturas existentes referem-se a concepção das participantes sobre masculinidade e feminilidade, bem como sobre as pessoas que influenciaram o processo de identificação. Partindo do momento atual no Brasil, pensa-se que a tendência é que rupturas permaneçam acontecendo, sendo necessário novas pesquisas sobre essa temática.

Com isso é possível perceber que ocorreram mudanças, mas a sociedade ainda se mantém, no geral, preconceituosa e tentando marginalizar as pessoas que subvertem a norma

binária. Contudo, apesar do que foi dito e levando em consideração a dinâmica social brasileira, neste estudo observou-se o surgimento também de espaços de aceitação direcionados as mulheres trans entrevistadas, cabendo a realização de novas investigações sobre esses novos aspectos.

Esta pesquisa desenvolveu-se com a intenção de ampliar a voz de mulheres trans sobre suas experiências e trajetórias e possibilitar um espaço para que elas falassem sobre si. Isso ocorreu por meio dos objetivos que foram estabelecidos de investigar tais trajetórias e analisar as rupturas e continuidades a partir de uma visão social. Foi possível cumprir os objetivos estipulados na análise da pesquisa, na qual foram discutidas as trajetórias e pensadas questões que envolvem a sociedade e a influência dos aspectos sociais na trajetória dessas mulheres.

Ao contrário do que se espera, uma conclusão com respostas, finalizo essa pesquisa trazendo novas perguntas e reflexões, pois esse não é um tema que se encerra em si. Foi possível pensar a trajetória de mulheres trans na intersecção entre gênero e geração, mas como seria a análise de tais trajetórias se fosse considerado, além disso, a classe social, raça/etnia e o território onde essas mulheres se situam? E se fosse realizado esse mesmo estilo de pesquisa mas com homens trans, os resultados seriam similares ou haveria menos episódios de preconceitos por se tratarem de homens? Quais são os espaços de aceitação que surgiram no decorrer desta análise? Como ampliá-los?

Diante de tais reflexões aponta-se para a importância em realizar novas pesquisas que investiguem as dinâmicas geracionais e a trajetória de pessoas trans, sobre como o período atual está influenciando as novas gerações e sobre quais os espaços de aceitação existentes na sociedade para o público que subverte a ordem binária entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

- Agonese, M. (2016). *“Um pai trans, uma mãe trans”*: direitos, saúde reprodutiva e parentalidades para a população de travestis e transexuais (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Aguião, S. (2016). Não somos um simples conjunto de letrinhas: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *Cadernos Pagu*, (46), 279-310. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460279>.
- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando.
- Amaral, M., Silva, T., Cruz, K. O., & Toneli, M. J. F. (2014). Do travestismo às travestilidades: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200007>.
- Amaral, M. S. (2017). *Te desafio a me amar: desejo, afeto e a coragem da verdade na experiência dos homens que assumem relacionamentos com as travestis e mulheres trans* (Tese de doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Antunes, P. P. S. (2013). *Travestis envelhecem?*. São Paulo: Annablume.
- Antunes, P. P. S., & Mercadante, E. F. (2011). Travestis, envelhecimento e velhice. *Revista Kairós Gerontologia Temática*, 14(5), 109-132.

- Arán, M., & Murta, D. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 15-41.
- Araújo, A. T. (2017). Transversador. In M. L. Araruna, *Nós trans: escrevivências de resistência* (pp. 24-25). Belo Horizonte: Literatrans.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. (2018). *Já são 86 pessoas trans assassinadas apenas no primeiro semestre de 2018*. Recuperado de <https://antrabrazil.org/2018/07/01/sao-86-pessoas-trans-assassinadas-no-primeiro-semester-de-2018/>
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. Instituto Brasileiro Trans de Educação. (2019). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Recuperado de <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>
- Ayres, J. R. C. (2005). Hermenêutica e humanização das práticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3), 549-560.
- Barbosa, B. C. (2013). "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (14), 352-379. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>.
- Benedetti, M. R. (2005). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garramond.

- Bento, B. (2004). Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras. In: A. Piscitelli, M. Gregori, S. Carrara, *Da transexualidade oficial às transexualidades*. Rio de Janeiro: Garramond.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garramond.
- Bento, B. (2009). A diferença que faz diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 3(04). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2298>
- Bento, B. (2016). Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In L. Colling (Org.), *Dissidências sexuais e de gênero* (pp. 43-69). Salvador: EDUFBA.
- Butler, J., & Rios, A. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 95-126. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006>
- Cardoso, D. (2018). Notas sobre a Criança transviada: considerações queerfeministas sobre infâncias. *Periódicus*, 9(1). Salvador.
- Carvalho, M. (2018). Travesti , mulher transexual , homem trans e não binário: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, 96.
- Castel, P. H. (2001). Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, 21(41), 77-111.
- Ceccarelli, P. R. (2010). A patologização da normalidade. *Estudos de Psicanálise*, (33), 125-136. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000100013&lng=pt&tlng=pt

Chiland, C. (2008). *Transexualismo*. São Paulo: Loyola.

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global* (3a ed.) São Paulo: nVersos.

Conselho Regional de Psicologia 3ª Região Bahia. (2018). *Psicologia, sexualidades e identidades de gênero: guia de referências técnicas e teóricas*. Salvador. Recuperado de <https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CRP03-Cartilha-Psicologia-Sexualidades-e-Identidades-de-G%C3%AAnero-1.pdf>

Costa-Júnior, F. M. (2014). *Geração, masculinidades e atenção primária à saúde em três cidades do Nordeste brasileiro*. (Tese de doutorado). Programa de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Costa Júnior, F. M., & Couto, M. T. (2015). Geração e categorias geracionais nas pesquisas sobre saúde e gênero no Brasil. *Saúde Sociedade*, 24(4), 1299-1315. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015140408>.

Dias, D. M. (2014). Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. *Cadernos Pagu*, (43), 475-497. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430475>.

- Dias, A. F., Zoboli, F., Santos, A. L. (2018). O banheiro como espaço político de gênero. *Reflexão e Ação*, 26(2). Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>
- Domingues, J. M. (2002). Gerações, modernidade e subjetividade. *Tempo Social*, 14(1), 67-89.
- Deus, M. L. (2018). Travesti ou Transexual? Uma análise êmica e acadêmica sobre categorias identitárias de mulheres travestis e transexuais. *Revista visagem antropologia visual da imagem*, 4(1), 108-144.
- Duque, T. (2011). *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume.
- Duque, T. (2013). *Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por*. (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Entralgo, P. L. (1944). *Las generaciones en la historia*. Madrid: Diana.
- Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultural e transformações*. Curitiba: Ed.UFPR.
- Fernandes, L., & Carvalho, M. C. (2000). Por onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método do snowball. *Revista Toxicodependências*, 6(3), 17-28.
- Ferrigno, J. C. (2010). *Coeducação entre gerações* (2ª ed.). São Paulo: Edições SESC SP.

- Foucault, M. (2017). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (6 ed.). Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23, 183-184.
- Graciano, M. (1978). Comunicação apresentada na 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, *Cadernos de pesquisa*, 26.
- Green, R. (2009). The Three Kings: Harry Benjamin, John Money, Robert Stoller. *Archives of sexual behavior*, 38(4), 610-613. <https://doi.org/10.1007/s10508-008-9392-3>.
- Green, R. (2010). Robert Stoller's Sex and Gender: 40 Years On. *Archives of sexual behavior*, 39(6), 1457-1465. <https://doi.org/10.1007/s10508-010-9665-5>.
- Haraway, D. J. (2009). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In T. Tadeu (Org.), *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós humano* (pp. 33-119). Belo Horizonte: Autêntica.
- Jesus, J. G., & Alves, H. (2012). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, 11(2). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>
- Jesus, J. (2018). Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0. *Rebeh - Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura*, 1(01). Recuperado de <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/8797>
- Kaas, H. (2015). *O que é transfeminismo?*. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf

- Kennedy, N. (2012). Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. *Revista Cronos*, 11(2). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2151>
- Kunzru, H. (2009). “Você é um ciborgue” Um encontro com Donna Haraway. In T. Tadeu (Org.), *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós humano* (pp. 17-33). Belo Horizonte: Autêntica.
- Kveller, D., Tietboehl, L., Cavalheiro, R. (2018). Quem tem medo de crianças *queer*? Alguns questionamentos às normatividades em psicanálise. *Periódicus*, 9(1). Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25786/16114>
- Leite, J., Jr. (2011). *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transsexual" no discurso científico*. São Paulo: Annablume.
- Lionço, T. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 43-63. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>.
- Lisboa, D. (2016). Cidade Neon. In *Cidade Neon*.
- Louro, G. (2000). Pedagogias da sexualidade. In: G. Louro, *O corpo educado* (pp. 7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. (2013). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lopes, F. H. (2016). Visibilidades da experiência trans! Corpos, idades e imagens. *SocioPoética*, 1(17). Recuperado de <http://revista.uepb.edu.br/index.php/REVISOCIOPOETICA/article/view/3563/2001>

Mannheim, C. (1982). *Sociologia*. São Paulo: Ática.

Miguel, L. F. (2018). A reemergência da direita brasileira. In E. S. Galleo (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 17-27). São Paulo: Boitempo.

Minayo, S. M. C. (2006). *Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Neto, P. V. A., Vale, A. F. C. (2019). Uma nova visibilidade para as experiências trans ? : uma análise das trajetórias de Elis e Ivan na telenovela A força do querer. In *IX CINABEH*. Fortaleza.

Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires.

Novelli, V. A. M., Leite, M. C., Sitta, M. I. U. (2010). Mediação da informação: usuários gerações veteranos, baby boomers, x, y e z. In XXI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, II Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais. Recuperado de https://www.gapcongressos.com.br/eventos/z0070/trabalhos/final_249.pdf

Oliveira, M. R. G. D. (2018). *Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX*. Rio Grande: FURG.

Pelúcio, L. (2005). “Toda quebrada na plástica”- corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Revista de Antropologia Social*, 6(1-2), 97-112.

Pelúcio, L. (2009). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume.

Pelúcio, L. (2011). Marcadores Sociais da diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à aids. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 76-85.

- Penna, F. (2018). O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In E. S. Galleo (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 109-115). São Paulo: Boitempo.
- Pereira, M. C., Anselmo, T. R., Falcade, M. L., Costa Júnior, F. M., Ribeiro, P. R. M., Desidério, R. (2018). A potencialização da desigualdade de gênero na mídia: uma análise do filme publicitário “Shampoo Dove Men Care”. In: R. Desidério, *Reflexões sobre a sexualidade nos espaços midiáticos* (pp. 106-120). Londrina: Syntagma.
- Pereira, M. C., Costa-Júnior, F. M. (2018). Trajetórias transexuais interface a categoria geração. In VII Seminário corpo, gênero e sexualidade, III seminário internacional corpo, gênero e sexualidade, III luso-brasileiro educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade resistências e ocupações nos espaços de educação. Rio Grande.
- Pereira, M. C., Costa-Junior, F. M. (2019). Youtubers transexuais MTF e a permanência dos padrões de feminilidade. *Sociopoética*, 21(1). Recuperado de <http://revista.uepb.edu.br/index.php/REVISOCIOPOETICA/article/view/4500/0>
- Porchat, P. K. (2014). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá.
- Preciado, P. B. (2013). Quem defende a criança queer?. *Jangada*, Viçosa, 1, 96-99.
- Quebrada, Linn da. (2017). *Absolutas*. In *Linn da Quebrada no Estúdio Showlivre*.
- Quebrada, Linn da. (2017). Pirigosa. In *Linn da Quebrada no Estúdio Showlivre*.
- Rede Trans Brasil. (2017). *Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans*. Brasil. Recuperado de <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>

- Rede Trans. (2018). *Rede trans aponta que a cada 2 dias uma pessoa trans é assassinada no Brasil*. Recuperado de <http://redetransbrasil.org.br/2018/05/08/rede-trans-aponta-que-a-cada-2-dias-uma-pessoa-trans-e-assassinada-no-brasil/>
- Rego, F. C. V. (2019). Parentes de prestígio e vida material nas relações familiares de homens trans. In Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis.
- Ribeiro, C. R., & Siqueira, V. H. F. de. (2007). O novo homem na mídia: ressignificações por homens docentes. *Revista Estudos Feministas*, 15(1), 217-241. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000100013>
- Rother, E. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.
- Rocon, P. C., Zamboni, J., Sodré, F., Rodrigues, A., & Roseiro, M. C. F. B. (2017). (Trans)formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza. *Saúde e Sociedade*, 26(2), 521-532. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902017171907>.
- Saadeh, A. (2004). *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Sant'Ana, R. B. (2012). A experiência geracional na fala de adolescentes de escolas públicas: relações intergeracionais. *Educação*, 35(2). Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11639>
- Santos, T. H. R. (2017). *As donas da porra toda: uma leitura política da produção de conteúdo autoral nas mídias alternativas das drag queens Lorelay Fox, Gloria Groove,*

Pablo Vittar e Rita Von Hunty. (Trabalho de Conclusão de Curso). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, Brasil.

Sarmiento, M. J. (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, 26(91), 361-378. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003>.

Scott, J. (1989). *Gênero: uma categoria util para análise histórica*. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Silva, B. B., Cerqueira-Santos, E. (2014). Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da SPAGESP*, 15(2). Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&tlng=pt

Silva, A. L. da, Oliveira, A. A. S. de. (2015). Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 484-508.

Silva, M. F. (2018) *Trajetórias trans: apoio social e relações afetivo-sexuais de transexuais*. (Dissertação de mestrado), Programa de Pós Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto, Universidade Estadual Paulista, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Simões, J. A., Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Soares, M., Fijó, M. R., Valério, N. I., Siqueiri, C. L. S, Pinto, M. J. C. (2011). O apoio da rede social a transexuais femininas. *Paidéia*, 21(48). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n48/a10v21n48.pdf>

- Tadeu, T. (2009). Nós, ciborgues e a dissolução do humano. In T. Tadeu (Org.), *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós humano* (pp. 7-17). Belo Horizonte: Autêntica.
- Tomizaki, K. (2010). Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Educação & Sociedade*, 31(111), 327-346.
- Universa. (2018). *Brasil lidera ranking de mortes de travestis e trans; um é morto a cada 48h*. Recuperado de <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/09/brasil-lidera-ranking-de-mortes-de-travestis-e-trans-um-e-morto-a-cada-48h.htm>
- Vasconcelos, F. R. S. (2018). Evasão escolar de alunas travestis e transexuais. In *VII Seminário corpo, gênero e sexualidade, III seminário internacional corpo, gênero e sexualidade, III luso-brasileiro educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade, Resistências e ocupações nos espaços de educação*. Rio Grande.
- Veras, E. F. (2013). O “fenômeno” Roberta Close ou o corpo trans (travesti, transexual) na era farmacapornográfica. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis.
- Weller, W. (2010). A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, 25(2), 205-224.
- Zambrano, E. (2008). *“Nós também somos família”: estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual* (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Zampiroli, O. (2017). Amores subterrâneos: família e conjugalidades em trajetórias de prostitutas trans-travestis. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress*, Florianópolis.

Zanette, J. E., & Felipe, J. (2017). Dos enigmas da infância: quando a transexualidade tensiona os scripts de gênero. In: S. S. Albuquerque, J. Felipe, & L. Corso, *Para pensar a educação infantil em tempos de retrocessos: lutamos pela educação infantil* (p. 306). Porto Alegre: UFRGS.

Zucchi, E. M., Barros, C. R. S. dos, Redoschi, B. R. L., Deus, L. F. A. de, & Veras, M. A. S. M. (2019). Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(3).<https://doi.org/10.1590/0102-311x00064618>.

APÊNDICE I – Termo de consentimento esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Conforme Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde

Título da Pesquisa: Geração e gênero nas trajetórias de vida de mulheres transexuais

Pesquisadora: Maiara Cristina Pereira

Orientador: Florêncio Mariano Costa Jr.

Apresentação

Olá, você está convidada para participar de uma pesquisa que tem como objetivo compreender a relação entre geração e gênero nas trajetórias de mulheres transexuais e que visa contribuir para a qualidade de vida, respeito aos direitos civis, sociais, culturais da população pesquisada.

A sua participação é totalmente voluntária e se, em qualquer momento você desistir de participar, pode entrar em contato com os pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), sem nenhum prejuízo. Não haverá pagamento por sua participação, nem ônus financeiro para você.

Os dados serão coletados por meio de entrevistas individuais audiogravadas e realizadas em privacidade. As informações pessoais que possam identificar as participantes serão confidenciais e os dados analisados resguardarão seu anonimato, sendo apenas divulgados em publicações científico-acadêmicas (artigos e dissertação).

Os danos envolvidos na pesquisa envolvem possíveis desconfortos físicos em relação à luminosidade, temperatura (relacionados ao ambiente físico) e emocionais, pois as questões podem suscitar emoções desconfortáveis ao serem respondidas. Nesses casos, iremos respeitá-la e acolhe-la, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável que te encaminhará para os cuidados psicológicos necessários, podendo ser realizado na Clínica de Psicologia da Unesp – Bauru, ou pelo pesquisador responsável, que atende no Instituto de Análise do Comportamento de Bauru- IACB. Os respectivos contatos e endereços estão descritos no fim do TCLE. Ou, se desejar, poderá interromper sua participação, sem nenhum prejuízo a você.

As entrevistas serão realizadas preferencialmente na sua residência, mas caso não for possível, o local escolhido proporcionará confidencialidade e conforto, e os pesquisadores responsáveis irão ressarcir financeiramente eventuais gastos com a locomoção.

Qualquer informação durante o processo ou depois dele, você pode entrar em contato com os pesquisadores ou com o comitê de ética (todos os contatos encontram-se listados ao final deste termo). Os resultados finais deste estudo serão disponibilizados a você por e-mail, por isso preencha este no campo solicitado na declaração abaixo.

DECLARAÇÃO

Declaro que fui informada que a minha participação na pesquisa é livre, gratuita, e que posso desistir da participação a qualquer momento. Caso exista alguma dúvida quanto a ética, denúncia ou desistência, entrarei em contato com o Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) cujo telefone e endereço encontram-se abaixo. Declaro que fui informada que os pesquisadores responsáveis irão ressarcir as despesas com locomoção caso aconteça. Fui informada que caso ocorra alguma experiência emocional negativa despertada pela entrevista ou danos imateriais relativos à minha participação na pesquisa, entrarei em contato com o pesquisador responsável que me encaminhará para os cuidados psicológicos necessários.

Declaro que compreendi que minha colaboração será em participar de uma entrevista audiogravada, que a minha identidade, nome e outras informações pessoais serão mantidos no anonimato. Diante do exposto, declaro que recebi orientações e esclarecimentos da mestrand **Maiara Cristina Pereira**, quanto aos objetivos do estudo, aos procedimentos envolvidos na minha participação e ao anonimato garantido e **concordo** em participar, de forma voluntária, deste estudo, assinando termo de consentimento abaixo:

Eu, _____,
portadora do documento de identificação: () CPF _____ ou ()
RG _____ aceito participar voluntariamente da pesquisa
intitulada “Geração e gênero nas trajetórias de vida de mulheres transexuais”, autorizo a
divulgação dos resultados para fins acadêmicos, mantendo a preservação do meu anonimato e
concordo com os termos do presente termo de consentimento.

Local: _____, Data: ____ de _____ de _____

Assinatura

e-mail pessoal para contato: _____

outro e-mail para contato: _____

Agradecemos à disposição e à colaboração em participar de nosso estudo! Sua participação é muito importante!

CONTATOS

Responsável: Dr. Florêncio Mariano Costa Jr. E-mail: mcostajr@gmail.com – Telefone: [REDACTED];

Psic. Maiara Cristina Pereira. E-mail: mapereira.aim@gmail.com – Telefone: [REDACTED];

Comitê de Ética em Pesquisa – Bauru: E-mail: cepsquisa@fc.unesp.br – Telefone: (14) 3103-9400. Localizado na Faculdade de Ciências - UNESP - Campus de Bauru. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa, Cep: 17033-360 -Bauru – SP. Fone: (14)3103-6000; Fax: (14) 3103-6074;

Instituto Análise do Comportamento de Bauru – Bauru/SP:Rua Anvar Dabus, 2-80, Vila Mariana. Telefone: (14) 3021-5800 – WhatsApp: (14) 99756-3707;